

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – PPGAES
MESTRADO PROFISSIONAL

TANISSA LUANNA CARDOSO DE ARAÚJO

**O APOIO PEDAGÓGICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O
CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – *CAMPUS* MONTEIRO**

JOÃO PESSOA – PB

2024

TANNISSA LUANNA CARDOSO DE ARAÚJO

**O APOIO PEDAGÓGICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O
CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – *CAMPUS* MONTEIRO**

Texto dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional, vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para qualificação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, em cumprimento às exigências para Defesa do Mestrado.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira

JOÃO PESSOA – PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663a Araújo, Tannissa Luanna Cardoso de.

O apoio pedagógico e a política de assistência
estudantil : o contexto do Instituto Federal da Paraíba
- campus Monteiro / Tannissa Luanna Cardoso de Araújo.
- João Pessoa, 2024.
147 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Políticas públicas. 2. Permanência estudantil. 3.
Apoio pedagógico. I. Oliveira, Mariana Lins de. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 378:323.13(043)


TANNISSA LUANNA CARDOSO DE ARAÚJO

**O APOIO PEDAGÓGICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O
CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS MONTEIRO**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (Ppgaes), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Aprovada em: 02/08/2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA LINS DE OLIVEIRA**
Data: 16/09/2024 17:13:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Mariana Lins de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES**
Data: 18/09/2024 06:57:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Furtado Soares Pontes (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **JEANE FELIX DA SILVA**
Data: 18/09/2024 08:46:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Jeane Félix da Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho, com imensa gratidão, aos meus pais, pilares da minha existência, por ensinarem os valores que norteiam minha vida e pelo incentivo na realização deste sonho.

Aos meus irmãos, companheiros de todas as horas, por sempre estarem ao meu lado comemorando minhas vitórias e me motivando a seguir em frente.

Às minhas sobrinhas, por encherem minha vida de alegria.

À minha família, o alicerce da minha vida. É por vocês que me dedico e me esforço a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus, por guiar todos os meus passos e por ter me concedido saúde, força e perseverança no decorrer do Mestrado.

Agradeço, com todo amor que sinto, aos meus pais, Severino e Avani. Eles que fazem tudo para que eu possa realizar meus sonhos. Agradeço do fundo do meu coração, com muito amor e gratidão por todo cuidado e palavras que me incentivaram a prosseguir.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Mariana Lins, que teve paciência e generosidade em me acolher. Agradeço pelas palavras de incentivo e sugestões concernentes a este estudo.

Agradeço aos meus irmãos, Tancredo e Adolf, que me incentivaram e apoiaram meu processo de estudo.

Agradeço aos colegas de curso, que, apesar da distância, estavam sempre dispostos a ajudar uns aos outros de maneira gentil e a dividir as angústias e vitórias ao longo dos dois anos de convívio.

Agradeço à gestão do IFPB – *Campus* Monteiro e, de maneira especial, ao Professor Jorge Eduardo Mendonça Brasil, pelo apoio e por todas as contribuições para a construção deste estudo.

Aos estudantes que contribuíram com esta pesquisa por meio das respostas ao questionário.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me apoiaram na concretização de mais um sonho na minha vida.

RESUMO

O apoio pedagógico, área prevista no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), conforme estabelecido no Decreto n. 7.234/2010, é muito importante para o ensino superior, especialmente para os estudantes oriundos de contextos desfavorecidos ou que enfrentam dificuldades que impossibilitam a adaptação e a integração no ambiente acadêmico, porque pode garantir um suporte pedagógico aos estudantes, contribuindo para condições efetivas de sua permanência na formação acadêmica e para o alcance dos seus objetivos. O tema deste estudo resulta do questionamento de como o apoio pedagógico, por meio da Política de Assistência Estudantil, contribui para a permanência dos estudantes nos cursos superiores. O objetivo geral é analisar as ações executadas pela equipe de apoio pedagógico e suas possíveis contribuições para a permanência dos estudantes nos cursos superiores de tecnologia do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – *Campus Monteiro*. A presente pesquisa apoia-se em uma abordagem metodológica qualitativa, com características exploratória-descritiva, documental e bibliográfica. A população desta pesquisa constitui-se por estudantes dos cursos superiores de tecnologia da instituição que tiveram acesso às ações da coordenação pedagógica. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários enviados por *e-mail* aos estudantes. Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin(2016). A partir da análise dos dados, elaborou-se, como produto final, um guia prático de intervenções pedagógicas no ensino superior. Conclui-se que o apoio pedagógico se configura como uma ferramenta essencial para acompanhar, orientar, assessorar e dar suporte aos estudantes em sua jornada acadêmica. Os fatores que influenciam na tomada de decisão na trajetória estudantil dos estudantes envolvem diversos aspectos, tais como: pessoais, sociais e institucionais. Desse modo, a existência de uma rede de apoio envolvendo as atividades acadêmicas é fundamental para facilitar a trajetória dos estudantes na instituição.

Palavras-chave: políticas públicas; permanência estudantil; apoio pedagógico.

ABSTRACT

Pedagogical support, a provision under the National Student Assistance Plan (Pnaes) as established by Decree No. 7,234/2010, is crucial for higher education, particularly for students from disadvantaged backgrounds or those facing challenges that hinder their adaptation and integration into the academic environment. This support can ensure the necessary pedagogical assistance, fostering conditions that enable students to persist in their academic pursuits and achieve their objectives. This study investigates how pedagogical support, facilitated through the Student Assistance Policy, contributes to student retention in higher education programs. The primary objective is to analyze the actions undertaken by the pedagogical support team and their potential impact on student retention in higher technology courses at the Federal Institute of Paraíba (IFPB) – Monteiro Campus. This research employs a qualitative methodological approach, characterized by exploratory-descriptive, documentary, and bibliographic elements. The study population comprises students enrolled in the institution's higher technology courses who have accessed the pedagogical coordination services. Data collection was conducted through questionnaires distributed via email to the students. Bardin's (2016) content analysis method was utilized for data analysis. Based on the analysis, a practical guide for pedagogical interventions in higher education was developed as the final product. The findings indicate that pedagogical support is an essential tool for monitoring, guiding, advising, and assisting students throughout their academic journey. Factors influencing students' academic decisions encompass personal, social, and institutional aspects. Thus, the existence of a comprehensive support network involving academic activities is vital to facilitate students' progression within the institution.

Keywords: public policies; student retention; pedagogical support.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Indicadores gerais do IFPB²⁵
- Tabela 2 – Número de instituições de educação superior por organização acadêmica, segundo a categoria administrativa³⁶
- Tabela 3 – Número de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo o grau acadêmico³⁷
- Tabela 4 – Número de vagas de cursos de graduação, por tipo de vaga e categoria administrativa³⁷
- Tabela 5 – Número de ingressantes de graduação por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica³⁸
- Tabela 6 – Número de concluintes de graduação por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica³⁹
- Tabela 7 – Dados acadêmicos do IFPB⁴⁵
- Tabela 8 – Modalidade e quantitativo dos cursos superiores ofertados pelo IFPB⁵⁰
- Tabela 9 – Quantitativo de estudantes matriculados nos cursos superiores de tecnologia no IFPB – *Campus* Monteiro em 2023⁵¹
- Tabela 10 – Principais municípios de origem dos estudantes matriculados nos Cursos Superiores⁵²
- Tabela 11 – Evolução do volume de recursos do Pnaes (2008–2018)⁶¹
- Tabela 12 – Perfil sociodemográfico⁸⁵
- Tabela 13 – Modalidade cursada no ensino médio⁸⁶
- Tabela 14 – Avaliação dos serviços ofertados pela Coordenação Pedagógica do IFPB – *Campus* Monteiro⁹⁴

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Procedimentos de análise²⁹
- Figura 2 – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica⁴¹
- Figura 3 – Principais fatos institucionais que marcaram a história do IFPB⁴³
- Figura 4 – Área de abrangência do Instituto Federal da Paraíba⁴⁵
- Figura 5 – Localização do *Campus* Monteiro⁴⁷
- Figura 6 – Organização administrativa e acadêmica do IFPB – *Campus* Monteiro⁴⁹
- Figura 7 – Processos Seletivos de acesso aos Cursos Superiores do IFPB⁵¹
- Figura 8 – Foco da proposta de intervenção¹⁰⁵
- Figura 9 – Proposta de intervenção¹⁰⁶

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Cursos ofertados pelo IFPB – *Campus* Monteiro⁴⁸
- Quadro 2 – Requisito de qualificação para ingresso no cargo de pedagogo, descrição sumária e atividades típicas do cargo, conforme o MEC⁷⁰
- Quadro 3 – Função, descrição sumária, formação e experiência e condições gerais de exercício do cargo de Pedagogo, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações⁷¹
- Quadro 4 – Organização das perguntas em categorias⁹⁶
- Quadro 5 – Principais dificuldades na vida acadêmica⁹⁸
- Quadro 6 – Principais fatores na trajetória estudantil que impactam na permanência no curso¹⁰¹
- Quadro 7 – Sugestões para a equipe de apoio pedagógico do IFPB – *Campus* Monteiro¹⁰³
- Quadro 8 – Coordenações e seus respectivos profissionais¹⁰⁵

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Número de matrículas na educação superior 2012–2022³⁹
- Gráfico 2 – Taxa de evasão dos cursos superiores do IFPB – *Campus Monteiro*⁵⁴
- Gráfico 3 – Taxa de eficiência acadêmica dos cursos superiores do IFPB – *Campus Monteiro* – 2018–2023⁵⁶
- Gráfico 4 – Forma de ingresso dos estudantes participantes no IFPB – *Campus Monteiro* pelo SisU⁸⁷
- Gráfico 5 – Tipos de cotas utilizadas pelos participantes para ingresso no IFPB – *Campus Monteiro*⁸⁸
- Gráfico 6 – Ano de ingresso dos participantes no IFPB – *Campus Monteiro*⁸⁹
- Gráfico 7 – Situação da matrícula dos participantes no período de 2023.2⁸⁹
- Gráfico 8 – Atividades acadêmicas promovidas pelo IFPB – *Campus Monteiro*⁹⁰
- Gráfico 9 – Programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB que beneficiaram os participantes da pesquisa⁹¹
- Gráfico 10 – Serviços da Coped utilizados pelos estudantes⁹³
- Gráfico 11 – Grau de concordância dos participantes sobre a contribuição do apoio pedagógico para sua permanência e adaptação à instituição⁹⁵
- Gráfico 12 – Dificuldades relacionadas aos fatores relacionados ao estudante⁹⁹
- Gráfico 13 – Dificuldades relacionadas aos fatores relacionados ao curso e à instituição¹⁰⁰
- Gráfico 14 – Dificuldades relacionadas aos fatores socioculturais e econômicos externos¹⁰¹

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
Caest	Coordenação de Assistência Estudantil
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CD	Cargo de Direção
Cefet	Centro de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
Clai	Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão
CNCST	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
Consuper	Conselho Superior
Copae	Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante
Coped	Coordenação Pedagógica
CPE	Comitê de Ética em Pesquisa
Dape	Direção de Articulação Pedagógica
DDE	Direção de Desenvolvimento do Ensino
EAD	Educação à Distância
EAF	Escola Agrotécnica Federal
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FG	Função Gratificada
FIC	Formação Inicial e Continuada
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação

Pape	Programa de Apoio à Permanência do Estudante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Pnaes	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Plano Pedagógico do Curso
PPI	Plano Pedagógico Institucional
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSCS	Processo Seletivo dos Cursos Superiores
PSE	Processo Seletivo Especial
PTT	Produto Técnico-Tecnológico
QAES	Questionário de Adaptação ao Ensino Superior
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SAP	Serviço de Apoio Pedagógico
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Sisu	Sistema de Seleção Unificado
Suap	Sistema Unificado de Administração Pública
TCC	Trabalho de Conclusão do Curso
TCE	Construção em Edifícios
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Uned	Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO	22
2.1 Caracterização da pesquisa	22
2.2 Campo de investigação	24
2.3 Sujeitos envolvidos	25
2.4 Instrumentos de coleta de dados.....	26
2.5 Procedimentos de análise dos dados	28
2.6 Aspectos éticos da pesquisa	29
3 EXPANSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	31
3.1 Políticas públicas no ensino superior: foco na expansão dos institutos federais e na permanência estudantil.....	31
<i>3.1.1 A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba</i>	<i>40</i>
<i>3.1.2 Plano de Expansão da Educação Profissional: o caso do IFPB – Campus Monteiro</i>	<i>46</i>
<i>3.1.3 Cursos superiores de tecnologia no IFPB – Campus Monteiro</i>	<i>50</i>
<i>3.1.4 A caracterização do setor da coordenação pedagógica no IFPB – Campus Monteiro.....</i>	<i>57</i>
3.2 Políticas públicas de permanência: o Programa Nacional de Assistência Estudantil	59
4 A IMPORTÂNCIA DO APOIO PEDAGÓGICO PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES	66
4.1 O papel do pedagogo no IFPB	66
4.2 “O ofício de estudante”: qual a sua importância?.....	74
4.3 A condição de estudante no processo de adaptação à vida acadêmica no ensino superior	77
4.4 Apoio pedagógico para o estudante no ensino superior: o que é, como é?	80
5 O APOIO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO IFPB – CAMPUS MONTEIRO: A VISÃO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES.....	84
5.1 Perfil básico dos estudantes	84
5.2 Perfil escolar dos estudantes.....	86
5.3 Perfil acadêmico dos estudantes.....	87
5.4 Ações da Política de Assistência Estudantil do IFPB: a visão dos estudantes	91

5.5 Os impactos das ações de apoio pedagógico na permanência estudantil	96
5.5.1 <i>Principais dificuldades na vida acadêmica e sua relação com a permanência estudantil</i>	97
5.5.2 <i>Principais fatores determinantes na trajetória estudantil e sua influência na decisão de permanecer no curso</i>	101
5.5.3 <i>Sugestões para equipe de apoio pedagógico</i>	102
6 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO	105
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111
Apêndice a – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	122
Apêndice b – Questionário sobre o Apoio Pedagógico aos estudantes dos Cursos Superiores do IFPB – <i>campus</i> Monteiro	125
Apêndice c – Produto Técnico-Tecnológico	130

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão e a democratização do ensino superior no país, observa-se um perfil heterogêneo de estudantes nas instituições de ensino superior (IES). Como resultado, a análise e o aperfeiçoamento das ações de apoio pedagógico tornam-se cada vez mais importantes. Os serviços de apoio pedagógico têm como intuito auxiliar os estudantes em sua jornada acadêmica, possibilitando o oferecimento de suporte e de recursos que os ajudem a lidar com as dificuldades e as exigências do ensino superior.

O apoio pedagógico, área prevista no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), conforme previsto no Decreto n. 7.234/2010, é fundamental para o ensino superior, especialmente para os estudantes oriundos de contextos desfavorecidos ou que enfrentam dificuldades que impossibilitam a adaptação e a integração no ambiente acadêmico. Isso porque pode garantir um suporte pedagógico aos estudantes, contribuindo para condições efetivas de permanência destes na formação acadêmica e para o alcance dos seus objetivos. Além disso, pode ser analisado e considerado como uma estratégia relevante no combate à evasão e à retenção dos estudantes e na promoção da permanência estudantil.

A evasão refere-se ao desligamento e à descontinuação da jornada acadêmica do estudante. É um problema que não se encaixa apenas na ordem educacional, mas que causa uma série de prejuízos à sociedade, seja para os recursos econômicos, como também para as esferas sociais ou culturais (Castelo Branco, 2020). Quando o desligamento advém do estudante de um curso, diversas situações podem ser características, dentre as quais: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa (Brasil, 2015).

Segundo Teixeira *et al.* (2023), o fenômeno da evasão nas IES constitui um problema que ocasiona impacto acadêmico, social e econômico. E em relação ao investimento do setor público, torna-se um desperdício devido à falta de retorno de novos profissionais à sociedade. Assim, os autores ressaltam a importância de as instituições conhecerem o que acontece com a sua comunidade acadêmica e, assim, tendo ciência das causas da evasão e da

retenção, como também do que promove a permanência estudantil, é possível atuar de forma eficiente, em consonância com as necessidades institucionais.

O fenômeno da evasão estudantil no ensino superior é considerado um problema mundial, que afeta diretamente o resultado dos sistemas educacionais. Deve ser entendido sob dois aspectos similares: evasão anual média e evasão total, dois conceitos interligados, mas não idênticos. A evasão anual média corresponde à percentagem de estudantes matriculados em uma IES que não se forma, mas também não se matricula no ano seguinte. Já a evasão total mede o número de estudantes que não obtiveram o diploma ao final de um certo período (Silva Filho; Araújo, 2007).

A retenção ocorre quando o estudante permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso (Brasil, 2015). Portanto, é sinônimo de permanência prolongada na instituição, uma vez que o estudante utiliza um tempo maior para integralizar o curso (Santos, 2023).

O Decreto n. 7.234/2010 dispõe sobre o Pnaes e estabelece como um dos seus objetivos a democratização das condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal, mostrando, assim, que esse plano busca promover o acesso à educação superior para as pessoas, independentemente de sua situação socioeconômica, além de pretender minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais através de ações para garantir a permanência e conclusão da educação superior, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Assim, consideramos que o apoio pedagógico, uma das ações a serem desenvolvidas na assistência estudantil (Brasil, 2010), desempenha um papel fundamental na vida acadêmica dos estudantes. Trata-se de estratégias que podem garantir que os estudantes tenham um suporte nos desafios acadêmicos e emocionais que surgem ao longo de sua trajetória estudantil. Essas ações no ambiente de aprendizagem proporcionam um espaço mais inclusivo e solidário, o que possibilita uma maior integração do estudante com o espaço e com os sujeitos que nele atuam. Além disso, as ações de apoio pedagógico cooperam no enfrentamento das questões socioeconômicas, culturais ou educacionais, oferecendo aos estudantes assessoramento para superar essas barreiras e permanecer na instituição. Conforme Toti *et al.*

(2017), o apoio pedagógico amplia as condições de permanência estudantil na Educação Superior.

No ensino superior, muitos fatores influenciam a evasão e a retenção dos estudantes, e o estudo em relação à permanência destes, pela ótica do apoio pedagógico, permite compreender se esse suporte contribui para o sucesso dos estudantes em sua trajetória acadêmica. É necessário que o apoio pedagógico seja visto pelas instituições e por seus gestores como uma ferramenta que promove a adaptação, a integração acadêmica e o êxito dos estudantes, pois oferece suporte e auxílio na superação das dificuldades que interferem nas realizações pessoais, acadêmicas e profissionais. Compreender como esse apoio influencia na permanência na instituição pode ajudar na melhoria da qualidade do ensino e do atendimento às necessidades dos estudantes, bem como sua preparação para o trabalho. Portanto, é crucial que as políticas públicas na educação superior sejam integradas e ampliadas para assegurar o acesso às instituições a todos os jovens, independentemente de sua renda familiar.

Política pública pode ser resumida como uma área que busca desenvolver e avaliar as ações governamentais, propondo resultados ou mudanças no mundo real (Agum; Riscado; Menezes, 2015). Para Silva (2022), as políticas públicas contribuem para que a população, especialmente aqueles sujeitos historicamente excluídos e vulnerabilizados, se organize e lute por seus direitos. A autora ainda defende que é necessário que a prática da política seja compreendida como uma ação humana que busca organizar e trazer melhorias de vida para toda a sociedade, partindo dos conflitos e das decisões coletivas, em prol do bem comum.

Além disso, políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior podem contribuir para o desenvolvimento social, cultural, político, científico e econômico do país. Para Santos (2023), as universidades têm um papel de permanência e de democratização do direito à educação de qualidade, como também de equidade. É na assistência estudantil que as instituições encontram soluções para proporcionar ao estudante o apoio necessário para que continue os seus estudos acadêmicos e conclua com êxito o curso escolhido.

Nessa perspectiva, discutir acerca das ações de apoio pedagógico no ensino superior, possibilita refletir sobre a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e na permanência e êxito dos estudantes no processo de formação acadêmica. Diante disso, esta pesquisa está interligada às contribuições do Pnaes no ensino superior, por razão de o apoio pedagógico ser uma das ações específicas deste plano, conforme previsto no Decreto n. 7.234/ 2010.

À vista disso, e da atuação da pesquisadora como Pedagoga e Coordenadora Pedagógica no Instituto Federal da Paraíba, surge a indagação que se apresenta como a questão de pesquisa deste trabalho: como o apoio pedagógico, por meio da Política de Assistência Estudantil, contribui para a permanência dos estudantes nos cursos superiores de tecnologia no IFPB – *Campus Monteiro*?

O IFPB tem mais de 113 anos de atuação no campo da educação da Paraíba. Foi criado com o Decreto n. 7.566, de Nilo Peçanha, em 23 de setembro de 1909, sob a denominação de Escola de Aprendizes Artífices. Em 1937, com a Lei n. 378, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional. Posteriormente, foi denominado Liceu Industrial Coriolano de Medeiros, Escola Industrial Federal da Paraíba, Escola Técnica Federal da Paraíba e o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Cefet).

Em 2008, com o advento da Lei n. 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), e que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), o Cefet passou à condição de instituto. Posto isto, o *Campus Monteiro* teve seu funcionamento autorizado pela Portaria n. 4/2009 e faz parte dos *campi* que resultaram do plano de expansão criado pela lei supracitada.

Dado o contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as ações executadas pela equipe de apoio pedagógico e suas possíveis contribuições para a permanência dos estudantes nos cursos superiores de tecnologia do IFPB – *Campus Monteiro*.

Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos desta pesquisa são: (1) conhecer o histórico das políticas públicas na educação superior em relação ao acesso e à permanência estudantil; (2) problematizar sobre o perfil

dos estudantes, a cultura institucional e a condição discente na educação superior; (3) discutir a importância do apoio pedagógico como ação do Pnaes e suas possíveis contribuições para a condição de permanência estudantil no IFPB – *Campus* Monteiro; (4) elaborar um guia prático com intervenções pedagógicas para o ensino superior.

Esta proposta de pesquisa surge com o intuito de obter informações significativas no âmbito institucional que viabilizem a melhoria das ações adotadas pelas políticas públicas de assistência estudantil, tendo como foco o apoio pedagógico, visando à permanência dos estudantes dos cursos superiores de tecnologia no IFPB – *Campus* Monteiro. Acredita-se que essa temática é relevante tanto para instituição como para a sociedade em geral, pois as transformações advindas das políticas públicas de democratização da educação superior possibilitaram uma mudança no perfil dos estudantes. Assim, é crucial que as IES discutam e reflitam sobre o seu papel social e quais ações podem ser estabelecidas para receber esses estudantes e como podem contribuir no processo de adaptação e integração no ambiente acadêmico.

O presente estudo está vinculado à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional, pois o apoio pedagógico é uma área preconizada na Política de Assistência Estudantil, a qual pode ser compreendida e definida como política pública de permanência estudantil no ensino superior.

Assim, esta investigação busca contribuir de forma significativa para a adoção de medidas envolvendo os problemas de evasão, retenção e conclusão dos cursos. Conforme Zatti e Luna (2022), a expansão da educação superior no Brasil possibilitou a existência de contextos distintos e heterogêneos e garantindo a modificação do perfil sociodemográfico dos estudantes. No entanto, as características e necessidades dos estudantes de cursos superiores no país ainda são pouco conhecidas, evidenciando a importância de estudos que busquem compreender as peculiaridades do mundo acadêmico e o perfil dos estudantes.

A permanência dos estudantes nas IES sempre foi um grande desafio e, com a crise sanitária e social vivida pelo país devido a covid-19, os problemas e dificuldades na continuidade do processo de formação acadêmica

aumentaram cada vez mais. Evidenciou-se o abismo social na permanência estudantil, escancarando e agravando as desigualdades sociais. Em consequência disso, foi necessário que as instituições implantassem políticas de permanência para os estudantes, como por exemplo os editais de fornecimento de equipamentos tecnológicos que garantiam condições materiais com o intuito de os alunos conseguirem dar continuidade na vida acadêmica e se formarem (Oliveira, 2022).

Diante da realidade exposta, decidiu-se estudar o apoio pedagógico interligado ao processo de adaptação dos estudantes no ensino superior, através das ações da Política de Assistência Estudantil. Ao mesmo tempo, surgiu o interesse e a inquietação para investigar de forma científica esta temática, pela convivência da pesquisadora no âmbito educacional como pedagoga e coordenadora pedagógica do IFPB – *Campus Monteiro*.

O presente estudo está estruturado, além desta Introdução, em seis capítulos. No Capítulo 2, apresenta-se o percurso metodológico, juntamente com a caracterização da pesquisa: a natureza e a abordagem, o campo de investigação e seus sujeitos, técnicas de coletas e análise de dados.

No Capítulo 3, é abordada a expansão das políticas públicas na educação superior. Nesse capítulo, a política pública no ensino superior é contextualizada, com foco na expansão dos IFs e no Pnaes. Para tanto, será discutido o que são as políticas públicas na educação, apresentando como são estabelecidas na educação superior no Brasil atualmente e como essas políticas fomentam a permanência dos estudantes. Aborda-se, assim, a expansão do IFPB, bem como o Pnaes, como política pública, trazendo dados, seu contexto histórico e sua relevância para o ensino superior.

Em seguida, o Capítulo 4 discute o apoio pedagógico e sua importância para a permanência estudantil, levando em consideração a condição de estudante no ensino superior. Esse capítulo aborda o “ofício de estudante” e processo de “afiliação universitária”, do autor Alain Coulon (2008), juntamente com uma abordagem sobre os limites e alcances dos serviços de apoio pedagógico para o estudante nos cursos de graduação.

O Capítulo 5 apresenta os resultados da pesquisa com base no questionário aplicado com os estudantes que foram atendidos pela Coordenação Pedagógica (Coped). Os resultados obtidos foram organizados

nas seguintes categorias: perfil básico dos estudantes; perfil escolar; perfil acadêmico; e percepções sobre a permanência estudantil e sobre as ações do apoio pedagógico.

No Capítulo 6, é apresentado o produto técnico-tecnológico (PTT) resultante deste trabalho: Intervenções Acadêmicas no Ensino Superior (Guia Prático), uma proposta de implementação no IFPB – *Campus Monteiro*, a partir das ações de ações e estratégias pedagógicas que as coordenações interligadas a Direção de Desenvolvimento do Ensino (DDE) podem desenvolver junto aos estudantes.

Por fim, no sétimo capítulo, o trabalho encerra-se com as Considerações Finais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo aborda o percurso metodológico, o qual descreve a parte empírica, apresenta os métodos e as técnicas escolhidas pela pesquisadora, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos em cada fase da pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 207), “toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca, por meio dos procedimentos metodológicos, analisar em que medida as ações de apoio pedagógico aos estudantes dos cursos superiores de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Construção de Edifícios, no âmbito do IFPB – *Campus* Monteiro, contribuem para a permanência e êxito na instituição, para que, posteriormente nas análises e discussões, sejam propostas ações e estratégias que colaborem para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Assim, para uma melhor visualização do percurso metodológico desta pesquisa, serão apresentados: sua caracterização, campo de investigação, sujeitos envolvidos, instrumentos de coleta de dados, procedimentos de análise de dados e aspectos éticos.

2.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa buscará compreender como as categorias como a permanência, o apoio pedagógico e o sucesso acadêmico se interligam na realidade dos estudantes dos cursos superiores do IFPB – *Campus* Monteiro, observando as ações adotadas e as particularidades de cada estudante que procura o setor da Coped com o intuito do serviço de apoio pedagógico.

Em relação ao método de procedimento desta pesquisa, caracteriza-se como método monográfico (estudo de caso). Essa técnica visa observar e analisar um fenômeno na realidade de uma forma mais detalhada e concreta. O estudo monográfico, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 115):

[...] pode, também, em vez de se concentrar em um aspecto, abranger o conjunto das atividades de um grupo social particular, como cooperativas ou um grupo indígena. A vantagem do método consiste em respeitar a “totalidade solidária” dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos.

Este estudo de caso consiste em coletar e analisar informações no *Campus Monteiro*, no interior do estado da Paraíba, sobre as estratégias de apoio pedagógico direcionadas aos estudantes dos cursos superiores, com ênfase na Política de Assistência Estudantil no IFPB. Conforme Yin (2001, p. 21), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi adotado o estudo bibliográfico e documental, tendo como finalidade contextualizar a criação dos IFs e abordar a importância do apoio pedagógico aos estudantes no ensino superior, partindo dos dados oficiais da instituição e dos estudos sobre o ingresso nos cursos superiores, possibilitando, assim, uma reflexão sobre a diversidade do público estudantil e os fatores que atravessam a jornada no ensino superior.

Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 200), a finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma”.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa tem caráter exploratório e descritivo. Pretende-se descrever o ambiente de estudo e aprofundar os conhecimentos sobre as estratégias utilizadas na oferta do apoio pedagógico. Segundo Sampieri, Callado e Lucio (2013, p. 101), os estudos exploratórios servem para “[...] obter informações sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular”.

Em relação ao caráter descritivo, a pesquisa busca especificar as ações de apoio pedagógico adotadas no IFPB – *Campus Monteiro* para os estudantes dos cursos superiores, caracterizando o perfil dos estudantes que fizeram uso de tais ações. Para corroborar com o viés da pesquisa descritiva, Sampieri, Callado e Lucio (2013, p. 102) destacam que os estudos descritivos “buscam especificar as propriedades, características e traços importantes de qualquer fenômeno que analisarmos. Descreve tendências de um grupo ou população”.

Do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa tem seu enfoque de cunho qualitativo. A natureza dos dados que serão coletados e os instrumentos de pesquisa contribuirão para nortear a investigação e a análise, pois esta se desenvolve através desses fatores. Além disso, a pesquisa qualitativa:

[...] começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas de pesquisa, abordando os significados que os indivíduos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise de dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança (Creswell, 2014, p. 49).

Ainda nesse sentido, a abordagem qualitativa possibilita a compreensão de um problema social. E a escolha por essa abordagem justifica-se tendo em vista o objetivo geral definido para esta pesquisa: analisar as ações executadas pela equipe de apoio pedagógico e suas possíveis contribuições para a permanência dos estudantes nos cursos superiores de tecnologia do IFPB – *Campus Monteiro*.

2.2 Campo de investigação

O campo de investigação desta pesquisa é o IFPB – *Campus Monteiro*, mais especificamente, os estudantes dos cursos superiores de tecnologia e as ações do setor da Coped, que é responsável pelas ações de apoio pedagógico aos estudantes na instituição.

O IFPB é uma instituição pluricurricular e *multicampi* que articula a educação superior, básica e profissional, especializada em ofertar a educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Atualmente, a instituição compreende 21 unidades, incluindo o *Campus Monteiro*, que se destaca na microrregião do Cariri Paraibano pela oferta de educação profissional e tecnológica através dos cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, curso de pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

No que se refere aos indicadores do IFPB, foram utilizados os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que reúne informações acadêmicas e de gestão sobre as instituições de ensino que compõem a Rede Federal. Os microdados são publicados anualmente, desde o ano de 2008, e representam o estado da instituição no ano anterior. Por exemplo, os dados de 2024 são referentes à situação da instituição em 2023. Assim, observam-se na

Tabela 1 os dados gerais da instituição referente ao ano de 2023, conforme edição 2024 da PNP.

Tabela 1 – Indicadores gerais do IFPB

Indicador	Quantidade
Sede/Reitoria	Capital – João Pessoa
Cursos	257
Matrículas	34.474
Cursos Técnicos	135
Cursos Superiores	64
Cursos de Pós-Graduação	16
Cursos de Qualificação Profissional (FIC)	42
Matrículas nos Cursos Técnicos	17.184
Matrículas nos Cursos Superiores	14.174
Matrículas nos Cursos de Pós-Graduação	1.658
Matrículas nos Cursos FIC	1.458
Educação a Distância	17
Educação Presencial	240
Docentes	1.555
Técnicos-Administrativos	1.048

Fonte: PNP (2024).

A implantação do *Campus Monteiro* resultou do Plano de Expansão II, como resultado do processo de interiorização da RFEPCT.

2.3 Sujeitos envolvidos

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, tendo como foco o contexto das políticas públicas do ensino superior no IFPB – *Campus Monteiro*, a população desta pesquisa constitui-se por estudantes dos cursos superiores de tecnologia da instituição que tiveram acesso às ações da Coped.

Ao todo, foram encaminhados 685 *e-mails* para os estudantes dos cursos superiores do IFPB – *Campus Monteiro*. Os endereços eletrônicos foram extraídos a partir de relatórios do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), utilizado pela instituição. Foram obtidas 60 respostas; desse total, nove estudantes participantes responderam que utilizaram os serviços de apoio pedagógico disponibilizados pela Coped.

Assim, considerando que a pesquisa tem o intuito de compreender as possíveis contribuições das ações de apoio pedagógico para permanência e êxito dos estudantes, trabalhou-se com as respostas dos nove estudantes que utilizaram os serviços na instituição. Dentre estes, houve a participação de cinco estudantes do curso de ADS e quatro estudantes do curso de Construção de Edifícios. Mais detalhes da caracterização dos sujeitos envolvidos serão apresentados na análise do questionário, no Capítulo 5.

2.4 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o questionário.

Em relação ao primeiro procedimento, realizou-se um levantamento bibliográfico, procurando entender e explorar a temática proposta, com vistas ao enriquecimento do conhecimento teórico. Para tal, foi realizado um levantamento de referências teóricas por meio de plataformas de pesquisa, como o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o Scielo, Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fontes disponíveis em bancos virtuais de pesquisa, e periódicos científicos. As categorias pesquisadas nessas fontes foram: política de assistência estudantil, apoio pedagógico e permanência no ensino superior.

Em paralelo ao estudo bibliográfico, foi adotado o procedimento documental, por meio do qual foram utilizados legislações, decretos, documentos oficiais, relatórios e materiais institucionais que acrescentassem informações importantes à pesquisa. Esse procedimento possibilitou um aprofundamento maior sobre o objeto de estudo.

Logo, foram estudados documentos oficiais e legislações que versam sobre a educação e a RFEPCT, dentre eles: o Decreto n. 7.234/2010, que dispõe sobre o Pnaes; a Resolução-CS n. 16/2018, que dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPB; a Resolução Consuper/DAAOC/Reitoria/IFPB n. 50/2021, que dispõe sobre as diretrizes para atuação das equipes pedagógicas no âmbito do IFPB; relatórios do Suap; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB; e dados oficiais do

Censo da Educação Superior e da PNP, que coleta e valida dados estatísticos da instituição pesquisada.

O estudo bibliográfico e documental percorreu todas as etapas da pesquisa, permitindo conhecer a realidade da oferta da educação profissional e tecnológica do IFPB, tendo como foco o ensino superior e as ações de apoio pedagógico no contexto da assistência estudantil.

Como instrumento principal da pesquisa, optou-se pela utilização do questionário para coleta de dados. Segundo Gil (2008, p. 121), o questionário pode ser considerado:

[...] como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.

Assim, foi elaborado um questionário no formato *online* (Apêndice I), utilizando-se a ferramenta *Google Forms*, serviço disponível na plataforma *Google*. O questionário contou com 26 questões (abertas, fechadas e dependentes).

Para verificar a compreensão do questionário quanto ao seu preenchimento, foi realizado um pré-teste com os representantes dos estudantes dos cursos superiores do *campus*. Segundo Gil (2002, p. 119):

O pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir.

Primeiramente, o questionário foi encaminhado para os representantes de cada curso através da plataforma de mensagens instantâneas *WhatsApp*. Foi solicitado a esses estudantes que avaliassem a objetividade e a clareza das questões. Os estudantes responderam ao questionário e validaram-no sem necessidade de mudanças.

A primeira questão do questionário versava sobre o aceite ao convite em responder a pesquisa e a apresentava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo I). As demais questões foram divididas em quatro seções: “Perfil básico”, com o objetivo de compreender o perfil dos participantes; “Perfil escolar”, com o objetivo de identificar o histórico dos

participantes em relação à origem escolar; “Perfil acadêmico”, com o intuito de coletar informações referente à forma de ingresso e à vida acadêmica na instituição; e “Percepção sobre a permanência estudantil”, quarta e última seção, com o objetivo de analisar as percepções dos estudantes assistidos pelos serviços de apoio pedagógico.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), o questionário é constituído por uma ordem de perguntas, que são respondidas sem a presença do entrevistador. Os autores ressaltam que esta técnica de coleta de dados tem uma série de vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens, nesta pesquisa destacam-se as seguintes: o questionário atinge um maior número de pessoas simultaneamente e proporciona mais segurança aos respondentes, pelo facto de as respostas não serem identificadas. Como desvantagem, destaca-se a percentagem pequena de devolução dos questionários.

Com a validação do questionário, foi encaminhada a pesquisa via *e-mail*, no qual constavam o convite formal para participação do estudo, orientações sobre o objetivo da pesquisa e o *link* para acesso ao questionário *online*.

2.5 Procedimentos de análise dos dados

Na busca por compreender e analisar as respostas do questionário, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, apoiada em Bardin (2016, p. 44) e definida “[...] como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Desse modo, a técnica utilizada seguiu as seguintes fases definidas pela autora: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na fase de pré-análise, o material é organizado e as ideias são sistematizadas. Bardin (2016) ressalta que essa fase é o primeiro contato com os documentos da coleta de dados, na qual é realizada a escolha dos documentos e a leitura “flutuante”. Na segunda fase, a exploração do material, ocorrem o detalhamento, as definições das categorias e a identificação das unidades de registro e de contexto. Por fim, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, ocorre a validação dos dados, culminando nas interpretações e inferências relevantes. Na Figura 1,

visualiza-se de forma sintetizada como o procedimento de análise foi estruturado.

Figura 1 – Procedimentos de análise

Pré-análise	Exploração do material	Tratamento dos resultados
<ul style="list-style-type: none"> • Recorte do material; • Leitura "flutuante"; • Breve análise das respostas do questionário; • Organização das informações em planilhas eletrônicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de gráficos, tabelas e quadros com as respostas dos participantes. • Categorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretação e conclusões da análise dos dados coletados

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bardin (2016).

Os dados coletados foram tabulados através de planilhas eletrônicas, permitindo a construção de gráficos, tabelas e quadros, o que proporcionou uma análise mais precisa da realidade dos estudantes e de suas percepções sobre as ações de apoio pedagógico.

Diante do exposto, os resultados obtidos na coleta de dados e o referencial teórico adotado contribuíram para discutir e refletir sobre as ações de apoio pedagógico aos estudantes dos cursos superiores do IFPB – *Campus Monteiro*. Além disso, permitiram apresentar as conclusões deste estudo, propondo um guia prático com algumas estratégias para o desenvolvimento e o aprimoramento de práticas que contribuíam para a permanência estudantil na instituição, conforme prevê o último objetivo específico desta pesquisa.

2.6 Aspectos éticos da pesquisa

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS/UFPB), aprovado pelo CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 73872723.6.0000.5188.

O CEP emitiu o parecer com a aprovação e a seguinte consideração: “É um estudo relevante pelo intento em discutir o apoio pedagógico enquanto ação do Pnaes e as contribuições possíveis para a condição de acesso e permanência do discente no IFPB – *Campus Monteiro*. A importância recai

igualmente na reflexão acerca da melhoria do processo ensino-aprendizagem dos estudantes”.

Após a aprovação do CEP, foram encaminhados o convite formal, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o questionário para os estudantes participarem da pesquisa.

O TCLE apresenta os objetivos, as justificativas e os procedimentos que adotados na pesquisa, além de garantir a possibilidade de que o sujeito desistisse de continuar participando do estudo sem qualquer penalidade ou prejuízo.

3 EXPANSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo discute a expansão das políticas públicas educacionais no ensino superior, tendo como foco a expansão dos IFs e o Pnaes, que coopera para a garantia da permanência e da qualidade de ensino dos estudantes. As políticas públicas educacionais destinadas à educação superior contribuem para o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições.

Ao analisar a implementação dessas políticas, é possível compreender os processos de democratização do acesso ao ensino superior e as principais transformações ocorridas nesse nível de ensino que visam promover a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades socioeconômicas.

Portanto, para discutir essa temática, neste capítulo será abordado o que são as políticas públicas e qual seu objetivo na educação, relacionando as políticas públicas com a democratização do ensino superior e com o fenômeno da permanência estudantil. Além disso, serão apresentados os dados do Pnaes, considerado como uma política pública de permanência.

3.1 Políticas públicas no ensino superior: foco na expansão dos institutos federais e na permanência estudantil

Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015), a política pública é o campo do conhecimento que estuda as ações governamentais em prol da população ou parte dela, além de analisar quando ela deve ser melhorada ou cancelada. Cada ação realizada estará diretamente ligada às plataformas eleitorais, ou seja, ao campo político em que o governante atua.

Isso significa que políticas públicas englobam ações, planos, programas e decisões, tomadas pelo governo ou por outras autoridades públicas, que abordem questões de interesse público ou a resolução de problemas sociais. Também estão relacionadas ao atendimento das necessidades e demandas da sociedade, à promoção do bem-estar social e à garantia de equidade nas oportunidades para cada cidadão.

Desde o fim do período da ditadura, em 1985, a política educacional brasileira tem passado por muitas transformações ao longo dos anos, principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, que estabelece

que a educação é um direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988). São muitos os desafios que a educação brasileira enfrenta. Dentre eles, a garantia de qualidade dos recursos e da oferta educacional; a redução dos índices de evasão e de retenção; a redução das desigualdades educacionais; a promoção da inclusão social; a valorização profissional; a expansão do acesso à universidade pública; e o estímulo à pesquisa e à inovação no campo educacional, entre outros (Deitos, 2022). Os desafios que perpassam pela educação exigem a mobilização de diversos atores, sejam eles sociais, políticos, econômicos ou educacionais.

As políticas públicas educacionais são influenciadas por diversos fatores, como interesses políticos, econômicos e sociais, e devem ter o intuito de atender às demandas e necessidades da sociedade em relação ao direito à educação. Essas políticas são definidas, estabelecidas e destinadas pelo Estado, são implementadas nos diferentes níveis do governo e podem ser influenciadas por diferentes grupos sociais.

Contudo, as políticas educacionais nas IES brasileiras vêm sendo causadas e geridas pelas necessidades do capital, pelas ideias neoliberais. Essas ideias têm como base o lucro, elas entendem o mercado como o gerador de riqueza, e subjazem as propostas de reforma das áreas que são fornecidas e mantidas pelo Estado, ou seja, reduzindo os gastos públicos ao retirar a responsabilidade e ação deste (Silva; Soares, 2018).

Nesse contexto, de acordo com Schlesener e Lima (2021), o Estado manifesta-se como um plano político que beneficia as empresas multinacionais, cujos poderes e mecanismos de controle se estendem, colocando em risco a vida das populações que não percebem sobre si a chantagem econômica do sistema financeiro.

As políticas educacionais no Brasil são desenvolvidas sob influência das agências multilaterais, entre elas o Banco Mundial (BM); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); o Banco Interamericano (BID); o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef); entre outras (Silva; Soares, 2018).

O neoliberalismo acadêmico ajuda na compreensão de como as universidades públicas tiveram um reforço na sua forma operacional e estrutural, sendo consideradas como um espaço especializado, integrado à

reprodução do capital. A ampliação do acesso a instituições públicas favorece de forma significativa a redução de custos devido à qualificação; além disso, contribui com recursos públicos para o fortalecimento das instituições privadas (Costa; Silva, 2019).

Segundo Chauí (2003), o modelo econômico vigente no Brasil é baseado nas ideias neoliberais, norteadas as políticas educacionais, que, por sua vez, interferem na concepção de universidade. Ao falar sobre a universidade pública, deve-se considerar que se trata de uma ação social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e suas atribuições na sociedade, e que goza de autonomia perante outras instituições sociais. Contudo, para que seja uma instituição social diferenciada e autônoma, é necessário um Estado republicano e democrático (Chauí, 2003).

Diante disso, é necessário compreender o papel do Estado e como funciona o meio de produção econômica, pois o Estado é quem organiza o mercado, e o modelo neoliberalista que controla o Estado. E quando a universidade vai em busca de financiamentos no mercado e é compreendida como objeto de subordinação aos interesses mercadológicos, deixa de cumprir seu papel social, que é o desenvolvimento humano, científico e tecnológico e o atendimento às necessidades da sociedade.

Segundo Cunha (2017), os anos 2000 podem ser considerados como um segundo período de expansão na educação superior. Simultaneamente ao processo de incentivo do governo federal na rede privada, novas políticas para criação e interiorização de IES públicas são estabelecidas. Nesse período, um marco oficial foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência 2001–2011, no qual foram definidas diversas metas voltadas à expansão da educação superior no país.

As políticas públicas educacionais destinadas à educação superior contribuem para o acesso e a permanência estudantil, sejam aquelas referentes à entrada do estudante na instituição, sejam aquelas pertencentes ao apoio financeiro e pedagógico na vida acadêmica. Da mesma maneira, colaboram para o desenvolvimento intelectual, científico e técnico da sociedade.

De acordo com os estudos de Nascimento (2019), a educação superior no Brasil teve uma transformação considerável no governo de Fernando

Henrique Cardoso (1995–2002), tendo um aumento de matrículas. Contudo, a composição deste sistema de educação ainda era categorizada por grupos sociais, econômicos e culturais privilegiados. O sistema de ensino de nível superior, nesse contexto, era baseado nos interesses da iniciativa privada, seguindo assim a lógica de mercantilização da educação superior que era estabelecida pelas políticas neoliberais do seu governo.

Cunha (2017), em seu trabalho, mostra como as políticas públicas facilitaram e impulsionaram a entrada da camada popular brasileira no ensino superior, utilizando as instituições privadas para aumentar a disponibilidade de vagas, seja via financiamento estudantil, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), ou por bolsas integrais ou parciais, com o Programa Universidade para Todos (Prouni).

O Fies foi criado ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Medida Provisória n. 1.827/1999, posteriormente convertida na Lei n. 10.260/ 2001. O programa tinha como objetivo principal conceder aos estudantes financiamento em cursos superiores da rede privada e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério de Educação (MEC) (Brasil, 2001).

Já a criação do Prouni se deu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, sendo institucionalizado através da Lei n. 11.096/2005. O programa tinha como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de forma específica em instituições privadas de educação superior com ou sem fins lucrativos (Brasil, 2005).

Outra política implantada em anos posteriores foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto n. 6.096/2007, sendo desta vez voltada para as instituições federais de ensino superior (Ifes). O programa objetivava dar condições para que elas oferecessem um maior número de vagas, através da criação de novos cursos, currículos mais flexíveis, cursos em Educação à Distância (EAD), cursos profissionais ou tecnológicos.

Essa política, além de criar condições para a ampliação do acesso à educação superior, também objetivava diminuir a evasão e aumentar o índice de conclusão de curso (Brasil, 2007). Esse plano foi um importante projeto

nacional para o processo de expansão da educação superior, e é nesse contexto que ocorre a expansão dos IFs (Nascimento, 2019).

Diante disso, com essa expansão do ensino superior através do aumento no número das vagas, o governo federal iniciou a disponibilização de vagas destinadas às minorias de nosso país (negros, indígenas e estudantes de escola pública). Com essa política, surgiu outro desafio, que era a manutenção desses jovens, tendo em vista que muitas das vagas abertas eram no interior ou em locais distantes da residência de cada estudante. Atentando para essa necessidade, foi implantado o Pnaes, para auxiliar aos estudantes permanecerem matriculados e para que conseguissem concluir a sua graduação (Cunha, 2017). As políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas são, portanto, instituídas em consequência da proposta de democratização de acesso e permanência no ensino superior (Santos; Freire, 2022).

Além dessas políticas, que se destacam como marcos no processo de expansão e democratização da educação superior no país, podemos destacar também o Sistema de Seleção Unificada para o ingresso ao Ensino Superior (Sisu), criado pela Portaria Normativa do MEC n. 2/2010. O Sisu é um sistema informatizado e *online*, gerenciado pelo MEC, que permite que as IES ofertem vagas para os seus cursos de graduação aos candidatos que participaram da edição anterior do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Outra política pública social que merece destaque, por influenciar acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio, é a lei conhecida como Lei de Cotas. No governo Dilma Rousseff (2011–2016), foi sancionada a Lei n. 12.711/2012, alterada pela Lei n. 14.723/2023, que dispõe sobre o programa especial de acesso às instituições federais de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Em se tratando do cenário das políticas públicas na educação superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao MEC, realiza anualmente o Censo da Educação Superior, objetivando ofertar informações oficiais que possibilitem à sociedade acompanhar o sistema brasileiro da educação superior.

Os documentos gerados pelo Inep, através dos dados do Censo da Educação Superior 2022, constituem uma fonte de consulta para subsidiar as análises, as pesquisas, os planejamentos e a implementação de novas políticas públicas e os processos de tomadas de decisão.

A seguir, a Tabela 2 apresenta o quantitativo referente ao número de IES, por organização acadêmica, segundo a categoria administrativa, no ano base de 2022. Segundo as informações do censo, o número de IES alcançou o número de 2.595, na edição de 2022. Esse número aumentou 1,9% em relação à edição de 2021 (2.574 instituições), que apresentou percentual inferior em comparação ao percentual de 2021 em relação a 2020 (2.457 instituições), que teve um aumento de 4,8%.

Tabela 2 – Número de instituições de educação superior por organização acadêmica, segundo a categoria administrativa

Categoria administrativa	Total geral	Centro Universitário	Faculdade	IF e Cefet
Total	2.595	381	1.968	41
Pública	312	10	146	41
Federal	120	1	10	41
Estadual	133	1	91	n.a.
Municipal	59	8	45	n.a.
Privada	2.283	371	1.822	n.a.

Fonte: Adaptada pela autora conforme dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2024).

Nota: n.a. (não se aplica).

Conforme os dados acima, observa-se que 88,0% das IES são privadas e 12,0% são públicas no Brasil. Em relação às IES públicas, 5,1% são estaduais, 4,6% são federais e 2,3% são municipais. Em relação as IES federais, 56,7% são universidades e 34,2% são IFs e Cefets.

Segundo o Inep (2023), em relação ao número de cursos de graduação registrados em 2022, foram declarados 44.951 (Tabela 3). Esse número segue em ascensão no país, tendo um aumento de 4,3% em relação ao ano de 2021. Os dados apresentados na tabela informam que 79,6% dos cursos de graduação são na modalidade presencial, e o grau acadêmico predominante é o bacharelado, com 59,8% do total de cursos de graduação.

Tabela 3 – Número de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo o grau acadêmico

Grau acadêmico	Total	Modalidade de Ensino	
		Presencial	A distância
Total	44.951	35.765	9.186
Bacharelado	26.865	23.918	2.947
Licenciatura	7.825	5.902	1.947
Tecnológico	10.261	5.945	4.316

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Inep, 2024).

O Inep (2023) destaca que a modalidade a distância dos cursos de graduação cresceu nos anos recentes: em 2021, a participação dos cursos EAD era de 17,7%, passando para 20,4% no ano de 2022. Também houve crescimento dos cursos tecnológicos a distância, com um aumento de 22,8% em relação a 2021. E é possível que esse aumento esteja relacionado às restrições impostas pela pandemia de covid-19, a qual exigiu das instituições de ensino medidas e adaptações para a implementação e a expansão de métodos de aprendizagem *online* para atender às necessidades dos indivíduos.

A Tabela 4 informa o número de vagas ofertadas em cursos de graduação, por tipo de vaga e categoria administrativa.

Tabela 4 – Número de vagas de cursos de graduação, por tipo de vaga e categoria administrativa

Categoria administrativa	Total geral de vagas	Vagas de programas especiais	Vagas remanescentes
Total	22.829.803	37.550	5.564.785
Pública	870.659	10.163	191.257
Privada	21.959.144	27.387	5.373.528

Fonte: Adaptada pela autora conforme elaboração por Deed/Inep baseada em dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2024).

Em 2022, a rede privada ofertou 96,2% do total de vagas em cursos de graduação, enquanto a rede pública correspondeu a 3,8% das vagas ofertadas pelas IES. E conforme o Inep, a oferta de vagas em cursos de graduação teve um aumento de 0,7%, comparativamente à edição anterior.

No que diz respeito a oferta de vagas, é fundamental refletir acerca do número de ingressantes nos cursos de graduação. Assim, na Tabela 5, podemos observar os dados do Censo da Educação Superior no ano de 2022.

Tabela 5 – Número de ingressantes de graduação por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica

Organização acadêmica	Total	Categoria Administrativa			
		Pública			Privada
		Federal	Estadual	Municipal	
Total	4.756.728	322.122	177.115	26.163	4.231.328
Universidade	2.584.923	252.743	139.665	13.786	2.178.729
Centro Universitário	1.624.247	0	236	4.247	1.351.887
Faculdade	479.598	1.419	37.214	8.130	432.835
IF e Cefet	67.960	67.960	n.a.	n.a.	n.a.

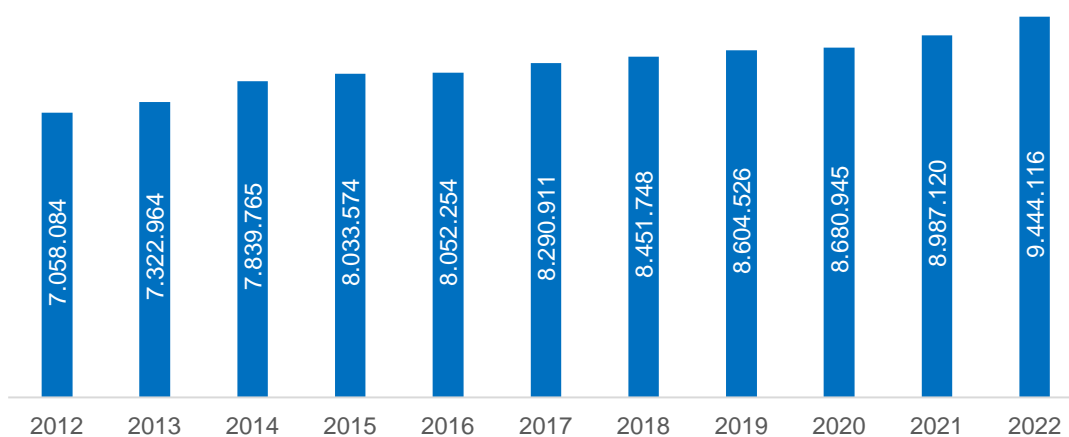
Fonte: Adaptada pela autora conforme Censo da Educação Superior (Inep, 2024).

Com 4.756.728 ingressantes nos cursos de graduação em 2022, conforme o Inep, 89,0% correspondem à categoria privada e 11,0% pública. No ano de 2022, houve um aumento de 20,6% em relação a 2021, no que diz respeito ao número de ingressantes nas IES, com destaque para o aumento no número de ingressantes nas instituições privadas, em 22,5%, e 6,8% nas instituições públicas.

E ao tratar, nesta pesquisa, sobre acesso e permanência, além de dados referentes ao número de cursos/vagas ofertados e ingressantes no ano de 2022, é crucial ter atenção ao número de matrículas na educação superior, como também às taxas de conclusão dos cursos, pois através desses dados será possível observar e avaliar se as políticas de acesso e permanência estão sendo efetivadas e quais ações podem ser implementadas no combate à evasão.

No Gráfico 1 (a seguir), é apresentado o número de matrículas na educação superior entre os anos de 2012 e 2022. O gráfico mostra que, em 2022, o número de matrículas na educação superior atingiu o marco de 9.444.116 nos cursos de graduação, tendo um aumento de 5,1% em relação ao ano de 2021 e um aumento de 33,8% em relação ao ano de 2012.

Gráfico 1 – Número de matrículas na educação superior 2012–2022



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Inep, 2024).

De acordo com o Inep (2023), as IES privadas têm uma participação de 78,0% no total de matrículas de graduação, enquanto 22,0% estão na rede pública. Em 2021, o número de matrículas nas IES públicas diminuiu 0,1%, enquanto a rede privada, registrou um crescimento de 6,6%.

A Tabela 6 mostra dados referentes ao número de concluintes em cursos de graduação por categoria administrativa no ano de 2022.

Tabela 6 – Número de concluintes de graduação por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica

Organização acadêmica	Total	Categoria Administrativa			
		Pública			Privada
		Federal	Estadual	Municipal	
Total	1.287.456	142.853	82.303	13.618	1.048.682
Universidade	701.939	119.940	68.850	5.661	507.488
Centro Universitário	373.640	3	78	2.535	371.024
Faculdade	190.365	1.398	13.375	5.422	170.170
IF e Cefet	21.512	21.512	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: Adaptada pela autora conforme elaboração por Deed/Inep baseada em dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2024).

De acordo com a tabela acima, em 2022, mais de 1,2 milhão de estudantes concluiu cursos de graduação no Brasil, o que representou uma diminuição de 3,0% em relação ao censo de 2021.

Com as ações de expansão e interiorização do ensino superior, a retenção e a evasão têm se apresentado como problemas para as instituições brasileiras. Assim, com o intuito de possibilitar o acesso de todos às

universidades e instituições públicas, é crucial que haja investimentos em programas e iniciativas que promovam a permanência dos estudantes nos ambientes acadêmicos, de forma inclusiva e proporcionando condições favoráveis à garantia de igualdade de oportunidades e à qualidade da educação.

3.1.1 A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A expansão dos IFs teve início no final de 2005. O governo federal revogou, por meio da Lei n. 11.195/2005, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no §5º do artigo 3º da Lei n. 8.948/1994. Assim, o MEC, por meio da sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou o Plano de Expansão da RFEPCT, tendo como intuítos a ampliação do acesso da população à educação profissional e tecnológica e a melhoria da distribuição espacial dessas instituições de ensino em todo o território nacional (MEC, 2024).

Em 2007, inicia-se a segunda fase da expansão, tendo como tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, na qual foi estabelecida como meta a implantação de 150 novas instituições (IFPB, 2020). A promulgação da Lei n. 11.892/2008 permite a presença dos institutos *multicampi* em todo o território dos estados da federação, promovendo o desenvolvimento local e regional, bem como a ampliação e a interiorização da educação profissional tecnológica pública, gratuita e de qualidade no Brasil.

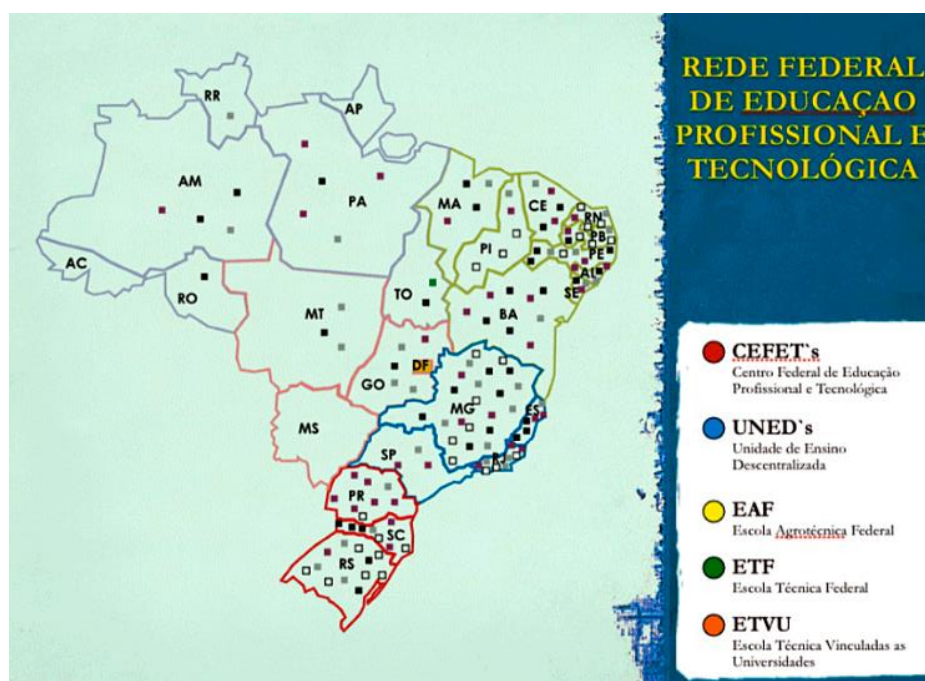
A expansão do ensino superior e da RFEPCT representam fenômenos relevantes no contexto educacional contemporâneo. Esse processo de expansão é impulsionado por diversos fatores, dentre eles a necessidade de formação de trabalhadores para atuar nos sistemas produtivos do país, os avanços tecnológicos e as políticas públicas voltadas à democratização do acesso à educação.

A partir da política de expansão e do reordenamento da educação profissional no Brasil, através a Lei n. 11.892/2008, institui-se a RFEPCT e são criados os IFs, considerados instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi* (Brasil, 2008). Os IFs são

especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

Nesse processo de expansão, foram criados 38 IFs, qual resultaram da reorganização dos Cefets e suas Unidades de Ensino Descentralizadas (Uned), das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e de colégios técnicos vinculados às universidades federais. Essas instituições, delineadas geograficamente no território brasileiro conforme ilustrado na Figura 2, têm atribuições relacionadas à formação e capacitação de profissionais em diversos níveis, abrangendo desde os cursos de qualificação básica até os de pós-graduação.

Figura 2 – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: *site* do MEC (2024).¹

Para compreender a singularidade dos IFs, é essencial compreender tanto a sua natureza quanto a sua finalidade político-pedagógica. No artigo 6º

¹ <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>

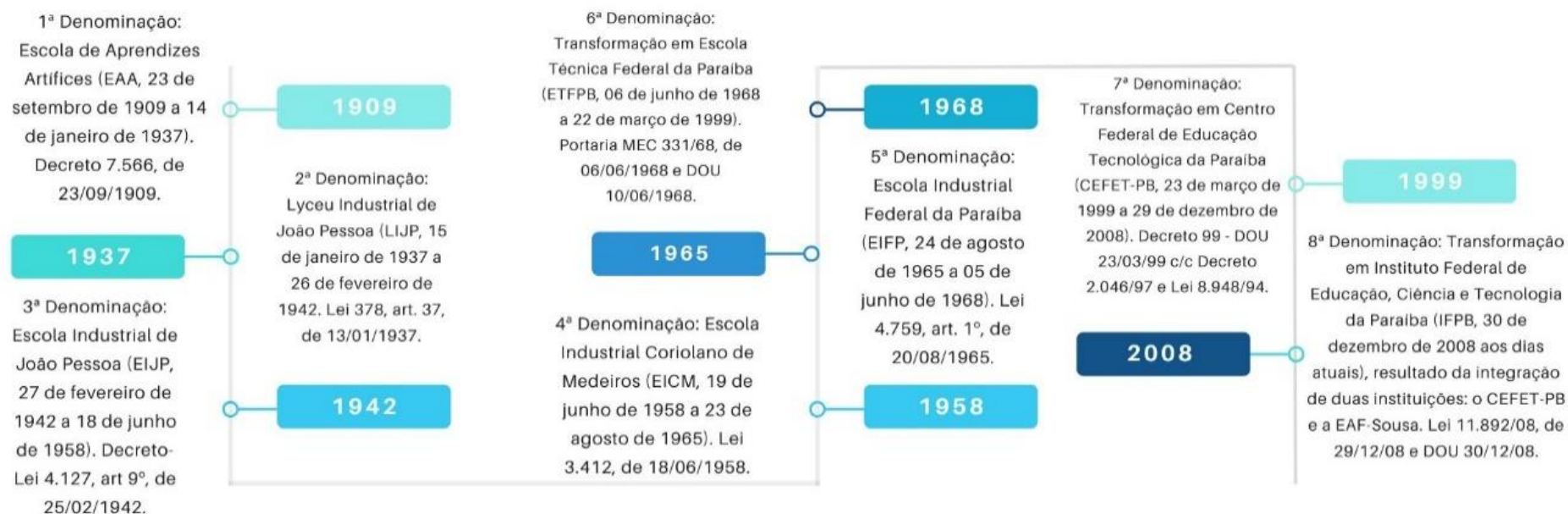
da Lei n. 11.892/2008, são apresentadas as finalidades e características dos IFs. Dentre elas, destaca-se que eles são instituições que ofertam educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia e com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

A legislação também destaca que os IFs devem promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior. Devem, ainda, qualificar-se como centros de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino (Brasil, 2008).

Com a instituição da RFEPCT no país, os IFs passam a ser considerados uma promessa revolucionária e inovadora, constituindo-se como locais de excelência na oferta de ensino público e de qualidade, estimulando a pesquisa e consolidando os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, além de possibilitar a presença dos institutos *multicampi* em todos os entes federativos, com o intuito de viabilizar a proliferação regional e a interiorização da oferta pública da educação profissional e do ensino superior (PDI, 2020–2024).

Em se tratando do IFPB, de acordo com as informações do PDI do IFPB (2020–2024), esse instituto tem mais de 114 anos de atuação no campo da educação e, ao longo de sua história, passou por diversas transformações e denominações. Na Figura 3, observam-se esses principais fatos institucionais que marcaram a história do IFPB.

Figura 3 – Principais fatos institucionais que marcaram a história do IFPB



Fonte: Plano de Desenvolvimento do IFPB 2020-2024 (IFPB, 2020).

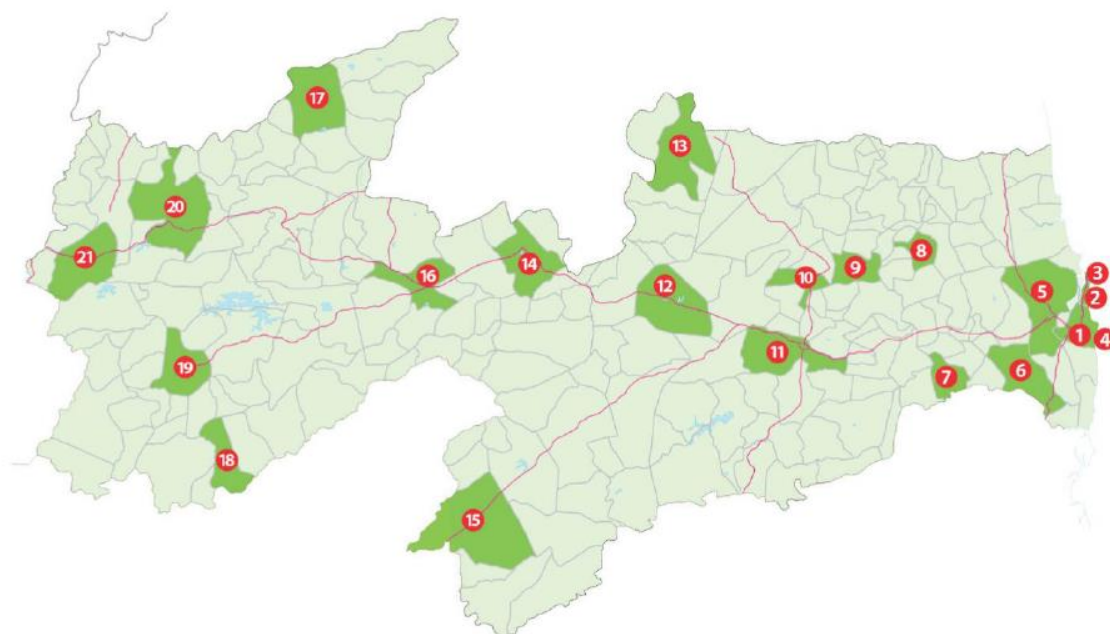
É importante destacar que a criação do IFPB pela Lei n. 11.892/2008, que se deu no contexto do final da primeira fase de expansão da educação profissional no país (1995–2008), é fruto da junção entre o Cefet-PB e a EAF de Sousa. O Cefet-PB, no início do ano de 2008, contava com três Uneds, localizadas em João Pessoa (1909), Cajazeiras (2004) e Campina Grande (2007), e a EAF de Sousa caracterizava-se como instituição independente do Cefet-PB (Cabral Neto; Araújo, 2020).

No período de 2008 a 2010, contemplado na Fase II do Plano de Expansão da Educação Profissional, o IFPB tornou-se uma instituição com nove *campi* e a Reitoria. Essa fase foi marcada pela implantação de cinco *campi* em cidades consideradas polos de desenvolvimento regional – Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel – que, somados aos *campi* já existentes de Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa, totalizam os nove *campi* da instituição (PDI, 2020).

Com a terceira fase do Plano de Expansão da Educação Profissional, iniciada em 2011, o IFPB passou de nove para 21 *campi* distribuídos em todas as regiões da Paraíba, com a implantação do *Campus* Guarabira e do *Campus* Avançado Cabedelo Centro, assim como outras dez unidades: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade (PDI, 2020), conforme se observa na Figura 4.

O IFPB é uma instituição que se destaca na oferta especializada de educação profissional e tecnológica, sendo referência no estado como uma alternativa eficaz para a formação de profissionais qualificados em diversas áreas. Além de se voltar à formação integral do estudante, o IFPB tem atribuições e autonomia que o associam às possibilidades de ações em favor do desenvolvimento socioeconômico regional.

Figura 4 – Área de abrangência do Instituto Federal da Paraíba



<i>Campus</i> João Pessoa	8. <i>Campus</i> Guarabira	15. <i>Campus</i> Monteiro
<i>Campus</i> Cabedelo	9. <i>Campus</i> Areia	16. <i>Campus</i> Patos
<i>Campus</i> Cabedelo Centro	10. <i>Campus</i> Esperança	17. <i>Campus</i> Catolé do Rocha
<i>Campus</i> Mangabeira	11. <i>Campus</i> Campina Grande	18. <i>Campus</i> Princesa Isabel
<i>Campus</i> Santa Rita	12. <i>Campus</i> Soledade	19. <i>Campus</i> Itaporanga
<i>Campus</i> Pedras de Fogo	13. <i>Campus</i> Picuí	20. <i>Campus</i> Sousa
<i>Campus</i> Itabaiana	14. <i>Campus</i> Santa Luzia	21. <i>Campus</i> Cajazeiras

Fonte: Plano de Desenvolvimento do IFPB (2020–2024).

Na Tabela 7, visualizam-se alguns dados acadêmicos do IFPB desde o ano de 2017 até o ano de 2023.

Tabela 7 – Dados acadêmicos do IFPB

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Unidade	21	21	21	21	21	21	21
Cursos	219	234	234	290	301	242	260
Matrículas	25.780	27.831	31.253	36.955	45.164	33.886	33.176
Vagas	8.969	8.608	11.319	12.138	15.004	12.002	11.985
Inscritos	69.170	45.503	72.892	63.127	57.185	46.602	50.863
Ingressantes	8.367	8.242	10.602	11.762	13.565	9.700	9.266
Concluintes	2.728	2.377	3.898	2.469	6.718	4.230	4.949

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024).

A atuação acadêmica do IFPB é desenvolvida nos diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme as finalidades e características definidas no

artigo 7º da Lei n. 11.892/2008. Dentre elas, destaca-se a educação profissional técnica de nível médio, que pode ser ofertada através de cursos técnicos integrados ao ensino médio, de cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e de cursos técnicos concomitantes ao ensino médio.

Além da oferta dos cursos técnicos de nível médio, o IFPB ministra cursos de formação inicial e continuada (FIC); realiza pesquisas, desenvolve atividades de extensão e promove processos educativos que visam à geração de trabalho e renda; e desempenha um papel relevante na oferta de cursos em nível de educação superior, através dos cursos superiores de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado, dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

É importante apontar que, conforme disposto no artigo 4º da Resolução Consuper/IFPB n. 246/2015, que dispõe sobre o estatuto da instituição, o IFPB tem como uma das finalidades precípua a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior.

A integração dos diferentes níveis de ensino ocorre de forma verticalizada, na qual os cursos são organizados de maneira sequencial e articulada, proporcionando aos estudantes a continuidade nos estudos em níveis subsequentes dentro da mesma instituição.

À vista da progressão da expansão da educação profissional do IFPB, cabe ressaltar a oportunidade de desenvolvimento econômico e social em diversas regiões, através da educação em todos os níveis e da interiorização da instituição em todo o estado da Paraíba.

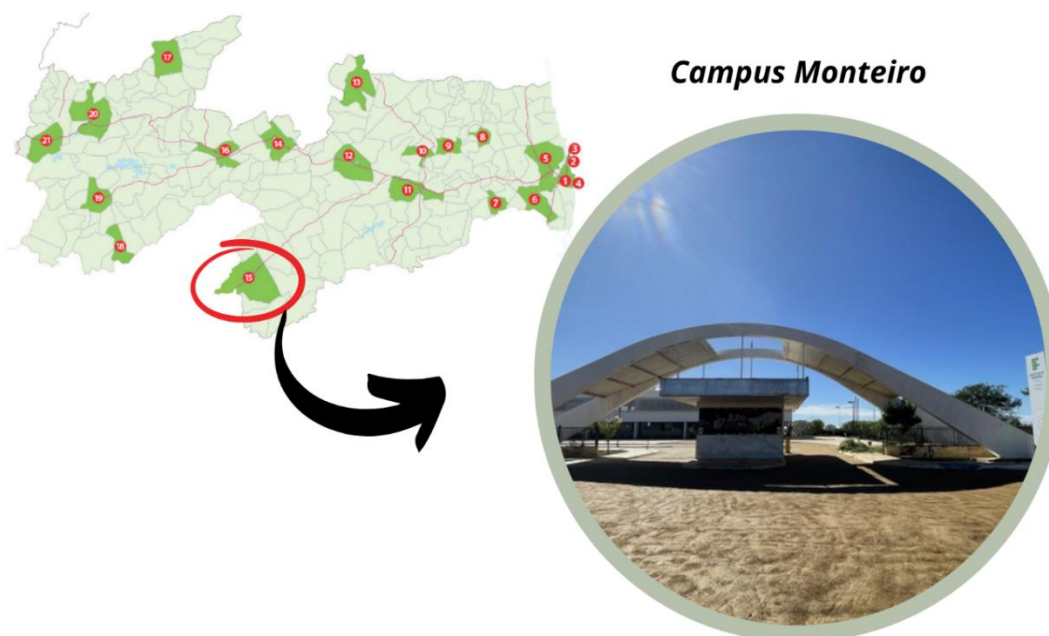
3.1.2 Plano de Expansão da Educação Profissional: o caso do IFPB – Campus Monteiro

Dentre as 21 unidades que compõem o IFPB, o *Campus Monteiro* teve seu funcionamento autorizado pela Portaria n. 4/2009 e faz parte dos *campi* que resultaram do Plano de Expansão Fase II da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do governo federal, através da lei que dá origem aos IFs.

O município de Monteiro, localizado no Nordeste brasileiro, estado da Paraíba, situado na mesorregião da Borborema, microrregião do Cariri

Ocidental Paraibano, a 319 quilômetros de João Pessoa (Figura 5), foi um dos municípios escolhidos, diante da sua relevância regional e da perspectiva da interiorização da educação profissional e tecnológica. Ele limita-se ao norte com o município de Prata (PB); a oeste com Sertânia, Iguaracy e Tuparetama (PE); ao sul, com São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (PB); e a leste, com Camalaú e Sumé (PB).

Figura 5 – Localização do *Campus Monteiro*



Fonte: PDI (2020-2024) – Adaptado pela autora (2024).

As atividades acadêmicas no *Campus Monteiro* tiveram início em 21 de setembro de 2009, com o curso superior de tecnologia em Construção de Edifícios (área de infraestrutura) e dois cursos técnicos de nível médio, nas modalidades integrado e subsequente nas áreas de informática e gestão escolar, respectivamente.

No ano letivo de 2024, o *Campus Monteiro* ofertou o Curso Superior de Tecnologia em ADS (eixo tecnológico Informação e Comunicação) e o Curso Superior em Construção de Edifícios (eixo tecnológico Infraestrutura), conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST); além do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado (eixo tecnológico Informação e Comunicação), o Curso Técnico em Informática Integrado (eixo tecnológico Informação e Comunicação), o Curso Técnico em Instrumento Musical Integrado e Subsequente (eixo tecnológico Produção

Cultural e *Design*), e o Curso Técnico em Edificações Integrado (eixo tecnológico Infraestrutura). O *campus* também oferta o curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente, conforme se visualiza no Quadro 1.

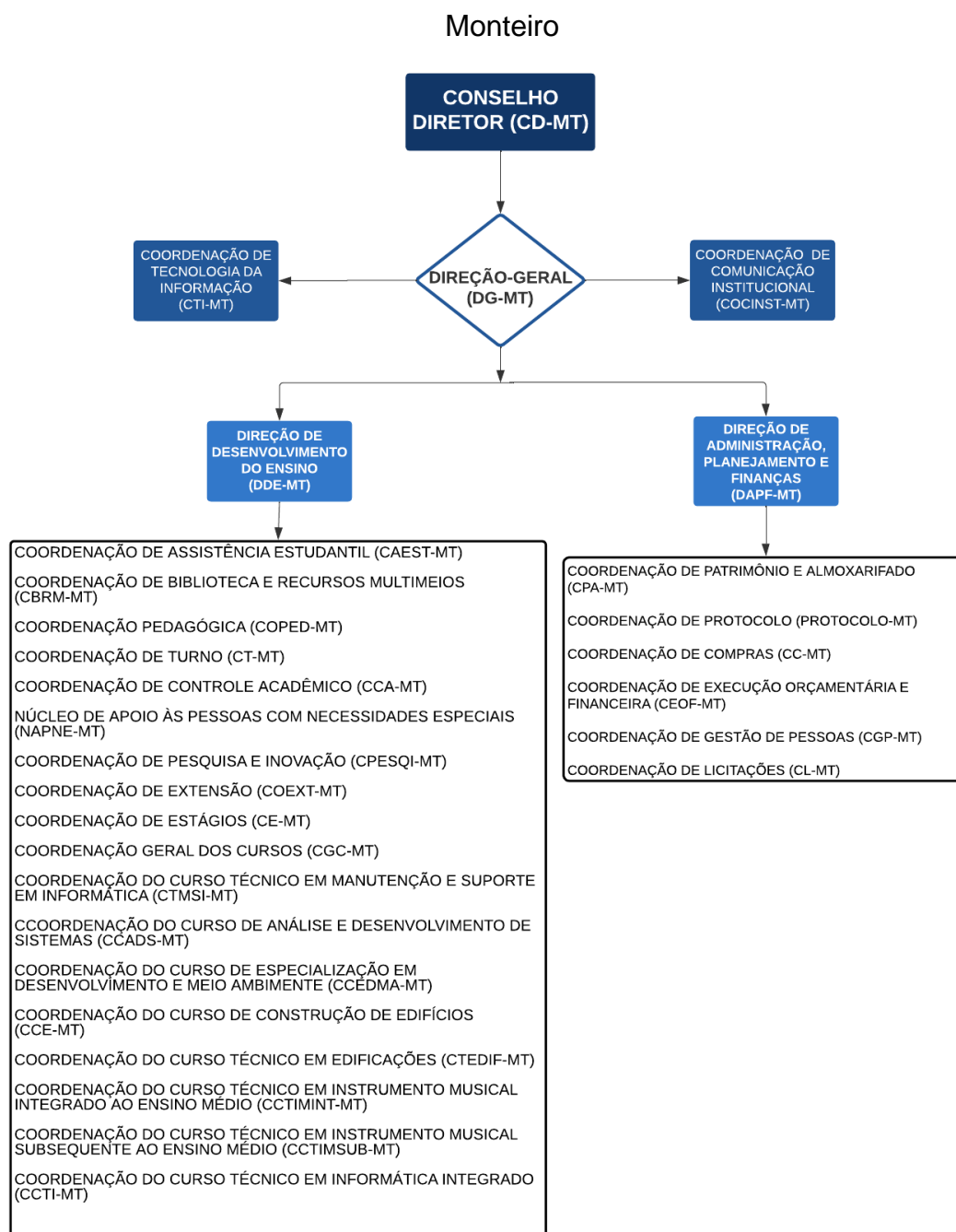
Quadro 1 – Cursos ofertados pelo IFPB – *Campus* Monteiro

Curso	Nível	Formação	Modalidade
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	Tecnológico	Presencial (noturno)
Construção de Edifícios	Graduação	Tecnológico	Presencial (noturno)
Desenvolvimento e Meio Ambiente	Pós-graduação	Especialização	Presencial (Integral)
Edificações	Técnico	Integrado ao Ensino Médio	Presencial (Integral)
Informática	Técnico	Integrado ao Ensino Médio	Presencial (Integral)
Instrumento Musical	Técnico	Integrado ao Ensino Médio	Presencial (Integral)
		Subsequente ao Ensino Médio	Presencial (Noturno)
Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	Técnico Integrado ao Ensino Médio	Presencial (Integral)

Fonte: Elaborado pela autora com base no *site* do Portal do Estudante do IFPB (2024).

Quanto à organização administrativa do *Campus* Monteiro, é constituída por: Conselho Diretor, Direção-Geral, Direção de Desenvolvimento do Ensino e Direção de Administração, Planejamento e Finanças, conforme prevê o art. 69 da Resolução n. 246/2015, que dispõe sobre o Estatuto do IFPB (Figura 6).

Figura 6 – Organização administrativa e acadêmica do IFPB – *Campus*



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Suap (2024).

As direções e as suas respectivas coordenações, constantes na Figura 6, possuem Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG), e são ocupadas por servidores de cargo efetivo da carreira docente e técnicos administrativos.

Com base no Suap do IFPB, em 31 de outubro de 2023, a comunidade acadêmica do *Campus* Monteiro era formada por 1.243 discentes com

matrículas ativas na instituição, 63 docentes e 32 técnicos-administrativos, totalizando 1.338 pessoas.

3.1.3 Cursos superiores de tecnologia no IFPB – Campus Monteiro

Antes de abordar a oferta dos cursos superiores do *Campus Monteiro*, é necessário apresentar quais modalidades de cursos da educação superior são ofertados pelo IFPB. A criação dessa instituição faz parte das políticas e das reformas da educação no país, especialmente relacionadas à educação profissional tecnológica. O IFPB é reconhecido como um espaço educacional que contribui de forma significativa no processo de expansão da educação superior na rede pública federal de educação brasileira (Cabral Neto; Araújo, 2020).

Na Tabela 8, pode-se verificar que a educação superior no IFPB se dá nas três modalidades de cursos: bacharelado, licenciatura e tecnologia.

Tabela 8 – Modalidade e quantitativo dos cursos superiores ofertados pelo IFPB

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Bacharelado	6	6	10	12	12	12	14
Licenciatura	12	12	14	15	16	18	17
Tecnologia	24	25	24	26	26	26	33

Fonte: Elaborado pela autoria com base dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024)

Os dados da Tabela 8 mostram que o IFPB ofertou 64 cursos superiores em 2023. Observa-se uma maior oferta de cursos de tecnologia, que representam 51,6% dos cursos superiores, seguidos dos cursos de licenciatura (26,6%) e de bacharelado (21,9%).

Nesse contexto, conforme apresentado na Tabela 9, o IFPB – *Campus Monteiro* oferta dois cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial. O curso de ADS representa 50,6% do total de alunos matriculados nos cursos superiores, enquanto o curso de Construção de Edifícios representa 49,4% das matrículas.

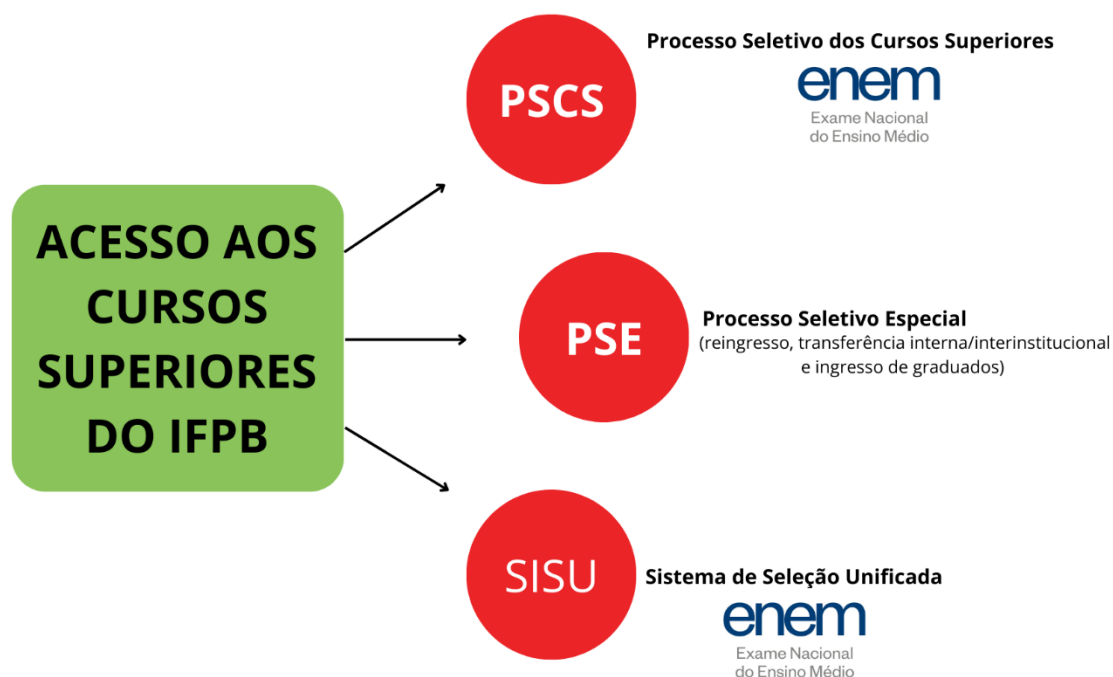
Tabela 9 – Quantitativo de estudantes matriculados nos cursos superiores de tecnologia no IFPB – *Campus* Monteiro em 2023

Curso superiores de tecnologia	Quantidade
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	301
Construção de Edifícios	294
Total	595

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024)

Os estudantes ingressam nos cursos superiores de tecnologia do IFPB – *Campus* Monteiro por meio de processos seletivos. São eles: Processos Seletivos para Cursos Superiores (PSCS), exclusivamente através do Enem; Processo Seletivo Especial (PSE), através das vagas remanescentes destinadas a reingresso, transferência interna, transferência interinstitucional e ingresso de graduados; e SisU, por meio da nota do Enem. A Figura 7 ilustra, em síntese, os meios principais de acesso aos cursos superiores no IFPB.

Figura 7 – Processos Seletivos de acesso aos Cursos Superiores do IFPB



Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI 2020–2024 (IFPB, 2020).

Tendo como base a cidade de origem dos estudantes com matrícula ativa nos cursos superiores de tecnologia no ano de 2023, o IFPB – *Campus* Monteiro atende estudantes provenientes de 47 cidades. Na Tabela 10, observa-se que Monteiro é município de origem de 38,4% dos estudantes de

curso superiores matriculados no IFPB – *Campus* Monteiro, seguido pelos municípios de Sertânia (PE), Sumé, Serra Branca e São Sebastião do Umbuzeiro, que correspondem, juntos, a 33,8% dos alunos matriculados.

Tabela 10 – Principais municípios de origem dos estudantes matriculados nos Cursos Superiores

Cidade	Quantidade de matrículas	Representatividade (%)
Monteiro (PB)	193	38,4%
Sertânia (PE)	71	14,1%
Sumé (PB)	46	9,2%
Serra Branca (PB)	31	6,2%
São Sebastião do Umbuzeiro (PB)	22	4,4%
Zabelê (PB)	19	3,8%
Congo (PB)	15	3,0%
Coxixola (PB)	13	2,6%
Prata (PB)	13	2,6%
+38 demais cidades	79	15,7%

Fonte: Suap (2024).

Posto isto, é importante considerar a diversidade de municípios de origem dos estudantes na tomada de decisões das ações institucionais que possibilitem a superação dos desafios que possam surgir durante sua jornada acadêmica, levando em conta suas necessidades individuais, sociais e culturais.

No que tange às características dos cursos superiores de tecnologia do IFPB, o curso de Construção de Edifícios foi o primeiro a ser ofertado na instituição. Segundo as informações contidas no Projeto Pedagógico do Curso, ele tem suas raízes a partir do curso de Tecnologia em Produção Civil e vem sendo ofertado pelo IFPB desde o ano de 2000. A partir do ano de 2008, o curso passou a ser denominado Tecnologia em Construção em Edifícios (TCE), devido à vocação regional para o mercado de edificações verticais. O curso de Construção de Edifícios foi implantado no *campus* no ano de 2009 e teve sua data de início de funcionamento no dia 26 de dezembro de 2008, autorizado pela Resolução *ad referendum* Consuper/IFPB n. 30/2008, e reconhecido pela Portaria n. 299/2015.

Conforme a quarta edição do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) (2016), o tecnólogo em construção de edifícios atua no gerenciamento, no planejamento e na execução de obras de edifícios. Além de fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento de obras de edifícios, atua na elaboração de orçamentos, no gerenciamento de resíduos de obras, realiza desenhos técnicos, executa vistorias, perícias e avaliações, emite laudos e pareceres técnicos, dentre outras atuações na sua área de formação.

O curso é ofertado no *Campus* Monteiro na modalidade presencial, em regime semestral, tendo como prazo mínimo para conclusão sete semestres letivos, e prazo máximo de 14 semestres. Em relação à carga horária, abrange 2.302 horas de disciplinas obrigatórias e 100 horas de atividades complementares, totalizando 2.402 horas. Há, ainda, outras atividades obrigatórias para a conclusão da grade curricular: o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), com 67 horas para orientação ou o estágio curricular supervisionado, com no mínimo 300 horas. O estudante pode optar por realizar o estágio ou elaborar o TCC.

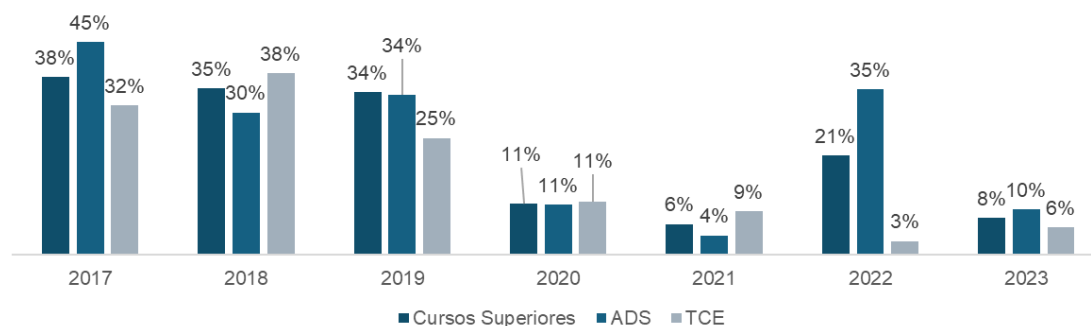
O Curso Superior de Tecnologia em ADS, por sua vez, teve sua autorização de funcionamento no *Campus* Monteiro pela Resolução *ad referendum* n. 68/2011, e reconhecido pela Portaria Seres/MEC n. 1.038/2015. A área de tecnologia da informação e comunicação vem avançando expressivamente nas últimas décadas e, conforme o CNCST (2016), o egresso do curso de ADS tem um perfil profissional habilitado a analisar, projetar, desenvolver, testar, implantar e manter sistemas computacionais de informação. Além disso, o tecnólogo dessa área tem capacitação técnica nas ferramentas de engenharia de *software*, linguagens de programação, dentre outras atividades que envolvem os sistemas de informação.

Considerando as oportunidades na indústria nacional e internacional para profissionais especializados na produção de *software*, o IFPB – *Campus* Monteiro investiu no curso de ADS, ofertado na modalidade presencial e organizado em regime semestral, com prazo mínimo para integralização em seis semestres letivos e tempo máximo de conclusão em 12 semestres. Da carga horária total de 2.433 horas, as disciplinas obrigatórias e optativas abrangem 2.000 horas e as atividades complementares totalizam 100 horas.

Somam-se, ainda, 33 horas para TCC e 300 horas para estágio supervisionado não obrigatório.

No tocante aos indicadores acadêmicos, observa-se no Gráfico 2 a taxa de evasão dos cursos superiores do IFPB – *Campus Monteiro*, tendo como base as informações disponibilizadas pela PNP.

Gráfico 2 – Taxa de evasão dos cursos superiores do IFPB – *Campus Monteiro*



Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024).

O índice da taxa de evasão na PNP calcula o percentual de matrículas que perderam o vínculo durante o ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao número total de estudantes que estiveram com matrícula ativa por pelo menos um dia no ano na instituição (PNP, 2020).

Segundo o Inep (2017), a evasão pode ser entendida como a saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover ao aluno uma condição superior à de ingresso, no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de competências almejadas para o respectivo nível de ensino.

Ao analisar os dados, no período entre 2017 e 2023, é possível observar que a taxa de evasão varia consideravelmente, não havendo diferenças apenas no ano de 2020. Vale ressaltar que no ano de 2020, ocorreu a interrupção das atividades letivas no IFPB, em decorrência da pandemia de covid-19. Dessa forma, não é possível analisar os dados considerando o ano de 2020.

Quando analisados os dados de registros no ano de 2023 em comparação aos de 2017, é possível observar uma redução de 79,5% na taxa de evasão dos cursos superiores. Há uma diminuição significativa de 81,7% no

curso superior de Construção em Edifícios e uma redução de 78,6% no curso superior de ADS. Essa melhora no indicador pode ter resultado do retorno às atividades letivas no formato híbrido e das ações inclusivas desenvolvidas pelo IFPB, tais como os auxílios de equipamentos para os estudantes e a manutenção dos auxílios financeiros aos estudantes, entre outras.

Na 13ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, o Instituto Semesp (2023) – centro de inteligência analítica criado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – divulgou dados que apontam que a taxa de evasão dos cursos presenciais da área de Tecnologia da Informação (TI) tem sido consistentemente mais elevada do que a de todas as demais áreas de ensino superior. A edição usou informações oficiais do Censo da Educação, referentes a 2021, divulgados pelo Inep em novembro de 2022, dentre outras fontes.

Com base nos dados, no ano de 2021, o índice de evasão nos cursos presenciais de TI foi de 38,5%, enquanto nas demais áreas foi de 30,7%. E de acordo com a pesquisa, uma das principais justificativas pode estar relacionada ao fato de que o mercado de trabalho dessa área contrata os estudantes sem exigir, necessariamente, o diploma de conclusão de curso. Sem essa necessidade, os estudantes optam pela desistência dos cursos e apostam em microcertificações para obter um avanço na carreira (Semesp, 2023).

Esse fenômeno impacta diretamente o curso de ADS, do IFPB – *Campus* Monteiro, que apresenta a maior taxa de evasão dentre os cursos superiores. Conforme o Gráfico 2, a evasão desse curso foi de 35% em 2022, período em que a área de TI teve uma forte demanda de profissionais em decorrência da pandemia de covid-19. Considerando as informações do Mapa do Ensino Superior no Brasil e a forte demanda por profissionais da área de tecnologia, o indicador de evasão foi fortemente impactado.

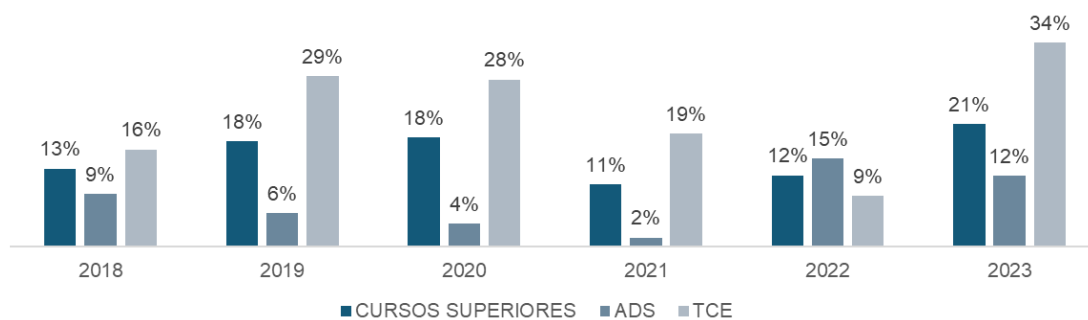
Os avanços tecnológicos provocam desafios para o mercado de trabalho no setor de computação e tecnologia, trazendo atenção e relevância para os cursos da área de TI devido à crescente demanda por profissionais experientes e capacitados. Assim, torna-se imprescindível encontrar estratégias e ações para garantir a permanência desses estudantes e a conclusão dos cursos, bem como uma formação de qualidade voltada às necessidades do mercado.

A evasão é um desafio que as instituições de ensino enfrentam, e é fundamental que sejam realizadas análises dos dados educacionais para subsidiar a implementação de ações de intervenção efetivas, além de possibilitar estudos para a identificação precoce dos estudantes com chances de deixar a instituição.

Dentre os indicadores acadêmicos contidos na PNP, um indicador importante que chama atenção é o de “eficiência acadêmica”. Esse indicador tem como objetivo avaliar a RFEPTC em sua capacidade de alcançar os resultados previstos em termos de “estudantes certificados” ou “com potencial de certificação” em relação ao número total de matrículas (PNP, 2020).

No Gráfico 3, visualizam-se os índices de eficiência acadêmica dos cursos superiores do IFPB – *Campus* Monteiro de 2018 a 2023. Esse índice calcula o percentual dos estudantes que concluíram o curso com êxito no período previsto, acrescido dos estudantes retidos no ano de referência que poderão concluir o curso (PNP, 2020).

Gráfico 3 – Taxa de eficiência acadêmica dos cursos superiores do IFPB – *Campus* Monteiro – 2018–2023



Fonte: Elaborado pela autoria com base dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024).

Nesse contexto, a PNP aponta que o IFPB – *Campus* Monteiro possui 32,74% de eficiência acadêmica no ano de 2023, tendo 20,62% de eficiência nos cursos superiores. No período entre 2018 e 2023, a eficiência acadêmica nos cursos superiores do *Campus* Monteiro apresentou um avanço de 57,4%, que pode ser atribuído às ações de acompanhamento dos estudantes que estão para se formar dentro do ciclo acadêmico, assim como ações que visem à colação de grau, com a conclusão dos TCCs.

É importante destacar que o índice de eficiência acadêmica é aferido considerando a razão entre o número de estudantes concluintes e o número

total de matrículas, nas quais estão incluídos os números de concluintes, evadidos e retidos. Levando em consideração esses dados, torna-se crucial refletir e realizar diagnósticos para que sejam aprimoradas as decisões institucionais em combate à evasão, além de promover ações que diminuam o índice de retenção e garantam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

3.1.4 A caracterização do setor da coordenação pedagógica no IFPB – Campus Monteiro

A equipe pedagógica, no âmbito do IFPB, conforme a Resolução Consuper/IFPB n. 50/2021, que dispõe sobre as diretrizes de atuação na instituição, é constituída por profissionais que atuam na implementação e na avaliação das políticas educacionais no instituto. Essa equipe é constituída como Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (Copae), Coordenação Pedagógica (Coped) ou como outro setor pedagógico específico, com lotação na Direção de Desenvolvimento do Ensino (DDE).

No IFPB – *Campus Monteiro*, a equipe pedagógica é constituída pela Coped, composta por pedagogo e técnicos em assuntos educacionais. A atuação dessa equipe é orientada pelas diretrizes da Resolução Consuper/IFPB n. 50/2021, que estabelece três eixos “I) gestão pedagógica; II) acompanhamento e orientação pedagógica ao corpo discente; e III) formação, acompanhamento e assessoramento pedagógico ao corpo docente” (IFPB, 2021, p. 2).

Quanto à estrutura organizacional, a Coped está ligada à DDE do *campus* e à Diretoria de Articulação Pedagógica (Dape), na Reitoria. E em conformidade com a resolução supracitada, o desenvolvimento das ações dessas equipes é efetivado através do trabalho colaborativo entre docentes, DDE, coordenadores de curso/áreas, colegiados de curso e equipe multiprofissional. Além disso, suas ações estão baseadas no planejamento acadêmico do *campus*, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano Pedagógico Institucional (PPI) do IFPB.

Em se tratando de trabalho colaborativo com a equipe multiprofissional, a Coped atua interligada com dois setores: a Coordenação de Assistência

Estudantil (Caest), composta por assistente social, nutricionista, psicólogo e técnico em enfermagem; e a Coordenação de Acessibilidade e Inclusão (Clai), composta por um coordenador, tradutores e intérpretes de Libras, transcritor braille, ledores e cuidadores.

No âmbito da assistência estudantil, cabe a esses profissionais da Coped: atuar no auxílio do trabalho coletivo, facilitando a comunicação entre os agentes do processo educativo; estudar e propor medidas que visem aperfeiçoar os processos pedagógicos, em estreita articulação com a equipe multiprofissional e com os demais componentes do sistema educacional; elaborar e desenvolver projetos educacionais que fortaleçam a educação integral dos estudantes, em conjunto com a equipe multiprofissional; participar da elaboração e execução de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional; realizar trabalhos de pesquisa, visando à obtenção de dados que subsidiem a ação educativa; e participar da elaboração de projetos pedagógicos, de assistência estudantil e de parceria com a família (IFPB, 2018).

Em suma, a Coped desempenha diversas ações, tendo foco na atuação direcionada à experiência pedagógica e acadêmica dos estudantes. Dentre elas, destacam-se: apoio e acolhimento, orientação educacional, acompanhamento pedagógico e assistência pedagógica. Essas ações são desenvolvidas através de atendimentos individuais e coletivos, atividades socioeducativas multidisciplinares, oficinas pedagógicas que abordam temas como técnicas de estudo, regimentos disciplinares e didáticos da instituição, como também em trabalho conjunto com as demais coordenações ligadas à DDE do *campus*, que oferecem atividades que tratam sobre as habilidades socioemocionais dos estudantes.

Além dessas ações, é realizado o Projeto Escuta IF com todos os estudantes da instituição, com o intuito de fomentar a horizontalização das relações entre a equipe pedagógica e a comunidade discente. Essa escuta ativa é uma estratégia essencial para promover uma gestão democrática-participativa, por meio da qual se identificam, através das falas dos estudantes, os anseios e as dificuldades na instituição. O projeto também possibilita discutir e implementar ações de melhoria no processo de ensino e aprendizagem com base nas contribuições e nas necessidades acadêmicas dos estudantes.

3.2 Políticas públicas de permanência: o Programa Nacional de Assistência Estudantil

Esta seção foi pensada com o intuito de realizar uma explanação sobre alguns dados da política pública no universo da educação superior, em que se destaca o Pnaes, considerado como uma política de permanência estudantil que busca igualdade nas oportunidades e qualidade no sistema educacional brasileiro.

O Pnaes faz parte das políticas de acesso e permanência estudantil, pois foi criado posteriormente ao lançamento do Reuni, em abril de 2007, no Governo Lula, tendo como incentivo as demandas recebidas da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e do Movimento Estudantil.

Em 1987, foi fundado o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), órgão assessor da Andifes. A atuação do Fonaprace sempre esteve ligada à busca de melhorias para os estudantes universitários e à garantia de uma política de assistência, assegurando o acesso e os meios necessários para permanência e conclusão do curso. Nesse sentido, o Fonaprace tem como objetivo propor políticas públicas que deem acesso às oportunidades educacionais, impedindo que as condições sociais dificultem o gozo cidadão ao direito à educação.

Periodicamente, o Fonaprace realiza pesquisas em âmbito nacional com o intuito de traçar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes nas Ifes. Os resultados das pesquisas do Fonaprace, realizadas em 1996, 2003 e 2010, ajudaram a desmistificar a ideia de que a maioria dos estudantes presentes nas instituições públicas de ensino superior adviria de famílias econômicas privilegiadas. E é importante ressaltar que essas pesquisas contribuíram de forma significativa na criação de uma política nacional de assistência estudantil. Foi a partir dos dados da pesquisa realizada em 1996 que o Fonaprace elaborou a proposta do Pnaes, que foi encaminhado à Andifes em 2001, para apresentação ao MEC com o intuito de implementá-lo como política pública na educação superior (Brasil, 2019).

Diante do exposto, o Fonaprace foi o lócus de onde emergiu, dentre outras ações, o Pnaes, que representou uma conquista para sociedade

brasileira, redefinindo a assistência como um direito e considerando-a como uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais existentes, o que contribuiu para a ampliação e a democratização do acesso e permanência dos estudantes no ensino superior.

Após a implementação de políticas públicas na educação superior, como o Reuni, o Sisu, o Pnaes e a Lei de Cotas (Lei Federal n. 12.711/2012), o Fonaprace realizou novas pesquisas em 2014 e em 2018. Os dados dessas pesquisas permitiram a avaliação e análise das mudanças no perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das Ifes, promovidas por essas políticas públicas (Brasil, 2019).

Nesta seção, iremos tratar sobre os dados obtidos na V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Ifes, organizada pelo Fonaprace, que visou realizar um levantamento do perfil dos estudantes, mais precisamente sobre o perfil básico, as condições de moradia, a origem familiar, o trabalho, o histórico escolar, a vida acadêmica, as atividades culturais, a saúde, a qualidade de vida e as dificuldades estudantis e emocionais (Brasil, 2019).

A IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Ifes, realizada em 2014/2015 pela Andifes e pelo Fonaprace, já tinha identificado que nas universidades federais e nos Cefets MG e RJ a presença de estudantes negros e de origem popular era mais frequente, e que se apresentavam novos desafios para a garantia da permanência e o sucesso acadêmico daqueles considerados vulneráveis (Brasil, 2019).

Conforme o Fonaprace (Brasil, 2019), até o ano de 2012, os recursos destinados à assistência estudantil vinham do Reuni e, com isso, as instituições recebiam um suplemento significativo no seu orçamento para a implementação das políticas de permanência estudantil. Já a partir de 2013, os recursos que financiavam a assistência advinham dos recursos próprios das universidades e Cefets ou do Pnaes.

Conforme a Tabela 11, a seguir, até 2016, houve uma evolução do volume de recursos do Pnaes para as políticas de permanência, que passou de R\$ 125 milhões em 2008 para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016. Todavia,

nos anos posteriores sofreu uma queda para R\$ 987 milhões em 2017 e R\$ 957 milhões em 2018.

Tabela 11 – Evolução do volume de recursos do Pnaes (2008–2018)

Ano	PNAES Nacional	▲%
2008	R\$ 125.300.000,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,0
2010	R\$ 304.000.000,00	49,8
2011	R\$ 395.189.588,00	30,0
2012	R\$ 503.843.628,00	27,5
2013	R\$ 603.787.226,00	19,8
2014	R\$ 742.720.249,00	23,0
2015	R\$ 895.026.718,00	20,5
2016	R\$ 1.030.037.000,00	15,1
2017	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R\$ 957.178.952,00	- 3,1

Fonte: Silva e Costa (2018).

No tocante à queda dos recursos do Pnaes a partir do ano de 2017, é importante ressaltar que a V Pesquisa Nacional (2019) organizada pelo Fonaprace informa que houve uma mudança significativa no perfil socioeconômico dos estudantes nas IES públicas, revelando que 53,5% dos graduandos das Ifes estão na faixa de renda mensal familiar *per capita* de até um salário-mínimo e 70,2% estão na faixa de renda mensal familiar *per capita* de até 1,5 salário-mínimo.

E, perante o contexto das políticas públicas na educação superior, pode-se observar que desde o início da década de 2000 há uma heterogeneização

do público de estudantes nas IES públicas, devido ao processo de expansão do ensino superior e do investimento em políticas públicas sociais. E a V Pesquisa Nacional do Fonaprace mostra que nos últimos 20 anos houve muitas mudanças no público de estudantes do ensino superior, por cor ou raça. A criação das políticas de cotas garantiu a ampliação do direito à educação de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica. Com a Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, ficou prevista a reserva de vagas para os estudantes oriundos de escolas públicas e para minorias étnicas (Cunha; Oliveira; Fernandes, 2023).

A partir de 2007, no contexto de expansão e democratização do ensino superior, a assistência estudantil é reconhecida como política educacional, sendo instituído o Pnaes através da Portaria Normativa n. 39/2007. Em 2008, o programa teve como prerrogativa o suporte à política de crescimento das Ifes, e foi atualizado posteriormente pelo Decreto n. 7.234/2010. Este último institui o Pnaes como programa que visa à ampliação das condições de permanência dos estudantes no ensino superior federal. O programa fornece ações com a finalidade de atender às necessidades enfrentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sobre esse aspecto, essas ações devem considerar a necessidade de permitir a igualdade de oportunidades, favorecendo na melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e agindo nas situações de retenção e de evasão, em razão da insuficiência das condições financeiras (Brasil, 2010).

As ações dos programas de assistência estudantil têm como objetivo viabilizar a igualdade de direitos como, por exemplo, o acesso e a permanência dos estudantes nas IES, reduzindo, assim, as disparidades socioeconômicas existentes.

Em conformidade com o que dispõe o Pnaes, a principal finalidade dessa política é a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010). O programa tem como objetivos democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades sociais, reduzir as taxas de retenção e de evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010). Com esse intuito, as IES públicas organizam a Política de Assistência Estudantil a partir

de ações que visem garantir a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes.

A Política de Assistência Estudantil, como política pública de educação, associa-se às estratégias de melhoria da qualidade do ensino superior ofertadas pelas instituições públicas no país. Tem a finalidade de proteção social aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, proporcionando condições de saúde, acesso à formação profissional, o provimento de recursos necessários aos estudantes e ações voltadas a moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros para demais gastos (Dumaresq, 2014).

As ações do Pnaes são fundamentais para garantir a permanência e o desenvolvimento satisfatório dos estudantes em sua formação acadêmica e profissional. Consoante Carvalho (2020, p. 18), “a efetivação da política de assistência estudantil, associada à melhoria na qualidade do ensino superior, são fatores essenciais para que o aluno possa se desenvolver satisfatoriamente”.

A Política de Assistência Estudantil do Pnaes é composta por diversos eixos de atuação, entre eles: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade e superlotação (Brasil, 2010).

O Pnaes é executado nas instituições públicas de forma descentralizada, isto é, cada instituição tem autonomia para utilizar os recursos de acordo com sua realidade e necessidades específicas. Dessa forma, essa política pública pode ser desenvolvida através de ações locais, de acordo com as demandas que precisam da assistência estudantil para que os estudantes se mantenham e permaneçam na instituição. A assistência estudantil é uma política permanente, fundamental não só para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos estudantes, como também para a melhoria no desempenho acadêmico.

Para Imperatori (2017), mesmo que os aspectos socioeconômicos sejam considerados como um elemento fundamental para garantir a permanência dos estudantes nas instituições, ainda é necessária a consolidação da assistência estudantil enquanto política pública. Assim, é necessária a análise das

possibilidades de acesso, de permanência e de conclusão dos cursos, de modo a contribuir para a reflexão e avaliação das políticas públicas e das ações estabelecidas pelas IES e suas responsabilidades sociais.

No que tange ao acesso e à permanência dos estudantes na educação superior, a implementação de políticas institucionais e federais possibilita um impacto significativo, principalmente para as populações que até pouco tempo não estavam inseridas no ambiente acadêmico. Desse modo, conforme o Decreto n. 7.234/2010, as ações do Pnaes contribuem para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e possibilita o agir em possíveis situações de retenção e de evasão decorrentes das condições financeiras.

Contudo, percebe-se que o apoio pedagógico, como uma das áreas que devem ser desenvolvidas nas ações da assistência estudantil do Pnaes, pode contribuir de forma significativa na trajetória acadêmica dos estudantes, independentemente das múltiplas circunstâncias políticas, econômicas, sociológicas ou psicológicas que marcam a entrada e o percurso na vida acadêmica no ensino superior.

Ao tratarmos sobre assistência estudantil no IFPB, vale destacar a Resolução CS n. 16/2018. O documento dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPB, que está em conformidade com o que estabelecem o Pnaes e o Estatuto e Regimento Geral do IFPB. Conforme essa resolução, a política dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializado por meio de programas que visam assegurar aos educandos o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (IFPB, 2018).

No IFPB, a função precípua da Política de Assistência Estudantil é assegurar a garantia de acesso, permanência e êxito dos estudantes. E a assistência estudantil na instituição é norteadada por diversos princípios, dentre os quais: educação como um bem público, gratuito e de qualidade; multidisciplinaridade nas ações; assistência estudantil como direito social e dever político; equidade e justiça social, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão do curso com qualidade (IFPB, 2018).

Na resolução supracitada, são descritos dez programas pelos quais a Política de Assistência Estudantil é operacionalizada na instituição, e um destes programas é o Programa de Apoio Pedagógico, que visa apoiar as ações didático-pedagógicas, buscando melhorar o desempenho dos estudantes. Conforme a resolução, a esse programa compete proporcionar aos estudantes uma reflexão crítica em relação a sua história escolar, identificando potencialidades e fragilidades, além de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem e identificar, fundamentar e interpretar as dificuldades que possam ocorrer durante esse processo (IFPB, 2018).

A operacionalização dos programas previstos na Política de Assistência Estudantil do IFPB é de responsabilidade da equipe multidisciplinar, que envolve profissionais de diferentes áreas do conhecimento, dentre as quais a Pedagogia. No âmbito do IFPB, encontramos o pedagogo e o técnico em assuntos educacionais como profissionais que atuam dando suporte às questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

4 A IMPORTÂNCIA DO APOIO PEDAGÓGICO PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

Neste capítulo, será realizada uma discussão sobre o apoio pedagógico para a condição de permanência dos estudantes. Também serão discutidos o papel do pedagogo no IFPB e o conceito de afiliação universitária, de Alain Coulon (2008), o qual se preocupa com a trajetória acadêmica dos estudantes e investiga sobre como os estudantes se identificam e se percebem na cultura universitária. Na perspectiva do autor, o desafio não é a entrada na universidade, mas permanecer nela. E é possível relacionar essa permanência estudantil na educação superior com o “ofício de estudante”. Coulon (2008) afirma que a entrada na vida universitária é uma passagem de aluno para estudante e que o sucesso na universidade, além da aprendizagem do ofício de estudante, deve ser acompanhada por um processo de afiliação institucional e intelectual na vida universitária.

Os estudos e pesquisas no ensino superior, no Brasil, guardam relação direta com as mudanças sistematizadas pelo Reuni e, conforme Coulon (2017), caracterizam-se por diversos aspectos, como, por exemplo, pelas políticas de cotas étnicas e raciais e de egressos do ensino médio público, pela implantação do Enem e pela expansão do Sisu e das IES.

Diante dessas políticas que provocaram a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, ficam evidentes a diversidade e pluralidade do perfil dos estudantes brasileiros do ensino superior. Nessa perspectiva, neste capítulo será abordada a contribuição do pedagogo no ensino superior, abrangendo os limites e alcances do apoio pedagógico aos estudantes no seu processo de adaptação à instituição, sua permanência e êxito acadêmico.

4.1 O papel do pedagogo no IFPB

É importante destacar que o pedagogo é um profissional formado pelo curso de Pedagogia e, conforme Silva e Monteiro (2020), após mais de duas décadas da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, foi inserido na Educação Profissional e Tecnológica. O curso de Pedagogia constituiu-se

como um curso superior no Brasil na Universidade de São Paulo no ano de 1939 (Sokolowski, 2013).

No contexto contemporâneo, o papel do pedagogo é complexo e multifacetado. O campo de atuação desse profissional abrange as atividades docentes (na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental); e as atividades que não são diretamente docentes, mas que se manifestam nos espaços escolares (direção, gestão, coordenação etc.) e nas atividades não escolares (empresas, museus, instituições públicas etc.) (Sant Ana; Pinto, 2023).

Ao tratar sobre a Pedagogia, os autores Fernandes e Severo (2023) compreendem que essa área deve ser conceituada considerando o seu sentido pleno, tanto como campo de conhecimento quanto como curso de formação profissional. Os autores acrescentam que a Pedagogia não deve estar relacionada apenas ao ato da docência, mas que seja colocada como uma de suas áreas de atuação, e que seja reconhecida como “Ciência da Educação”, a “Ciência Prática”. Entende-se que a docência é apenas uma área de atuação do profissional de Pedagogia.

Assim, vale destacar as palavras de Pimenta (2011, p. 73), que enfatiza que “o ensino é um tipo de prática educativa, vale dizer, uma modalidade de trabalho pedagógico. Logo, a docência é um trabalho pedagógico, pois trata-se de uma atividade que há intencionalidade, que implica uma direção (Libâneo, 2001).

Nesse sentido, para considerar que a atuação do profissional da área de Pedagogia não se reduz à docência, corrobora-se a ideia de Libâneo (2001), que define a Pedagogia como o campo de conhecimento que tem como foco o estudo sistemático da educação. Para o autor, esse estudo não se limita às práticas escolares, mas abrange um imenso conjunto de práticas educativas, uma vez que os processos de educação que visam o desenvolvimento humano ocorrem em diversos contextos sociais e sob variadas modalidades. Segundo Libâneo (2001, p. 10), a Pedagogia, “mediante os conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais visa o investiga a realidade educacional em transformação”.

De acordo com a norma legal do curso de Pedagogia, a Resolução CNE/CP n. 1/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o

Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, o perfil do egresso do curso não está voltado apenas às atividades de docência, mas também à atuação do pedagogo em atividades ligadas à gestão escolar e pedagógica, ao planejamento e à avaliação educacional no nível dos sistemas educativos, organizações e unidades educacionais, em espaços escolares e não escolares (Brasil, 2006).

Contudo, é importante destacar que o Conselho Nacional de Educação, em 29 de maio de 2024, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

No que diz respeito à regulamentação do exercício da profissão do pedagogo no Brasil, existe o Projeto de Lei n. 1.735/2019, sob autoria do Deputado Mauro Nazif (PSB-RO). A regulamentação do profissional possibilita o reconhecimento da unidade e da amplitude da atuação do pedagogo.

Ao tratar das atribuições do pedagogo, Sant'Ana (2019, p. 89) destaca que estão vinculadas “tanto às atividades de gestão e coordenação, atuando como coordenador pedagógico, quanto às atividades pedagógicas de orientação, acompanhamento e mediação”. Assim, percebe-se que a atuação desse profissional é vasta em diversos espaços de trabalho, seja ela voltada a docência, gestão, pesquisa ou organização institucional, dentre outros. Além disso, o pedagogo atua no acompanhamento das práticas pedagógicas dos docentes e nas ações pedagógicas e metodológicas no processo de ensino-aprendizagem. Sant'Ana (2019) ressalta a relevância desse profissional no processo de formação integral dos estudantes e na construção coletiva de ações didático-pedagógicas eficazes no trabalho educativo nos IFs.

Tendo em vista a discussão sobre a identidade profissional do pedagogo na contemporaneidade, deve-se considerar que o pedagogo assume um papel crucial na gestão educacional. Assim, é necessário compreender que a docência, como ato educativo, ultrapassa os limites da sala de aula e da própria instituição escolar.

O pedagogo colabora no processo de ensino-aprendizagem, na organização e administração da instituição, atuando na busca por soluções para os diversos desafios no trabalho educativo, além de garantir a qualidade

da educação e a formação integral dos estudantes. Nesse sentido, Libâneo (2010, p. 51) diz que:

É quase unânime entre os estudiosos, hoje, o entendimento de que as práticas educativas estendem-se às mais variadas instâncias da vida social não se restringindo, portanto, à escola e muito menos à docência, embora estas devam ser a referência da formação do pedagogo escolar. Sendo assim, o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma Pedagogia.

Assim, é preciso compreender que o processo de aprendizagem não se limita ao espaço escolar, mas ocorre nas diversas relações e contextos sociais. E o pedagogo deve ser visto como um profissional crítico e reflexivo, capaz de pensar sobre a ação educativa em suas mais amplas relações.

Ao considerar os documentos que descrevem os cargos técnico-administrativos em educação, observa-se no anexo ao Ofício Curricular CGGP/SAA/SE/MEC n. 015/2005, que dispõe sobre Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das IFEs vinculadas ao MEC, a descrição sumária e as atividades típicas de cada cargo. No Quadro 2 (a seguir), destaca-se o requisito de qualificação para ingresso no cargo de pedagogo, a descrição sumária e as atividades típicas.

Importante destacar que o Ofício MEC n. 15/2005 tornou-se sem efeito pelo Ofício MEC n. 1/2017. Contudo, enquanto não há nova regulamentação, as atribuições dos cargos descritas nos editais de concursos dos IFs permanecem conforme descritas no anexo do Ofício n. 15/2005.

No Ofício MEC n. 15/2005, o cargo de pedagogo-área é regulamentado através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A CBO (2010) é um “documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro” (Brasil, 2018, p. 8). Na CBO, o cargo de pedagogo encontra-se no código 2394 – programadores, avaliadores e orientadores de ensino – e no título 2394-05, coordenador pedagógico.

Quadro 2 – Requisito de qualificação para ingresso no cargo de pedagogo, descrição sumária e atividades típicas do cargo, conforme o MEC

PEDAGOGO
<p>REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ESCOLARIDADE: Curso Superior em Pedagogia • OUTROS: • HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:</p> <p>Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re)construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>
<p>DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos, inclusive na educação infantil. • Elaborar e desenvolver projetos educacionais. • Participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional. • Organizar as atividades individuais e coletivas de crianças em idade pré-escolar. • Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas; participar de estudos de revisão de currículo e programas de ensino; executar trabalhos especializados de administração, orientação e supervisão educacional. • Participar de divulgação de atividades pedagógicas. • Implementar programas de tecnologia educacional. • Participar do processo de recrutamento, seleção, ingresso e qualificação de servidores e discentes na instituição. • Elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão. • Utilizar recursos de informática. • Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Fonte: Anexo ao Ofício Curricular n. 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC.

Para melhor compreensão da complexidade do cargo de pedagogo, o Quadro 3 descreve de forma detalhada a função, a descrição sumária, a formação e experiência e as condições gerais de exercício, segundo a CBO (2010).

Quadro 3 – Função, descrição sumária, formação e experiência e condições gerais de exercício do cargo de Pedagogo, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações

Título	2394-05 – COORDENADOR PEDAGÓGICO
Função	Auxiliar de coordenação de ensino fundamental de primeira à quarta série; Auxiliar de coordenador escolar; Coordenador auxiliar de curso; Coordenador de disciplina e área de estudo; Coordenador de ensino; Coordenador escolar
Descrição Sumária	Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.
Formação e experiência	O exercício dessas ocupações requer curso superior na área de educação ou áreas correlatas. O desempenho pleno das atividades ocorre após três ou quatro anos de exercício profissional.
Condições Gerais de Exercício	Atuam em atividades de ensino nas esferas públicas e privadas. São estatutários ou empregados com carteira assinada; trabalham tanto individualmente como em equipe interdisciplinar, com supervisão ocasional, em ambientes fechados e em horários diurno e noturno. Em algumas atividades podem trabalhar sob pressão, levando-os à situação de estresse.

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações (2010).

O IFPB tem em seu quadro de servidores 40 pedagogos, enquadrados como técnicos administrativos em educação, nível E. Há uma predominância de profissionais do sexo feminino, sendo apenas três do sexo masculino. Em relação ao tempo desses profissionais na instituição, 21 pedagogos têm entre dez e 15 anos de atuação; 12 pedagogos têm entre cinco e dez anos de atuação; e sete pedagogos têm menos de cinco anos de atuação. O pedagogo na instituição assume diferentes papéis, desde atividades de gestão, como de formação pedagógica dos professores, estudantes e demais sujeitos envolvidos na comunidade acadêmica.

No IFPB, a atuação do pedagogo é regulamentada e norteadada pela Resolução Consuper/DAAOC/Reitoria/IFPB n. 50/2021, que estabelece as

diretrizes para atuação das equipes pedagógicas. Essas diretrizes definem o campo de atuação das equipes pedagógicas, que abrangem o profissional pedagogo, os técnicos em assuntos educacionais e os auxiliares em assuntos educacionais. Esses profissionais atuam na instituição a partir da colaboração na implementação e avaliação das políticas educacionais, além de realizarem reflexões sobre o aperfeiçoamento da prática educativa e do fazer didático-pedagógico, com o intuito de propor estratégias que visem à melhoria nos processos educativos, articulando as atividades no tripé ensino, pesquisa e extensão.

O campo de atuação desse profissional está voltado à articulação entre as atividades administrativas e didático-pedagógicas. A Resolução n. 50/2021 estabelece que o trabalho do pedagogo nas equipes pedagógicas se desenvolverá no eixo da gestão pedagógica, visando ao planejamento e ações voltadas aos processos de ensino e aprendizagem e de avaliação institucional, além das atividades de acompanhamento e orientação pedagógica ao corpo discente e das ações de formação, acompanhamento e assessoramento pedagógico ao corpo docente.

No que diz respeito às estratégias desenvolvidas em cada eixo do seu campo de atuação, de acordo com a referida resolução, o eixo gestão pedagógica contempla estratégias relativas à colaboração e à participação da equipe pedagógica em comissões para a elaboração e a organização dos instrumentos, documentos e projetos que versem sobre questões pedagógicas, bem como em ações de assessoramento às diretorias, coordenações e demais setores da instituição.

Essas estratégias são desenvolvidas por meio de: avaliações, acompanhamento e apoio aos processos pedagógicos da instituição; participação nas comissões de criação e alteração de Planos Pedagógicos de Cursos (PPC); participação como membro em processos seletivos para docentes, conselhos de classe e colegiados de cursos; acompanhamento e avaliação dos índices de permanência e êxito dos estudantes; apoio e colaboração na implementação de ações que envolvam ensino, pesquisa e extensão; colaboração nos projetos e programas de educação inclusiva e outras demandas de caráter pedagógico.

No eixo de acompanhamento e orientação pedagógica ao corpo discente, são previstas atividades de acompanhamento, acolhimento, intervenção, apoio e orientação, visando favorecer a permanência e o êxito dos estudantes. As estratégias nesse eixo são desenvolvidas através de ações de fortalecimento da relação entre escola, família e sociedade; organização dos plantões pedagógicos para atendimento dos estudantes, pais e/ou responsáveis; e desenvolvimento de ações que visem à melhoria do processo educativo e contribuam para superação das dificuldades dos estudantes, em conjunto com a Direção de Ensino, os coordenadores de curso, os docentes e a equipe multiprofissional.

Em relação ao eixo de formação, acompanhamento e assessoramento pedagógico ao corpo docente, é previsto o desenvolvimento de estratégias de orientação pedagógica, acompanhamento, acolhimento, assessoria e desenvolvimento de trabalhos colaborativos e socialização de práticas pedagógicas inovadoras. As ações desenvolvidas nesse eixo devem estar relacionadas às ações didático-pedagógicas, contribuindo para o planejamento e avaliação da prática educativa do corpo docente, visando ao aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.

Percebe-se que o trabalho do cargo do pedagogo no IFPB perpassa a dimensão pedagógica de todo o processo educativo da instituição. Libâneo (2010, p. 29-30) explica que a pedagogia:

[...] ocupa-se de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora na ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa.

Dessa forma, é importante considerar que a atuação do pedagogo tem dimensões amplas de trabalho, cabendo a esses profissionais uma atuação desafiadora no IFPB, considerando o contexto e a especificidade da Educação Profissional Tecnológica.

Conforme Linkowski (2019), este profissional exerce um trabalho que remete à identidade de especialista em Educação. Assim, desempenha um papel importante na implementação, intervenção e mediação das ações que

envolvem os processos educativos da instituição, desde ações que envolvem a gestão e os instrumentos legais gerais e internos até as ações de apoio, acompanhamento e orientação aos professores, estudantes, pais e/ou responsáveis.

4.2 “O ofício de estudante”: qual a sua importância?

O autor Alain Coulon, sociólogo e professor de ciências da educação, na Universidade Paris 8, define o que é afiliação universitária. E no sentido de compreender a entrada do estudante na vida universitária, o autor defende que a primeira tarefa que deve ser realizada é chegar na universidade e aprender o “ofício de estudante”. A universidade traz diversas modificações na vida dos estudantes, seja pelo novo *status* social, seja pelas regras na vida universitária ou pelos fatores particulares do ensino superior. Para compreender esse processo, o autor utiliza o termo “afiliação universitária” como um modelo de permanência universitária na educação superior, sendo considerado o lapso entre a entrada e a conclusão do curso.

O ensino superior exige um novo *status* social e impõe várias rupturas simultâneas que ecoam nos diversos aspectos do processo de desenvolvimento dos estudantes. Para Coulon (2008), a passagem para o ensino superior vem acompanhada por mudanças nas condições de existência, na vida afetiva e na vida psicopedagógica. O tempo do ensino médio, por exemplo, é o tempo em que o processo de aprendizagem é monitorado, tutelado; já no tempo do ensino superior, o saber exige outra condição. Nesse ambiente, o estudante torna-se o responsável pelo seu aprendizado, que antes era centrado na escola.

A adaptação ao ensino superior depende de muitos fatores, e alguns deles estão interligados ao contexto acadêmico de cada estudante. E, sobretudo, a gestão acadêmica das IES tem um papel importante nesse processo de adaptação e engajamento acadêmico dos estudantes. O apoio aos estudantes ingressantes nos cursos superiores é essencial para que seja criado um sentimento de pertencimento à instituição. Ações voltadas ao compartilhamento de informações necessárias à vida acadêmica, que indiquem

de quais setores, programas de apoio e serviços os estudantes podem usufruir, podem contribuir efetivamente na integração social dos estudantes.

A passagem para o ensino superior é acompanhada por muitas mudanças e, segundo Coulon (2008), o estudante mantém relação com três modalidades existentes no processo de aprendizagem: o tempo, o espaço e as regras do saber. O autor traz um conjunto de reflexões sobre essas modalidades e aponta que há uma modificação profunda em relação ao tempo (por exemplo, a duração de aulas, a divisão das aulas durante o ano, que não é de forma contínua, o ritmo de trabalho, provas etc.); ao espaço, em relação às possíveis dificuldades de encontrar o local correto na universidade; às regras do saber, pois a universidade é um universo com regras complexas e bem definidas. Quanto à relação dessas regras com o saber, ocorrem mudanças devido à amplitude dos campos intelectuais e aos saberes conectados à atividade profissional futura.

Diversas mudanças acontecem nesse processo de integração dos estudantes no ambiente universitário, que se diferencia daquele vivido no ensino médio e requer novas adaptações dos indivíduos (Teixeira *et al.*, 2008). A transição de aluno para estudante deve ser considerada para este como uma nova profissão que será exercida, sendo necessário começar a aprendê-la, a dominar suas ferramentas, a identificar e aprender as regras existentes (Coulon, 2008). Esse novo *status* exigido no ambiente universitário requer um repertório individual, demandando novos comportamentos e conhecimentos.

É importante ressaltar que Coulon (2008) considera que o processo de afiliação universitária vai mais além do que uma simples integração acadêmica. Trata-se de uma aprendizagem da autonomia, tendo a participação ativa do estudante, transformando o mundo universitário num espaço familiar.

A forma com que os estudantes se envolvem no processo de integração acadêmica e social no contexto universitário é o que, possivelmente, irá contribuir significativamente tanto para sua formação profissional, quanto para o seu desenvolvimento psicossocial. É necessário que o estudante se molde aos códigos e regras existentes no ensino superior, aprenda a lidar com suas instituições e assimile suas rotinas acadêmicas. Assim, podemos considerar na entrada na universidade, conforme Coulon (2018), uma passagem em três

tempos: o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e o tempo da afiliação.

No processo de aprender sobre o ofício de estudante, alguns fatores devem ser considerados na entrada da vida universitária, como, por exemplo, a organização da universidade, os processos pedagógicos existentes na vida acadêmica e a trajetória escolar do indivíduo (Oliveira, 2018). Esses fatores são cruciais para que o indivíduo que está adentrando num universo desconhecido, onde se inicia o tempo do estranhamento, não seja simplesmente “demandante” ao ensino superior (Coulon, 2008).

Segundo Coulon (2008), em relação ao processo de afiliação, o tempo do estranhamento na vida universitária é caracterizado por diversas rupturas de imediato e mudanças de regras. Nesse contexto, é necessário que o estudante explore e queira, voluntariamente, mergulhar nos códigos que definem esse meio. Esse é o tempo de o ingressante abandonar as ilusões e mitos da universidade que carrega consigo quando tem acesso ao ensino superior.

Ao tratar sobre o tempo da aprendizagem, o autor considera este último como a fase da ambiguidade, que consiste no aprendizado do ofício. O estudante, de debutante, torna-se aprendiz (Coulon, 2008). O indivíduo inicia o processo do ofício de estudante, que lhe permite apropriar-se do universo acadêmico, compreender as instruções, o funcionamento e a organização da universidade e adaptar-se ao trabalho intelectual exigido e compartilhado.

A duração da aprendizagem acontece quando o estudante se adapta. Contudo, depende da instituição em que o estudante está inserido e da sua jornada que antecedeu a entrada na universidade (Coulon, 2008).

O tempo de afiliação, segundo Coulon (2008), é o momento em que o estudante entra progressivamente no seu papel, e se torna, definitivamente, um membro. Ele começa a familiarizar-se no novo ambiente em que está inserido, tendo um manejo das inúmeras regras que organizam a vida social e intelectual no universo acadêmico. O estudante está numa dupla afiliação, tanto no plano institucional como no plano intelectual. O plano institucional refere-se à compreensão e à interpretação dos dispositivos institucionais, enquanto o plano intelectual é ao longo da sua trajetória acadêmica, na qual se espera que o estudante demonstre sua competência.

O ingresso no ensino superior proporciona diversos desafios, dentre eles a democratização do acesso aos novos saberes e a adaptação às novas regras que esse ambiente exige. Compreender como se dá o processo de afiliação universitária e a heterogeneidade do perfil dos estudantes é indispensável para que a gestão das IES desenvolva estratégias e medidas que garantam suporte psicossocial aos estudantes, além de recursos e investimentos eficientes na oferta e no acesso a uma educação de qualidade.

4.3 A condição de estudante no processo de adaptação à vida acadêmica no ensino superior

Com a democratização do ensino superior, novos perfis de estudantes começam a frequentar o ambiente das instituições, chegam com níveis heterogêneos e com uma pluralidade cultural e social, que podem facilitar ou dificultar a sua adaptação. A diversificação do público estudantil, fomentada pela passagem de um sistema de ensino superior mais restrito, ou seja, do sistema de elite para um sistema de massa, provoca diversas questões e desafios relativas ao processo pedagógico e geracional na mudança dos níveis educacionais, que se soma aos elementos de ordem econômica, social, étnica, religiosa e cultural que envolvem os estudantes (Dias; Sampaio, 2020).

Ristoff (2014) fez uma análise sobre como políticas como o Prouni, o Reuni, o Sisu, o Fies, a Lei de Cotas nas Ifes, o Pnaes, a criação de novos *campi* das IES federais, entre outras, começam a alterar o perfil socioeconômico dos estudantes universitários no Brasil. A pesquisa fez uso, como base de dados, do questionário socioeconômico referente aos três primeiros ciclos completos do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). O estudo de Ristoff (2014) apresenta que, no período de 2004 a 2012, houve um aumento no ingresso de estudantes de cores preta e parda e uma diminuição no percentual de estudantes de cor branca. Apesar disso, as universidades continuam significativamente compostas por um público majoritariamente branco.

Em relação à renda dos estudantes, os dados do Questionário Socioeconômico dos dois primeiros ciclos completos do Enade revelaram que, no período de 2004 a 2012, houve mudanças nesse cenário. O percentual de

estudantes oriundos de famílias de alta renda reduziu-se, mas, ainda assim, existe uma desigualdade acentuada na natureza social e econômica nas universidades (Ristoff, 2014). Isso reforça a importância e a necessidade das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos.

Tendo em vista que ainda existe uma grande desigualdade no público discente das IES públicas, faz-se necessário que as políticas públicas de apoio estudantil passem por uma avaliação e/ou reforma, objetivando melhorar as ações que oportunizam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos dos estudantes que apresentam dificuldades para alcançar a entrada e o êxito na vida acadêmica.

Sobre essa temática, Oliveira e Dias (2014) realizaram um estudo nos cursos de Economia e Psicologia de uma universidade pública do Rio Grande do Sul. A pesquisa teve como objetivo conhecer e comparar as percepções dos estudantes calouros, os recém-chegados, e dos formandos sobre as dificuldades encontradas no ensino superior e a quem eles recorrem quando se deparam com essas situações. Foram investigados alguns aspectos, divididos em três categorias: dificuldades durante a graduação, rede de apoio e mudanças nas relações com os familiares.

No estudo, foram constatadas semelhanças entre as dificuldades dos estudantes recém-chegados e dos concluintes. Os ingressantes relataram problemas em relação à escolha do curso, dificuldades individuais e a mudança que alguns enfrentaram na saída de casa. Assim, Oliveira e Dias (2014) apontam como a entrada na universidade pode vir acompanhada de muitas dúvidas em relação à escolha profissional e como o processo de adaptação a esse ambiente é necessário. Eles destacam como uma rede de apoio é imprescindível para o êxito e a adaptação dos estudantes à universidade, pois se trata de uma jornada que causa muitas mudanças na vida: são novas responsabilidades, exigências acadêmicas e administrativas.

As semelhanças e as diferenças entre os ingressantes e concluintes são informações relevantes para os serviços de apoio ao estudante das universidades. Tais serviços devem avaliar a melhor forma de atender às necessidades dos estudantes de início e de final de curso, podendo o trabalho ser realizado de forma integrada ou de forma separada (Oliveira; Dias, 2014).

Semelhantemente, Andriola e Araújo (2020) realizaram um estudo de caso em cursos de graduação na Universidade Federal do Ceará sobre a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário. As experiências na entrada da vida universitária são vitais para o processo de permanência e sucesso desses estudantes nas atividades acadêmicas. O estudo considerou como variáveis o gênero dos estudantes, o turno dos cursos, o desempenho de atividades laborais e as políticas de cotas. Além disso, utilizou cinco dimensões como instrumentos: pessoal e emocional, institucional, interpessoal, curso ou carreira profissional e estudo.

A transição do ensino médio para o superior está relacionada a projetos pessoais e profissionais de cada indivíduo, proporcionando maior liberdade e novas relações interpessoais. Apesar de esse período contribuir para o desenvolvimento da identidade e da autonomia, pode ocasionar momentos de estresses e anseios. E o estudo de Andriola e Araújo (2020) vem ressaltar alguns aspectos relevantes para uma gestão responsável introduzir e adotar políticas internas de assistência na área do apoio pedagógico. Dentre esses aspectos, foi constatado que os alunos dos cursos noturnos e aqueles que exercem funções laborais têm interesse em prosseguir no curso até a conclusão. Para esses dois grupos, deve haver o fortalecimento de medidas e ações de assistência estudantil, para que garantam a permanência e o sucesso acadêmico (Andriola; Araújo, 2020).

Ao tratar sobre as políticas afirmativas, como a Lei de Cotas, o estudo detectou a satisfação dos estudantes cotistas com a sua formação acadêmica quando se percebem integrados ao curso e assistidos pelas IES. E no que tange às alunas universitárias, a pesquisa observou que elas lidam com muitos obstáculos e preconceitos, nos quais as desigualdades de gênero são evidenciadas. Além disso, mesmo com dificuldades, foi constatado que as estudantes do gênero feminino revelam maior compromisso na vida acadêmica.

No estudo de busca bibliográfica de Sahão e Kienen (2021), foi identificado que o nível de exigência e os relacionamentos interpessoais são os principais dificultadores do processo de adaptação do estudante no mundo universitário. Há, entretanto, facilitadores para a adaptação, como, por exemplo: rede de apoio, fornecimento de informação e integração acadêmica.

Os estudantes se deparam com diversas situações-problemas no ambiente acadêmico, que acabam se relacionando com a motivação e a permanência no curso, além de acarretar o desenvolvimento de sintomas que atingem a saúde mental desses indivíduos.

Conforme Araújo *et al.* (2014), foi construído um questionário de avaliação da adaptação ao ensino superior, com o objetivo de identificar as dificuldades de adaptação dos estudantes graduandos. O Questionário de Adaptação ao Ensino Superior (QAES) é um instrumento que avalia as vivências, opiniões e sentimentos dos estudantes no processo de adaptação acadêmico ao ensino superior.

No primeiro estudo de validação do QAES, o instrumento demonstrou que a adaptação dos estudantes é representada em seis dimensões: compromisso com o curso, adaptação interpessoal, adaptação pessoal-emocional, adaptação acadêmica, adaptação à instituição e desenvolvimento de carreira. (Araújo *et al.*, 2014).

A universidade é um espaço que tem o papel de oferecer conhecimento aos indivíduos. Assim, torna-se fundamental que sejam estabelecidas estratégias para facilitar e garantir a adaptação às vivências acadêmicas, destacando a relação que há entre os objetivos de vida dos estudantes com a satisfação e o progresso no ambiente universitário acadêmico. Entender como os estudantes se adaptam à vida acadêmica é necessário para que as instituições desenvolvam ações que possibilitem dar suporte para superar os desafios pessoais e contribuir com a nova rotina (Honório; Ottati; Cunha, 2019).

Assim, é pertinente considerar que a existência de um instrumento de avaliação do processo de adaptação ao ensino superior pode auxiliar na compreensão das questões relacionadas à área e no desenvolvimento de possíveis ações que possam promover uma maior adaptação dos estudantes (Ilha; Santos; Queluz, 2020).

4.4 Apoio pedagógico para o estudante no ensino superior: o que é, como é?

O pedagogo atuando nas ações de apoio pedagógico e acolhimento dos estudantes no ensino superior, contribuirá no processo de “afiliação

universitária”. O apoio pedagógico é preconizado pelo Pnaes como uma das ações que promovem a assistência estudantil nas Ifes. A oferta desse serviço aos estudantes desempenha um papel importante no engajamento e na adaptação ao mundo acadêmico, sobretudo nas ações que contribuem para a permanência estudantil, maximizando seu potencial acadêmico. O apoio pedagógico pode ser oferecido de várias formas, como por exemplo: orientação acadêmica, planejamento de estudos, assessoramento pedagógico, monitoria, tutoria, entre outros recursos.

O Pnaes preconiza o apoio pedagógico como uma das áreas a ser ofertada pelas instituições nas ações de promoção da assistência estudantil. O apoio pedagógico pode ajudar os estudantes a superar os desafios pedagógicos relativos ao processo de ensino-aprendizagem e as dificuldades no processo de adaptação no contexto acadêmico. Essas ações podem ser definidas como parte das políticas de permanência estudantil, que têm o intuito de reduzir as taxas de evasão e contribuir para o êxito acadêmico dos estudantes, reduzindo assim as desigualdades sociais e garantindo a democratização do ensino superior.

Além dos provimentos de recursos financeiros promovidos pela Política de Assistência Estudantil no ambiente universitário, é fundamental que as ações dessa política garantam boas condições de saúde aos estudantes e acesso aos instrumentos pedagógicos na sua formação profissional (Ioppi; Azevedo, 2023). As instituições vêm compreendendo que os serviços de apoio pedagógico afetam as diversas questões acadêmicas e dificuldades existentes na trajetória estudantil. Por isso, esses serviços vêm se afirmando como uma área fundamental na ampliação das condições de permanência estudantil na educação superior (Toti *et al.*, 2017). Estratégias de apoio pedagógico aos estudantes contribuem para o fomento da permanência, ajudando o estudante a superar suas dificuldades didático-pedagógicas.

É necessário compreender como ocorre a relação aluno-instituição, pois o ensino superior proporciona uma experiência social única e contribui significativamente para o desenvolvimento humano e na construção da identidade dos sujeitos. Assim, pode criar ações e condições necessárias para colaborar na superação das dificuldades de adaptação e integração acadêmica

do estudante, promovendo a permanência estudantil e a conclusão dos cursos (Milagres; Reis; Domingues, 2024).

As IES enfrentam dificuldades específicas em relação às motivações do fenômeno da evasão discente. Considerando que o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais, regionais, econômicas e culturais, é fundamental a existência das políticas públicas de acompanhamento acadêmico e apoio pedagógico para enfrentar as demandas que envolvem a permanência e a assistência estudantil (Borges, 2022).

As políticas de assistência estudantil não se limitam a recursos financeiros, pois as políticas que envolvem a área do apoio pedagógico, preconizadas no Pnaes, concentram-se nas dificuldades da trajetória acadêmica do estudante durante o curso. Ações de apoio pedagógico, como por exemplo palestras, orientação sobre planos de estudo e disciplinas encontram-se no escopo das políticas de assistência e favorecem a permanência dos estudantes (Borges, 2022).

Nascimento (2019) pesquisou as estratégias de trabalho utilizadas nas IES para o apoio pedagógico no contexto da assistência ao estudante. A autora identificou em páginas institucionais e periódicos científicos que o serviço de apoio pedagógico é direcionado ao gerenciamento do tempo destinado às atividades acadêmicas, à orientação acadêmica e ao desempenho acadêmico.

Nesse sentido, as ações do apoio pedagógico são definidas e comprometidas com a conquista da autonomia do estudante para o gerenciamento de suas práticas de estudos, promovendo, assim, uma reflexão acerca da relação pedagógica com a sua própria aprendizagem. Além do apoio no processo de aprendizagem, essas ações buscam garantir a permanência desses sujeitos de direitos ao ambiente universitário e promover o sucesso acadêmico (Nogueira *et al.*, 2020).

Para além da resolução das demandas voltadas ao processo de aprendizagem dos estudantes, os serviços de apoio pedagógico nas IES podem impactar no processo de autonomia do ser humano, na adaptação e no engajamento acadêmico.

Nogueira *et al.* (2020) apresentam nos seus estudos o Serviço de Apoio Pedagógico (SAP) da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) enquanto uma ação institucional para afiliação dos estudantes à vida

universitária, serviços voltados para o acolhimento, acompanhamento e orientação dos estudantes de graduação em suas necessidades educacionais. Esse serviço é caracterizado pela promoção de atividades pedagógicas que buscam a conquista da autonomia dos estudantes na relação pedagógica com a aprendizagem. Dessa forma, o SAP contribui para os processos de afiliação intelectual e acadêmica, orientando os estudantes na organização e no desenvolvimento de práticas de estudos, visando contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior.

Diante do processo de democratização, expansão e interiorização do ensino superior, é imprescindível que as universidades repensem sua missão e criem políticas de assistência que estabeleçam estratégias e ações que visem à igualdade de oportunidades, ao respeito à diversidade e a experiências acadêmicas de qualidade (Nogueira *et al.*, 2020).

As políticas de assistência estudantil que oportunizam serviços de apoio pedagógico trazem impactos positivos às instituições, pois é através desse espaço que os estudantes ponderam sobre sua trajetória acadêmica, considerando suas potencialidades e dificuldades, seu projeto de vida pessoal e profissional.

5 O APOIO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DO IFPB – CAMPUS MONTEIRO: A VISÃO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES

Neste capítulo, serão apresentados os resultados desta pesquisa e a discussão dos dados encontrados. Os resultados obtidos foram organizados nas seguintes categorias: perfil básico, escolar e acadêmico dos estudantes participantes deste estudo e sua percepção sobre a permanência estudantil e sobre as ações do apoio pedagógico.

Cabe ressaltar que as perguntas realizadas no questionário (Apêndice I) contribuíram na busca de compreender a percepção dos estudantes sobre as ações de apoio pedagógico no *Campus* Monteiro e as sugestões de possíveis melhorias do setor.

5.1 Perfil básico dos estudantes

Neste tópico, serão apresentados os resultados da pesquisa, no que concerne ao perfil dos participantes. Na Tabela 12, a seguir, é apresentado o perfil sociodemográfico, com as variáveis idade, sexo, cor/raça, estado civil, filhos e cidade de domicílio.

Com base nos dados apresentados, observou-se, na variável idade, que dos nove estudantes participantes da pesquisa atendidos com as ações de apoio pedagógico pela Coped do IFPB – *Campus* Monteiro, 66,7% tem entre 20 e 30 anos, seguidos por 22,2% na faixa etária entre 31 e 40 e 11,1% até 19 anos.

Em relação ao sexo dos participantes, 55,6% são do sexo masculino. Esse perfil converge com o perfil dos estudantes matriculados nos cursos superiores no semestre 2024.1 (67,9% do sexo masculino e 32,1% do sexo feminino), conforme registros obtidos através de relatórios via Suap.

Observa-se que o número de homens presentes nos cursos superiores de tecnologia do IFPB – *Campus* Monteiro é quase o dobro do número de mulheres. De acordo com Oliveira e Silva (2017), essa disparidade ocorre por diversos fatores, entre eles uma divisão de gênero culturalmente enraizada que delimita as carreiras mais apropriadas para cada pessoa.

Tabela 12 – Perfil sociodemográfico

Variável		f	%
Idade	até 19 anos	1	11,1%
	entre 20 a 30 anos	6	66,7%
	entre 31 a 40 anos	2	22,2%
Sexo	Feminino	4	44,4%
	Masculino	5	55,6%
Cor / Raça	Branca	1	11,1%
	Parda	7	77,8%
	Preta	1	11,1%
Estado Civil	Casado	3	33,3%
	Outro	2	22,2%
	Solteiro	4	44,4%
Tem Filhos	Não	7	77,8%
	Sim	2	22,2%
Onde mora	João Pessoa-PB	1	11,1%
	Monteiro-PB	5	55,6%
	São José do Egito - PE	1	11,1%
	Sertânia-PE	2	22,2%

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

Ainda considerando os dados apresentados na Tabela 12, no que diz respeito à cor/raça, a maioria dos estudantes se declaram pardos (77,8%) e 11,1% se declaram brancos ou pretos. Assim, observa-se que 88,9% dos estudantes participantes desta pesquisa correspondem ao grupo de pretos e pardos.

Quanto ao estado civil, 44,4% dos respondentes declaram-se solteiros. Os demais 55,5% do total englobam as opções casado e outro. No que diz respeito à declaração de ter filhos, 77,8% declaram não os ter.

Em relação ao município de residência, 55,6% declaram residir em Monteiro, enquanto os demais 44,4% residem nos municípios de João Pessoa, São José do Egito e Sertânia.

5.2 Perfil escolar dos estudantes

Com o objetivo de identificar o histórico dos respondentes em relação à conclusão do ensino médio, torna-se primordial compreender as características da origem escolar, visto que a transição do ensino médio para o superior é um marco na vida acadêmica dos estudantes, cercada de muitos desafios, mudanças e oportunidades.

Destarte, no questionário enviado, havia perguntas relacionadas à origem escolar dos estudantes e verificou-se que todos os estudantes cursaram o ensino médio em escolas públicas. E para analisar a modalidade de ensino médio e se o estudante teria cursado curso técnico durante esse período, podem-se observar os dados da pesquisa apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 – Modalidade cursada no ensino médio

Você fez algum curso técnico durante o Ensino Médio?	Não	Sim
Estudei o Ensino Médio padrão.	3	-
Fiz integrado com o Ensino Médio.	-	5
Fiz o Supletivo.	1	-

Fonte: Criado pela autora.

Verifica-se que a maior parte, correspondente a 55,6% dos participantes, frequentou curso técnico integrado ao ensino médio. A presença dos estudantes oriundos do ensino técnico integrado ao ensino médio expressa a opção pela continuação dos estudos, avançando para o ensino superior.

Ainda com base nesses dados, observa-se que 44,4% não frequentaram curso técnico durante o ensino médio e, deste percentual, 75% cursaram o ensino médio padrão e 25% estudaram no formato de supletivo. Vale destacar que o participante que respondeu que cursou o ensino médio no formato de supletivo está inserido na faixa etária de 31 a 40 anos e informou que sua matrícula no período de 2023.2 estava em situação de evadido. Assim, podemos deduzir que é provável que o estudante tenha enfrentado desafios para permanecer na vida acadêmica na instituição.

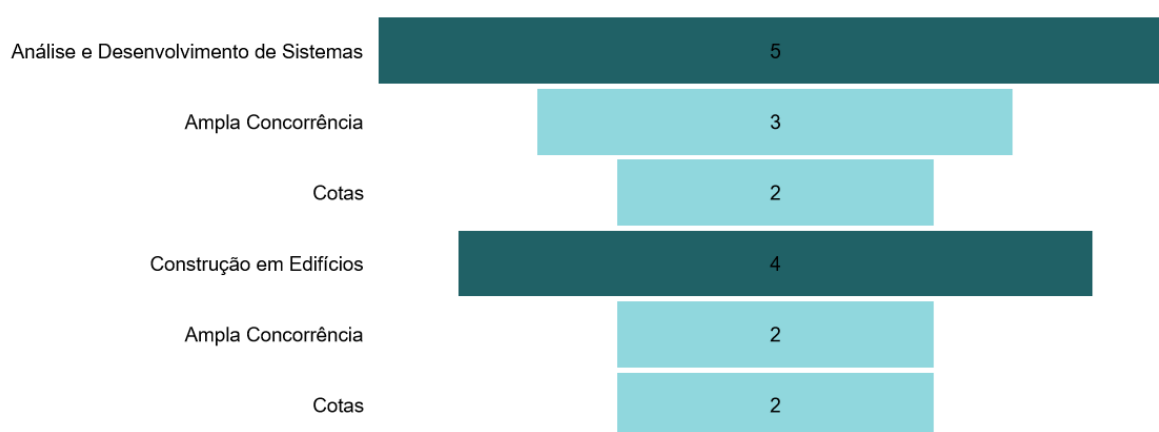
O sociólogo Alain Coulon (2008, p. 39) diz que “raros estudantes estão prontos para se tornarem verdadeiros profissionais de estudos”. Para ele, isso não é porque os estudantes não sejam capazes, mas porque necessitam ter uma perspectiva a longo prazo, um projeto elaborado que justifique seus esforços e que consigam se realizar em instituições que os favoreçam.

A diversidade do público no ensino superior exige preparação para a recepção e o acolhimento dos diversos perfis de estudantes e, conseqüentemente, também exige que sejam criadas ações de apoio e orientação especializada no processo de ensino e formação pessoal e profissional desses sujeitos.

5.3 Perfil acadêmico dos estudantes

No que diz respeito ao perfil acadêmico dos participantes, todos os estudantes ingressaram na instituição pelo Sisu. Quanto a sua forma de ingresso, 66,7% dos participantes ingressaram por ampla concorrência, conforme o Gráfico 4 (a seguir). Com base nos dados obtidos, maior parte dos participantes são estudantes do Curso Superior de Tecnologia em ADS, representando 55,6%.

Gráfico 4 – Forma de ingresso dos estudantes participantes no IFPB – *Campus Monteiro* pelo Sisu



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

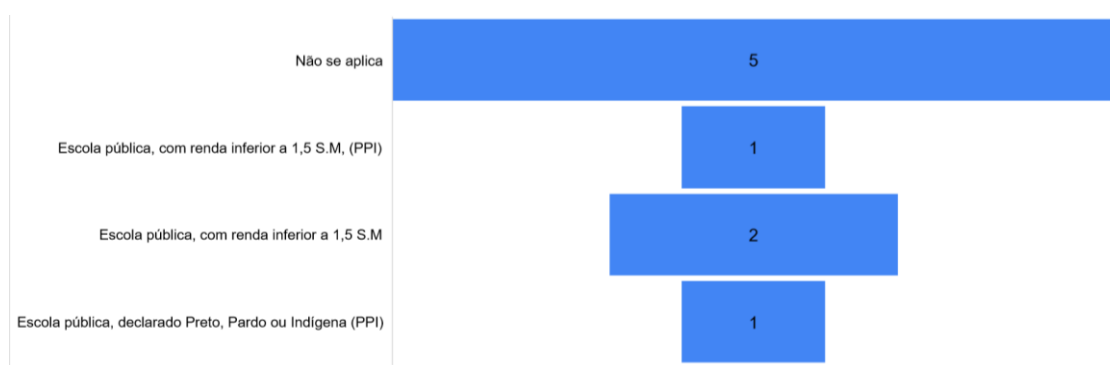
Conforme apresentado no Gráfico 4, quatro respondentes (44,4%) informaram que tiveram acesso à instituição através da política pública de

cotas. Vale evidenciar que existem vários tipos de cotas para a entrada nas universidades e nos IFs.

A Lei Federal n. 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, garante que 50% das vagas destas instituições sejam reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que essas vagas deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo *per capita*. As vagas deverão ser preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

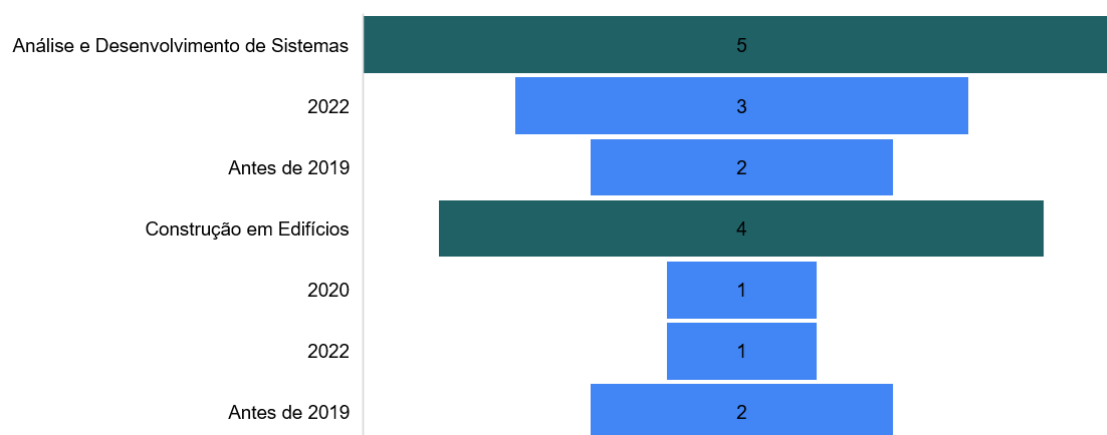
No Gráfico 5, verifica-se por quais tipos de cota os participantes ingressaram no IFPB – *Campus* Monteiro. Observa-se que 37,5% tiveram acesso através das cotas para oriundos de escola pública, que se subdivide em: renda inferior a 1,5 salário-mínimo; declarado preto, pardo ou indígena; e renda inferior a 1,5 salário-mínimo, declarado preto, pardo ou indígena.

Gráfico 5 - Tipos de cotas utilizadas pelos participantes para ingresso no IFPB – *Campus* Monteiro



* Na análise foi desconsiderada a resposta de um participante, pois, na pergunta anterior, sobre a forma de ingresso, ele havia declarado ingresso por ampla concorrência e, na pergunta seguinte, embora devesse ter escolhido a opção “não se aplica”, selecionou uma das opções do tipo de cotas. ** S.M = Salário-Mínimo. Fonte: Elaborado pela autora.

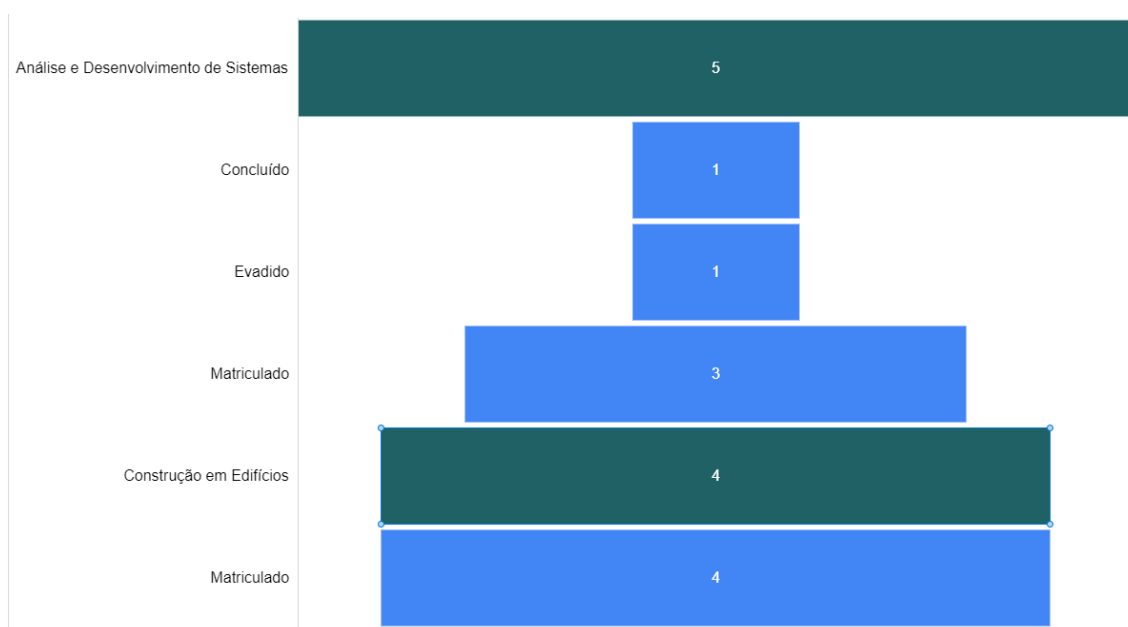
Analisando o ano de ingresso dos estudantes nos respectivos cursos do IFPB – *Campus* Monteiro, verifica-se, no Gráfico 6, que 44,4% dos participantes ingressaram no *campus* antes de 2019, seguidos por 11,1% no ano de 2022 e 44,4% no ano de 2022.

Gráfico 6 – Ano de ingresso dos participantes no IFPB – *Campus Monteiro*

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

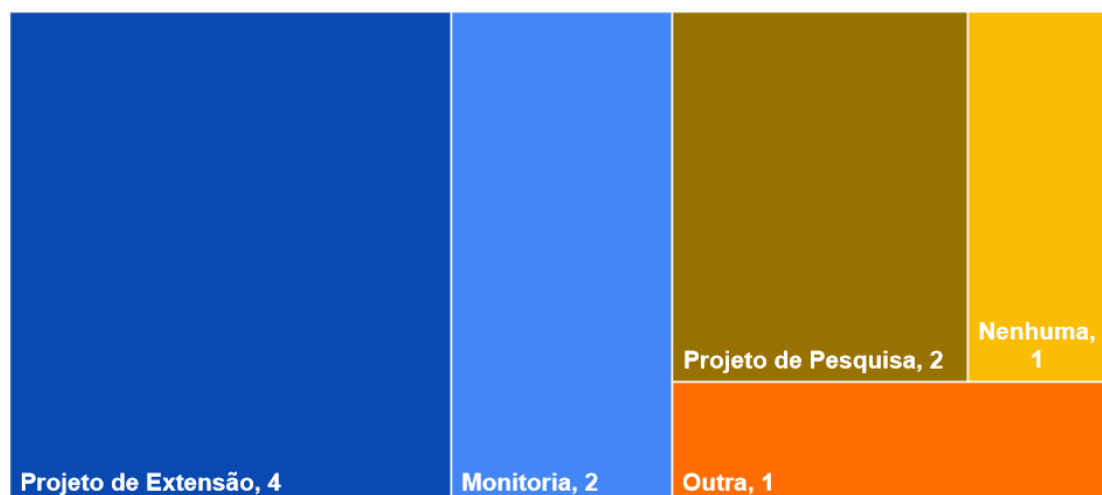
Em relação à situação de matrícula no período 2023.2, observa-se, no Gráfico 7 (a seguir), que, dos participantes do curso em ADS, 60% estavam matriculados, 20% haviam concluído o curso e 20% estavam na situação evadido. Já em relação aos estudantes do curso em Construção de Edifícios, todos estavam matriculados.

Gráfico 7 – Situação da matrícula dos participantes no período de 2023.2



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

Ao perguntar aos participantes acerca da participação de atividades acadêmicas promovidas pelo *Campus Monteiro*, constata-se, no Gráfico 8, que projeto de extensão é a atividade que possui maior participação dentre os respondentes da pesquisa, seguido de monitoria e projeto de pesquisa.

Gráfico 8 – Atividades acadêmicas promovidas pelo IFPB – *Campus Monteiro*

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto, é crucial ressaltar o papel que essas atividades extraclasse desempenham para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. Além disso, o envolvimento dos estudantes nessas atividades acadêmicas promove a integração com a vida acadêmica, incentivando sua permanência e o engajamento ao longo de sua jornada na instituição. Além disso, propiciam uma formação sociocultural abrangente, motivam os estudantes, diminuem o absenteísmo, o abandono e até mesmo a evasão.

Logo, o apoio e o incentivo aos estudantes para que participem dessas atividades contribuem para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes em seguir e interpretar as regras institucionais, tal como em conhecer os projetos existentes no mundo acadêmico. Coulon (2008) ressalta que a afiliação universitária tem êxito quando o estudante, com o apoio dos professores, da secretaria e de outros estudantes, consegue interpretar as regras do currículo, conseqüentemente descobrindo e usando mais regras na construção do seu percurso.

Desse modo, a existência de uma rede de apoio envolvendo as atividades acadêmicas é fundamental para facilitar aos estudantes o processo de engajamento e pertencimento à instituição, assim como para garantir sua formação integral diante das mudanças e desafios acadêmicos.

5.4 Ações da Política de Assistência Estudantil do IFPB: a visão dos estudantes

Tendo como objetivo analisar a visão dos estudantes assistidos pelos serviços de apoio pedagógico, uma das linhas de atuação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, foi perguntado no questionário se o estudante já tinha sido beneficiado por algum programa na instituição. No Gráfico 9 (a seguir), apresenta-se por quais programas esses estudantes consideraram ter sido beneficiados.

Em relação aos programas pelos quais os respondentes citaram que foram beneficiados, os dois mais citados foram o Programa de Alimentação e o Programa de Apoio à Permanência do Estudante (Pape), cada um mencionado por cinco estudantes. Em seguida, cita-se o Programa de Apoio à Participação em Eventos, com três estudantes, e um estudante mencionou o Programa de Atenção e Promoção à Saúde. Além disso, um estudante respondeu que não foi beneficiado com a Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Gráfico 9 – Programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB que beneficiaram os participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos objetivos dos programas citados pelos respondentes, vale evidenciar que o Programa de Alimentação visa oportunizar o acesso dos estudantes aos serviços de alimentação dos *campi*. Já o Pape tem como objetivo a oferta de suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na instituição; o Programa de Atenção e Promoção à

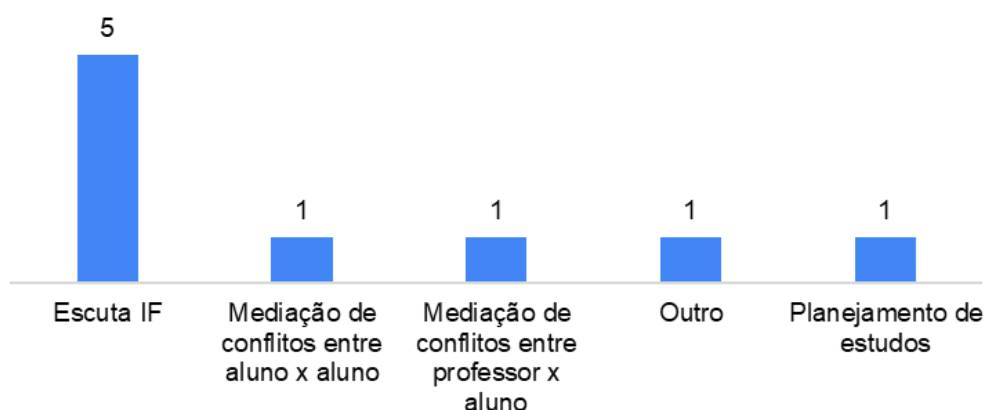
Saúde do Estudante tem como foco central a promoção da saúde e a prevenção de doenças; e o Programa de Apoio à Participação em Eventos concede auxílio pecuniário para custeio (total ou parcial), visando à participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico-científicos, culturais, esportivos e político-estudantis no país e no exterior, contribuindo para sua formação complementar (IFPB, 2018).

Diante desse contexto, é crucial ressaltar que as informações apresentadas são conforme as respostas dos estudantes que já foram assistidos pelos serviços de apoio pedagógico na instituição. Posto isto, constata-se que os estudantes não identificaram as ações de apoio pedagógico como serviços do Programa de Apoio Pedagógico, uma das ações da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

A Coped do *Campus* Monteiro oferece diversos serviços aos estudantes, tais como: planejamento de estudos, orientação educacional, oficinas pedagógicas, mediação de conflitos, Escuta IF, atendimentos individuais e coletivos, acompanhamento pedagógico, acolhimento aos estudantes. E conforme apresentado no Gráfico 10, destaca-se que 55,6% dos respondentes utilizaram o serviço “Escuta IF”, um projeto realizado com todos os estudantes da instituição com o intuito de fomentar a horizontalização das relações entre a equipe pedagógica e a comunidade discente, através da escuta ativa.

A escuta ativa é uma estratégia para promover uma gestão democrática-participativa, que possibilita o envolvimento dos estudantes no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Com essa participação dos estudantes, é possível não apenas identificar nas falas seus anseios e dificuldades na instituição, como também discutir e implementar ações de melhoria no processo de ensino e aprendizagem com base nas contribuições e nas suas necessidades acadêmicas.

Gráfico 10 – Serviços da Coped utilizados pelos estudantes



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

Ainda conforme o Gráfico 10, a mediação de conflitos aluno–aluno e professor–aluno foram destacadas por 22,2% dos respondentes. Acrescenta-se o planejamento de estudos, com 11,1% dos respondentes confirmando que já utilizaram esse serviço.

De acordo com Magalhães (2023), os modos de ação do apoio pedagógico são expressos pelos seguintes termos: apoio, orientação, acompanhamento, atendimento, acolhimento e assistência. Ainda segundo o autor, esses termos tanto podem expressar uma adequação à política vigente, quanto representar uma compreensão diferente sobre a natureza dos serviços de apoio pedagógico.

Segundo o autor, as intervenções realizadas pelo modo “orientação” e “acompanhamento” são de médio e longo prazo, já as designadas como “atendimento” e “acolhimento” tendem a refletir uma forma de serviço mais pontual e limitada. Desse modo, acredita-se que os serviços ofertados pela Coped podem ser expressos por esses “modos de prestação dos serviços” utilizados pelo autor.

A Tabela 14 apresenta como cada respondente avaliou os serviços utilizados. O Escuta IF foi avaliado como importante por 44,4%, destacando-se que 22,22% o avaliaram como extremamente importante. Esse resultado reforça que manter um canal de comunicação ativa com os estudantes é fundamental para o aprimoramento das ações institucionais.

Tabela 14 – Avaliação dos serviços ofertados pela Coordenação Pedagógica do IFPB – *Campus Monteiro*

Serviço	Avaliação	Quantidade	%
Escuta IF	Extremamente importante	2	22.2%
	Importante	1	11.1%
	Muito importante	1	11.1%
	Pouco importante	1	11.1%
Mediação de conflitos entre aluno x aluno	Extremamente importante	1	11.1%
Mediação de conflitos entre professor x aluno	Muito importante	1	11.1%
Outro	Extremamente importante	1	11.1%
Planejamento de estudos	Importante	1	11.1%

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

Os estudos de Magalhães (2023) corroboram com esse entendimento. Para ele, é fundamental a criação dos canais de escuta, não só para acolher as demandas de natureza pedagógica, mas para tratá-las ou encaminhá-las, considerando as especificidades de cada curso ou das condições sociais e pedagógicas de cada estudante, que afetam o seu desempenho e sua integração na instituição.

Ainda analisando a Tabela 14, o serviço de mediação de conflitos aluno–aluno e professor–aluno foi destacado pelos respondentes como extremamente importante e muito importante. Esse dado reforça que a mediação de conflitos deve ser um dos pilares do apoio pedagógico, tendo como objetivos a resolução de conflitos e a superação de dificuldades na jornada acadêmica dos estudantes, para que não prejudiquem a criação de um ambiente favorável no processo de sua formação integral e no relacionamento com os demais sujeitos envolvidos.

Destaca-se ainda o planejamento de estudos. A Coped realiza um trabalho através de atendimentos individuais aos estudantes, com o intuito de

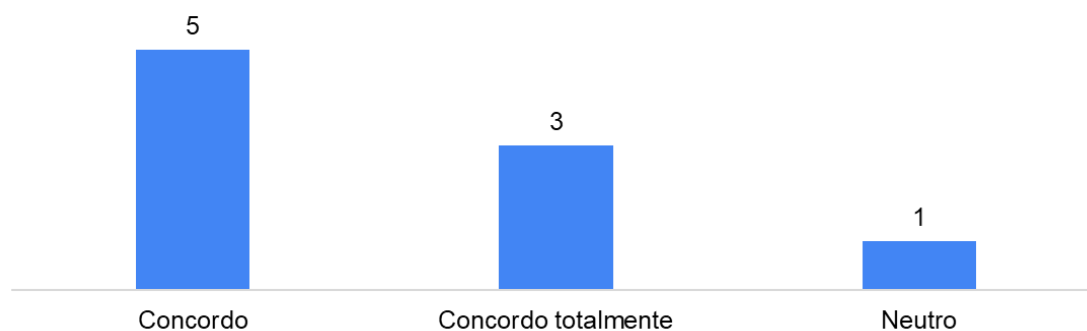
oferecer o suporte pedagógico, tendo como foco uma reflexão acerca da gestão do tempo, das técnicas de estudos e da importância de uma alimentação saudável, do sono e do lazer, para que seu projeto de estudar tenha sucesso.

Coulon (2008) destaca que a impressão que muitos estudantes compartilham é que a universidade é um espaço de grande liberdade e que, se não tomam cuidado, essa liberdade age contra seu processo de afiliação. E como o autor reforça que esse processo de afiliação não depende exclusivamente do estudante, tornam-se necessários o apoio e a orientação pedagógica, para que favoreçam o desenvolvimento da autonomia para planejar seus estudos, da disciplina e do foco dos seus objetivos, considerando as exigências da vida acadêmica e as especificidades de cada curso.

Convém destacar que diversas mudanças afetam a vida do estudante no ensino superior, entre elas a pesada rotina de estudos, o nível de exigência imposto por muitos professores, o relacionamento com os professores e com o corpo técnico, o desenvolvimento da autonomia, além de todas as regras existentes no mundo acadêmico.

Em relação à contribuição das ações de apoio pedagógico para a permanência e a adaptação dos estudantes à instituição, os dados, dispostos no Gráfico 11 (a seguir), revelam que 55,6% dos participantes concordam que as ações contribuem, 33,3% concordam totalmente e 11,1% acreditam que a contribuição é neutra para sua permanência e adaptação à instituição.

Gráfico 11 – Grau de concordância dos participantes sobre a contribuição do apoio pedagógico para sua permanência e adaptação à instituição



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Dias (2021), existe um entendimento comum entre os profissionais da área que considera o apoio pedagógico como um espaço de

orientação ao estudante, atuando nos diversos aspectos da sua vida acadêmica. Para o autor, o apoio pedagógico é uma política de permanência estudantil voltada a auxiliar os estudantes no processo de aprendizagem, na sua integração ao ensino superior e em sua afiliação intelectual.

Em vista disso, o apoio pedagógico configura-se como um instrumento facilitador na promoção de uma educação acolhedora, inclusiva e de qualidade, contribuindo no processo de democratização do ensino superior, por meio de ações de acolhimento, integralização institucional, orientação educacional, acompanhamento estudantil, dentre outras (Zbunovicz, 2022).

5.5 Os impactos das ações de apoio pedagógico na permanência estudantil

Com o propósito de demonstrar de forma mais adequada a discussão sobre os possíveis impactos das ações de apoio pedagógico na permanência estudantil, no Quadro 4 serão apresentadas as perguntas em categorias, as quais serão instrumentos para apreensão das perspectivas dos estudantes.

Quadro 4 – Organização das perguntas em categorias

PERGUNTAS	CATEGORIAS
1. Classificar as situações indicando o nível de dificuldade que você percebe em relação à permanência estudantil	Principais dificuldades na vida universitária e sua relação com a permanência estudantil
2. Quais fatores você considera determinante que influenciam na sua decisão de continuar no curso e no IFPB campus Monteiro?	Principais fatores determinantes na trajetória estudantil e sua influência na decisão de permanecer no curso
3. Quais sugestões você daria para a Equipe de Apoio Pedagógico do IFPB campus Monteiro?	Sugestões para equipe de Apoio Pedagógico

Fonte: Elaborado pela autora.

5.5.1 Principais dificuldades na vida acadêmica e sua relação com a permanência estudantil

Esta categoria é fruto da classificação do nível de dificuldade que algumas situações podem trazer à permanência no espaço acadêmico, na perspectiva dos estudantes. Para tanto, foram apresentadas quatro alternativas para resposta: (1) muita dificuldade; (2) dificuldade média; (3) pouca dificuldade; e (4) nenhuma dificuldade.

Considerando os estudos realizados em 1996 pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, instituída pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC, os fatores que determinam a evasão podem ser de caráter interno e externo às instituições, ou mesmo individuais.

Ao abordar os estudos dessa comissão, Aragão (2021) propõe dividir esses fatores em três ordens: (a) fatores relacionados ao estudante; (b) fatores relacionados ao curso e à instituição; e (c) fatores socioculturais e econômicos externos. Desse modo, as situações relacionadas à vida acadêmica citadas no questionário serão categorizadas conforme os fatores definidos pela autora e classificados conforme descrito no Quadro 5 (a seguir).

Quadro 5 – Principais dificuldades na vida acadêmica

CATEGORIAS	DIFICULDADES
Fatores relacionados ao estudante	Carga horária excessiva de trabalho
	Dificuldades de aprendizagem
	Gerenciamento dos estudos
	Tempo de deslocamento para o campus
	Mudança de cidade/moradia
	Relacionamento social / interpessoal
	Falta de disciplina
	Problemas de saúde
	Maternidade ou paternidade
Fatores relacionados ao curso e à instituição	Carga excessiva de trabalhos acadêmicos
	Dificuldades de acesso a materiais didáticos e ferramentas
	Relação professor / estudante
Fatores socioculturais e econômicos externos	Dificuldades financeiras
	Relacionamento Familiar
	Discriminações e preconceitos
	Situação de violência física/sexual/psicológica
	Conflito de valores/conflitos religiosos

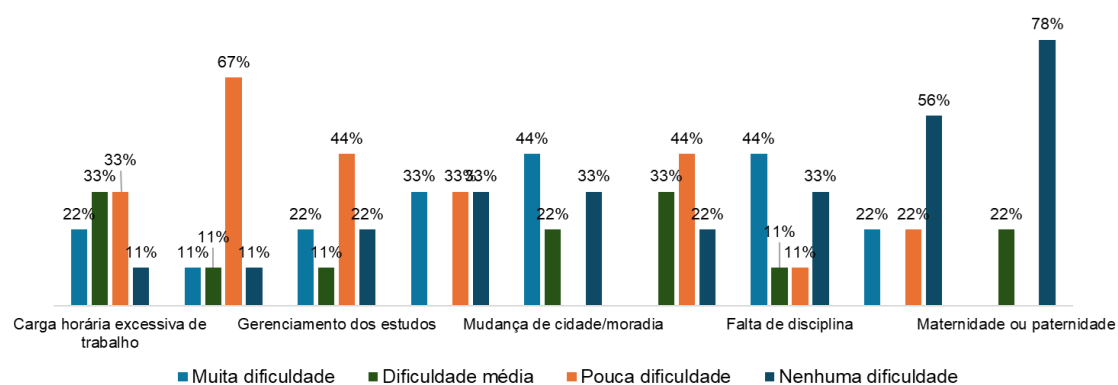
Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange às situações que trazem dificuldades à vida acadêmica, categorizadas como fatores relacionados ao estudante, 33% dos participantes classificaram a carga horária excessiva de trabalho como fator de dificuldade média, mesmo índice daqueles que classificaram esse item como de pouca dificuldade. Já em relação às dificuldades de aprendizagem, 67% consideraram-nas como de pouca dificuldade.

Acerca do gerenciamento dos estudos, 44% consideraram-no como de pouca dificuldade, enquanto 33% consideraram como de muita dificuldade, mesmo índice dos que o consideraram como de pouca dificuldade o tempo de deslocamento para o *campus*. Quanto à mudança de cidade e moradia, 44% dos participantes consideraram como de muita dificuldade.

Em relação ao relacionamento social e interpessoal, 44% consideraram-no como fator de pouca dificuldade. Quanto à falta de disciplina, 44% consideraram como fator de muita dificuldade. Já em relação aos problemas de saúde, 22% consideraram muita dificuldade, mesmo índice dos que os consideram como fator de pouca dificuldade. Por fim, em relação a maternidade ou paternidade, 22% considerou esse fator como de dificuldade média, conforme Gráfico 12 (abaixo).

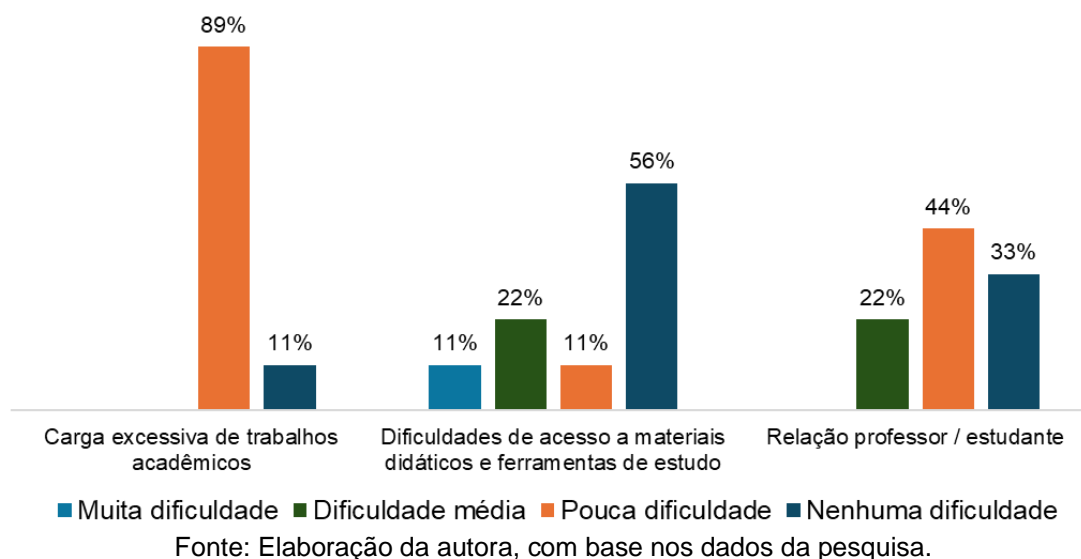
Gráfico 12 – Dificuldades referentes aos fatores relacionados ao estudante



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados da pesquisa.

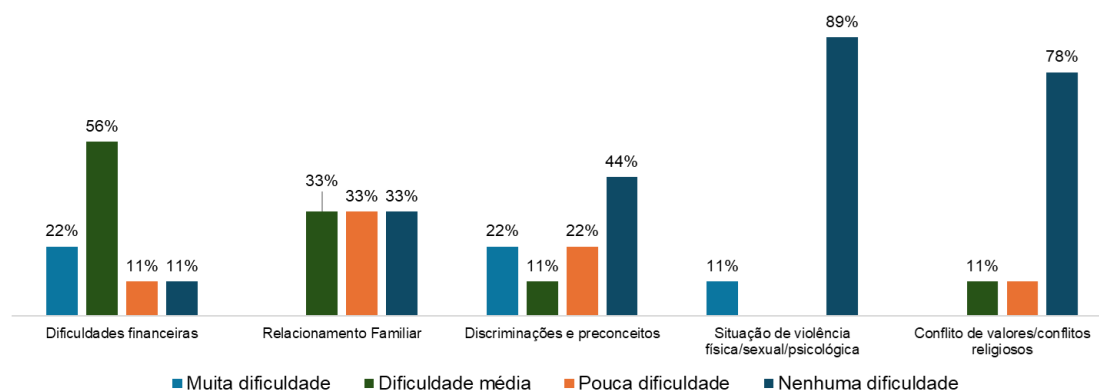
Na classificação das dificuldades em relação às situações categorizadas como fatores relacionados ao curso e à instituição, 89% dos estudantes consideram ter pouca dificuldade em relação à carga excessiva de trabalho e 22% consideram ter dificuldade média no acesso a materiais didáticos e a ferramentas de estudo. No que se refere à relação professor–aluno, 44% consideram-na como fator de pouca dificuldade, enquanto 22,2% consideram-na como de dificuldade média, conforme Gráfico 13.

Gráfico 13 – Dificuldades referentes aos fatores relacionados ao curso e à instituição



Passando aos fatores socioculturais e econômicos externos, 56% dos estudantes classificaram dificuldades financeiras como fator de dificuldade média. Quanto ao relacionamento familiar, os participantes se dividiram em três grupos iguais, com 33% considerando-o como de dificuldade média, pouca dificuldade e nenhuma dificuldade. Já em relação a situações de discriminações e preconceitos, 22% consideraram-nas como fator de muita dificuldade, enquanto outros 22% consideraram essas situações como fator de pouca dificuldade. Quanto a situações de violência física, sexual e psicológica, 11% consideraram-nas como fator de muita dificuldade. Por fim, 11% dos participantes consideraram como de dificuldade média ou pouca dificuldade (também 11%) a situação de conflito de valores e conflitos religiosos, conforme se observa no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Dificuldades referentes aos fatores socioculturais e econômicos externos



Fonte: Elaborado pela autora.

5.5.2 Principais fatores determinantes na trajetória estudantil e sua influência na decisão de permanecer no curso

Na perspectiva de compreender os principais fatores determinantes na trajetória estudantil que impactam na decisão dos estudantes de permanecer no curso, foi inserida uma pergunta com resposta não obrigatória para que os estudantes apresentassem sua visão. Assim, no Quadro 6, encontram-se as respostas dos participantes e as categorias dos fatores, conforme a divisão proposta por Aragão (2021).

Quadro 6 – Principais fatores na trajetória estudantil que impactam na permanência no curso

Categoria	Respostas
Fatores relacionados ao estudante	Força de vontade!
	Terminar o curso.
	Estou em busca de algo melhor para mim.
Fatores relacionados ao curso e à instituição	Condições de estadia e financeiras.
	[RX]A boa influência da instituição... Almejo o meu filho estudando na mesma instituição.
	O diploma de uma graduação na área da construção civil
Fatores socioculturais e socioeconômicos externos	Gama de oportunidades quando concluir
	[RX] .. capacidade de inserção no mercado de trabalho, entre outras.

Fonte: Criado pela autora.

Sendo assim, as respostas dos participantes classificadas como fatores relacionados ao estudante expressam a determinação como variável essencial na trajetória estudantil e na sua permanência no curso. Da mesma maneira, exprime-se o objetivo pessoal de desenvolver um projeto de vida.

Tinto (2015) destaca as metas dos estudantes como um dos fatores-chave na motivação dos alunos para persistir no ensino superior. Desse modo, é possível compreender que a motivação intrínseca é fundamental para superar os desafios e alcançar os objetivos na vida acadêmica. O estudante precisa estar motivado para permanecer no sistema e para realizar de forma satisfatória todas as tarefas e atender às exigências (Alage, 2022).

Quanto aos fatores relacionados ao curso e à instituição, observa-se que as condições físicas, financeiras e a boa influência da instituição são fatores determinantes na trajetória estudantil e na permanência no curso na visão dos estudantes.

Com relação aos fatores socioculturais e socioeconômicos externos, verifica-se que os fatores determinantes para a trajetória estudantil e a permanência no curso é o número de oportunidades ao concluir o curso e a capacidade de inserção no mercado de trabalho.

Posto isto, percebe-se que os fatores considerados pelos estudantes na sua trajetória estudantil que influenciam na tomada de decisão em continuar no curso envolvem diversos aspectos, tais como aspectos pessoais, sociais e institucionais. Portanto, a decisão de permanecer não é consequência dos aspectos individuais que envolvem os estudantes; a instituição e a sociedade também têm responsabilidade.

5.5.3 Sugestões para equipe de apoio pedagógico

Como parte integrante da discussão sobre os possíveis impactos das ações de apoio pedagógico na permanência estudantil, é importante ouvir as sugestões dos estudantes para o trabalho da equipe responsável pelas ações de apoio pedagógico no IFPB – *Campus Monteiro*. Conforme Santos, Santos e Davoglio (2013), ouvir os estudantes é um ato de respeito e um convite à possibilidade de transformação da realidade e mostra a importância deles para a instituição.

Em vista disso, o Quadro 7 apresenta algumas sugestões dos estudantes para a equipe de apoio pedagógico. Vale ressaltar que a pergunta inserida no questionário, não obrigatória, solicitava que o estudante que tivesse interesse deixasse suas sugestões sobre o que pode ser aprimorado no *Campus Monteiro*.

Quadro 7 – Sugestões para a equipe de apoio pedagógico do IFPB – *Campus Monteiro*

Não cobrar tanto nos editais, e ter mais editais voltado para quem mora fora.
Melhorar a relação aluno e professor.
Ouvidorias mensais.
Poderia ter uma acompanhante maior com os alunos da noite. Tentar melhorar junto com o aluno o aprendizado ou quando ele tiver altos índices reprovação de disciplinas.
Aumentaria a frequência para ser feito o "escuta IF", sendo realizado mensalmente um formulário online, para facilitar a comunicação entre coordenação e discentes e tentar maior participação efetiva dos alunos.
Dar mais aulas práticas; conseguir mais visitas; realmente dar aula e não só ler slides, e só por 30 minutos e liberar os alunos, para alunos de outra cidade isso é um problema.
Mais acessibilidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

As sugestões dos estudantes participantes para a equipe responsável pelas ações de apoio pedagógico podem estar relacionadas com as dificuldades que enfrentam e com as ações que consideram importantes ser realizadas para garantir a permanência e a conclusão dos cursos.

Com base nas sugestões dos estudantes, percebe-se que oferecer um espaço de escuta ativa é fundamental para promover um ambiente acolhedor e inclusivo. Momentos de diálogo aberto com os estudantes possibilitam que eles

expressem suas opiniões, sugestões e compartilhem as dificuldades na sua trajetória acadêmica na instituição.

Os momentos de escuta aos estudantes fortalecem o vínculo com a instituição, favorecendo a construção de um ambiente mais participativo e democrático. Estas oportunidades contribuem para a adaptação dos estudantes no espaço escolar, que muitas vezes enfrentam desafios que impactam na sua permanência e êxito. Além de identificar possíveis situações de conflitos na relação professor-aluno, com as regras e decisões da instituição.

Com base nessas sugestões, oferecer um espaço de escuta é fundamental para que a instituição realize intervenções eficazes que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes e permitam uma atuação preventiva de problemas como a evasão, retenção e conflitos interpessoais.

6 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

A elaboração do Produto Técnico e Tecnológico (PTT), como resultado desta pesquisa, consiste em considerar aspectos pedagógicos, psicossociais, acadêmicos e profissionais nas ações e projetos desenvolvidos para os estudantes dos cursos superiores, conforme Figura 8.

Figura 8 – Foco da proposta de intervenção



Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando essas quatro perspectivas de foco da intervenção para a permanência do estudante, assim como um dos eixos fundamentais de atuação das equipes pedagógicas no âmbito do IFPB, que é a gestão pedagógica, conforme dispõe a Resolução Consuper/DAAOC/Reitoria/IFPB n. 50/2021, será apresentado um guia de sugestões de atividades para a atuação das coordenações interligas à DDE do *Campus* Monteiro, tendo sempre como objetivo a diminuição dos casos de evasão e a qualidade da permanência, além de oferecer qualidade no acompanhamento pedagógico e assessoramento aos estudantes dos cursos superiores.

Dessa forma, a proposta é que seja executada em conjunto com as coordenações: Coped, Caest, Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) e Coordenação de Curso, conforme Quadro 8 (a seguir).

Quadro 8 – Coordenações e seus respectivos profissionais

COORDENAÇÃO	PROFISSIONAIS
Coordenação Pedagógica (Coped)	Pedagogo; técnico em assuntos educacionais.
Coordenação de Assistência Estudantil (Caest)	Assistente social; nutricionista; psicólogo; técnico em enfermagem.
Coordenação de Controle Acadêmico (CCA)	Assistente em administração.
Coordenação de Curso	Professores(as).

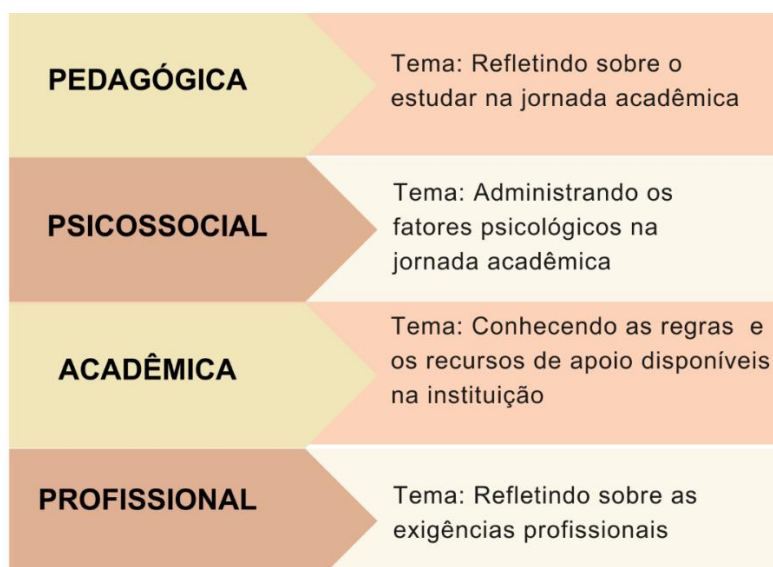
Fonte: Criado pela autora.

No contexto acadêmico, o apoio e o acolhimento aos estudantes são cruciais para o desenvolvimento de sua autonomia em seguir as regras da instituição, bem como interpretá-las. Coulon (2008) ressalta que a afiliação universitária tem êxito quando o estudante, com o apoio dos professores, da secretaria e de outros estudantes, consegue interpretar as regras do currículo, conseqüentemente descobrindo e usando mais regras na construção do seu percurso.

Assim, será considerada a atuação das coordenações mencionadas para implementação de ações que resultem em uma melhoria significativa na qualidade do apoio e dos recursos disponíveis aos estudantes, assessorando-os para que se situem rapidamente e conheçam as regras acadêmicas da instituição, como sugere Coulon (2008).

No guia de sugestões (Apêndice C), serão apresentadas propostas de intervenção pedagógica que abordam temas que envolvam todas as coordenações e que dialogam com a vida dos estudantes na instituição. A Figura 9 aponta a proposta através de temas, promovendo uma abordagem integrada e holística para o suporte acadêmico, pedagógico e psicossocial aos estudantes.

Figura 9 – Proposta de intervenção



Fonte: Criado pela autora.

A proposta da intervenção com o tema “Refletindo sobre o estudar na jornada acadêmica” tem o intuito de oferecer suporte pedagógico aos estudantes através de uma reflexão sobre o ato de estudar, a administração do

tempo, o objetivo de ser estudante e o planejamento e técnicas de estudo. A jornada acadêmica no ensino superior traz muitos desafios e exigências para os estudantes, e o trabalho de assessoramento pedagógico pode ser determinante para a permanência e êxito na instituição.

Diante desses desafios, é importante também considerar as dificuldades psicológicas que podem aparecer durante a jornada acadêmica. Por isso, a sugestão da intervenção “Administrando os fatores psicológicos na jornada acadêmica”, que visa trabalhar os aspectos psicológicos na jornada acadêmica no ensino superior, desenvolvendo ações e estratégias que ajudem os estudantes a enfrentar os desafios inerentes à vida acadêmica de forma saudável e construtiva, além de contribuir para a uma adaptação e vivência comprometida com o bem-estar dos estudantes na instituição.

Coulon (2008) ressalta que o sistema universitário tem regras institucionais que obrigam o estudante a adotar uma nova posição, a de ator principal. Além disso, explica que a entrada na universidade é um momento de explorar e querer mergulhar, de forma voluntária, nos códigos que a definem.

Para que a instituição colabore nesse processo de mudanças e conhecimento das novas regras, a intervenção com o tema “Conhecendo as regras e os recursos de apoio disponíveis na instituição” tem como objetivo apresentar aos estudantes como são a estrutura e o currículo do curso escolhido, tal como a explanação dos prazos determinados de matrícula, o trancamento de disciplinas, a abertura de processos, os regimentos institucionais e os recursos de apoios disponíveis.

Pensando além das exigências acadêmicas, torna-se necessário também refletir sobre as exigências profissionais. Assim, é proposta a intervenção intitulada “Refletindo sobre as exigências profissionais”, que visa ao preparo dos estudantes para o enfrentamento dos desafios e das demandas do mundo do trabalho. Além disso, deve buscar integrar as exigências profissionais à jornada acadêmica, possibilitando o engajamento estudantil e a segurança na escolha do seu projeto pessoal.

Estas quatro propostas de intervenção pedagógica visam promover um ambiente acadêmico inclusivo e acolhedor aos estudantes. Faz-se necessário também considerar o protagonismo dos discentes em todo esse processo, pois, como afirma Prado (2022, p. 10), “O envolvimento, tanto social quanto

acadêmico, é considerado fundamental para a permanência”. Atender os estudantes tendo como ponto de partida suas possíveis necessidades acadêmicas requer envolvimento das coordenações em adotar ações proativas de orientação e que forneçam apoio pedagógico, psicossocial, acadêmico e profissional, visando à permanência e ao êxito na instituição.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar as ações executadas pela equipe de apoio pedagógico e suas possíveis contribuições para a permanência estudantil nos cursos superiores de tecnologia do IFPB – *Campus* Monteiro. Nesse sentido, contou com um referencial teórico sobre a expansão das políticas públicas no ensino superior e a importância do apoio pedagógico para a permanência dos estudantes. Em termos metodológicos, efetuou a elaboração e aplicação de instrumentos que deram suporte às análises sobre as ações da Coped no *Campus* Monteiro, tendo como público-alvo os estudantes que utilizaram do serviço de apoio pedagógico.

A entrada no ensino superior pode ser desafiadora para muitos estudantes, principalmente para aqueles que enfrentam dificuldades acadêmicas ou sociais. O apoio pedagógico durante a jornada acadêmica pode ser determinante para sua permanência. Assim, as instituições de educação superior devem criar iniciativas que orientem os setores para o acolhimento e o apoio pedagógico adequado, colaborando para a atuação proativa do estudante no ambiente acadêmico.

Com a presente pesquisa, pode-se constatar que o processo de expansão e de democratização da educação superior modificou as estruturas das instituições públicas no Brasil. Através das políticas de acesso e de permanência, como as políticas de cotas e o Sisu, grupos populacionais que historicamente foram excluídos dessa etapa de ensino, passaram a integrar as universidades e IFs em todo o país. Esse fenômeno imprimiu transformações importantes nas dinâmicas de funcionamento das instituições no que diz respeito à gestão, às questões pedagógicas e organizacionais. Dentre elas, destaca-se o perfil heterogêneo e diverso dos estudantes que passaram a integrar a educação superior, o que traz novos desafios para as instituições.

Dessa forma, é urgente que os IFs e universidades garantam condições de permanência aos estudantes através de políticas públicas, programas e projetos comprometidos com as necessidades sociais, econômicas, pedagógicas e emocionais dos discentes, pois a diversidade do público no mundo acadêmico exige a preparação para recepção e acolhimento dos diversos perfis de estudantes existentes e, conseqüentemente, que sejam

criadas ações de apoio e orientação especializada no processo de ensino e formação pessoal e profissional desses sujeitos.

Diante disso, conclui-se que o apoio pedagógico é uma ferramenta essencial para acompanhar, orientar, assessorar e dar suporte aos estudantes em sua jornada acadêmica. Através de um trabalho colaborativo e humanizado, as ações de apoio pedagógico podem contribuir para o aprimoramento do desempenho acadêmico, da integração acadêmica e da redução da evasão.

Pode-se inferir, por meio dos dados obtidos nesta etapa da pesquisa, que os fatores que influenciam na tomada de decisão na trajetória estudantil dos estudantes envolvem diversos aspectos, tais como fatores pessoais, sociais e institucionais. Desse modo, a existência de uma rede de apoio envolvendo as atividades acadêmicas é fundamental para facilitar a trajetória dos estudantes na instituição.

Posto isto, a elaboração do Guia Prático: Intervenções Pedagógicas no Ensino Superior, como PTT, fruto desta pesquisa, partiu do entendimento da importância de a instituição desenvolver e aperfeiçoar suas ações de atendimento, acompanhamento, orientação e assessoramento pedagógico aos estudantes, junto às coordenações interligadas à DDE do *Campus* Monteiro.

Por fim, as ações pedagógicas realizadas através de trabalho de rede entre as diferentes coordenações favorecem o compartilhamento de informações e orientações que atendam às necessidades acadêmicas dos estudantes. Todavia, essas ações devem ser consideradas socialmente relevantes e determinantes nos processos educativos que validem como estratégias de permanência, evitando o abandono e promovendo o êxito na educação superior.

REFERÊNCIAS

- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda política**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.
- ALAGE, Silva Jacob. **A transição do ensino secundário para o ensino superior**: um estudo no contexto educacional moçambicano. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES**. Uberlândia: Andifes, 2019.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ARAÚJO, Adriana Castro. Adaptação de alunos ao ambiente universitário: estudo de caso em cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará. **Ensaio**, [s. l.], v. 29, p. 135-159, 2020.
- ARAGÃO, Gabrielly Belmont de Brito Lima. **Retenção de estudantes contemplados com a assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.
- ARAÚJO, Alexandra M. *et al.* Questionário de Adaptação ao Ensino Superior (QAES): Construção e validação de um novo questionário. **Psicologia, Educação e Cultura**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 131-145, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BORGES, Eduardo Henrique Narciso. **Políticas de permanência**: percepções e ações de agentes de instituições de ensino superior. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BRASIL, Jorge Eduardo Mendonça. **Meritocracia e seleção para cargos comissionados**: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 1.735, de 2019**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de pedagogo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1742531&filename=Avulso%20PL%201735/2019. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia**. 4. ed. [Brasília, DF]: Governo Federal, [2022]. Disponível em:

ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/catalogo-nacional-dos-cursos-de-tecnologia-2022.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. 3. ed. Brasília: MTE: SPPE, 2010. v. 3.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 2 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Medida Provisória n. 1.827, de 27 de maio de 1999**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1827.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Portal do MEC. [Brasília, DF]: MEC, c2018. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Informativa DPE/DDR/Setec/MEC n. 138/2015**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: proen.ifpa.edu.br/documentos-1/documentos-gerais/2015/1234-nota-informativa-n-138-2015-dpe-ddr-setec-mec/file. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício circular n. 01/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC**. Disponível em: dafdc.paginas.ufsc.br/files/2019/03/Ofi%CC%81cio-Circular-n%C2%BA-1-2017-COLEP-CGGP-SAA-MEC-Carreira-PCCTAE.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular n. 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/oficios/oc01505.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n. 25, de 13 de agosto de 2015**. Define conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em:

servidor.ifms.edu.br/noticias/conheca-os-criterios-para-distribuicao-de-cargos-e-funcoes/setec_mec-portaria-no-25-de-13-08-2015-define-conceitos-e-estabelece-fatores-para-fins-de-calculo-dos-indicadores-de-gestao-das-instituicoes-da-rede-federal-de-educacao-1-de-3.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.038, de 23 de dezembro de 2015**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/12/2015&jornal=1&pagina=90&totalArquivos=404. Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 299, de 14 de abril de 2015**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/funcionamento-dos-cursos-superiores/documentos/monteiro/construcao-edificio/portaria-construcao-de-edificios-ok.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 4, de 6 de janeiro de 2009**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sec1.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada [...]. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha**. [Brasília, DF: 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CABRAL NETO, Antônio; ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de. Expansão da educação superior no instituto federal de educação, ciência e tecnologia da paraíba: os delineamentos no período 2008-2015. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 1-21, 2020.

CARVALHO, Evelin Sarmiento de. **Permanência na educação superior: contribuições da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso. Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Avaliação**, Campinas, v. 25, p. 52-72, 2020.

CEFET-PB. **Resolução nº 30, de 26 de dezembro de 2008**. João Pessoa: CEFET-PB, 2015. Disponível em: ifpb.edu.br/pre/educacao-

superior/funcionamento-dos-cursos-superiores/documentos/monteiro/construcao-edificio/resolucao-no-30-2008. Acesso em: 8 mar. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, p. 5-15 São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 jun 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: CNE, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 9 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 26 abr. 2024.

COSTA, C. F.; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o Ensino Superior no Brasil. **REAd**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 6-35, set./dez. 2019.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201710167954>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Trad. Sandra Mallman da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso 2014.

CUNHA, Eudes Oliveira. **Implementação da política de permanência de estudantes na Universidade Federal da Bahia**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2017.

CUNHA, Jacqueline Kelly Almeida; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; FERNANDES, Natália Rigueira. Assistência estudantil na educação superior: a trajetória do programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, [s. l.], v. 16, n. 35, p. 1-19, 2023.

DEITOS, Roberto Antonio. **Política Educacional no Brasil (1985-2022)**. Curitiba: CRV, 2022.

DIAS, C. E. S. B. **O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil**. 2021. Tese

(Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2021.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SAMPAIO, Helena. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. *In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos et al. Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 27-60.

DUMARESQ, Zandra Maria R. M. **Análise da Política de Assistência Estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – Campus de Fortaleza – sob o olhar dos discentes**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2014.

FERNANDES, Paloma Emanuele da Costa Nascimento; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Pesquisas sobre o curso de Pedagogia em produções acadêmicas de graduação e pós-graduação no CE-UFPB. **Olhar de Professor**, [s. l.], v. 26, p. 1-20, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ CALLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

HONÓRIO, Anita Castellani; OTTATI, Fernanda; CUNHA, Felipe Augusto. Avaliação da adaptação ao ensino superior. **Psicología para América Latina**, [s. l.], n. 32, p. 97-105, 2019.

ILHA, Vanessa Domingues; DOS SANTOS, Acácia Angeli; QUELUZ, Francine Ferraresi Rodrigues. Propriedades psicométricas do questionário de adaptação ao ensino superior (QAES) em estudantes universitários finalistas. **Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación-e Avaliação Psicológica**, [s. l.], v. 4, n. 57, p. 41-51, 2020.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A Trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios**. Monteiro: IFPB, 2017. Disponível em: estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/17/documentos/PPC_TCE_2017_dez_2018_mais_atual_1-compactado.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em**

Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Monteiro: IFPB, 2019. Disponível em: estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/13/documentos/PPC_ADS_2019_AGOSTO_2021_COM_ANEXOS.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020–2024.** João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf. Acesso em: 2 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução n. 246, de 18 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. João Pessoa: IFPB, 2015. Disponível em: ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-246-2015-cs-estatuto-do-ifpb. Acesso em: 3 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução Nº 68, de 6 de outubro de 2011.** Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas [...]. João Pessoa: IFPB, 2011. Disponível em: ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2011/resolucao-no-68. Acesso em: 8 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução-CS n. 16, de 02 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR n. 25, de 21/06/2018 [...]. João Pessoa: IFPB, 2015. Disponível em: ifpb.edu.br/prae/defe/principais-normas-e-legislacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifpb.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. Convalida a **Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018.** Aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Resolução-cs nº 16, de 02 de agosto de 2018. João Pessoa: IFPB, 2018. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes- aprovadas-pelo-colegiado/esolucao-no-16>. Acesso em: 2 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução 50/2021 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB.** Dispõe sobre as Diretrizes para atuação das Equipes Pedagógicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-50>. Acesso em: 28 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022.** Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em:

download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico**: Censo Escolar da Educação Superior 2021. Brasília, DF: Inep, 2023.

IOPPI, Luiza Souza; AZEVEDO, Josiele Heide. **Apoio pedagógico**: uma política de assistência estudantil na Ufsc. *In*: XXI Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Cidade de Loja – Equador, 2023, p. 1-16.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIMA, João Francisco Lopes de; CARVALHO, Juscineia dos Santos Delfino de. A pedagogia como campo formativo: um estudo sobre o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Acre. **Communitas**, [s. l.], v. 8, n. 18, p. 301-318, 2024.

LINKOWSKI, Juliete A. S. **A atuação do técnico em assuntos educacionais e a proximidade com a função do pedagogo**: possibilidades de uma integração. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. Serviços de apoio pedagógico nas intuições de ensino superior: contribuições do/a pedagogo/a na política de assistência estudantil. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 195-233, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MILAGRES, Viviane Martins Ferreira; REIS, Lilian Perdigão Caixêta; DOMINGUES, Sérgio. O apoio psicossocial e as vivências acadêmicas dos estudantes universitários. **Revista Internacional de Educação Superior**, [s. l.], v. 10, e024002, 2024.

NASCIMENTO, Emily da Silva *et al.* **A permanência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba**: proposição de um plano para o apoio pedagógico. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

NOGUEIRA, Ari Fernandes Santos *et al.* Serviço de apoio pedagógico como política institucional para a permanência e o sucesso de estudantes de graduação (Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB). *In*: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos *et al.* **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 27-60.

OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Dificuldades na trajetória universitária e rede de apoio de calouros e formandos. **Psico**, [s. n.], v. 45, n. 2, p. 187-197, 2014.

OLIVEIRA, J. R.; SILVA, M. S. Participação feminina e o perfil disciplinar dos cursos de TI no Brasil. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], p. 1-12, 2017.

OLIVEIRA, Olívia Chaves de. O desafio da permanência estudantil em tempos de crise. **Revista Internacional Educon**, [s. l.], v. 3, n. 1, e22031017, 2022.

OLIVEIRA, Soraia Santos de. **Afiliação universitária**: trajetórias de estudantes cotistas e não cotistas em cursos de alto prestígio social na Universidade Federal da Bahia. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido (coord.). **Pedagogia**: ciência da educação? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRADO, R. Permanência na educação superior: contribuições teóricas e práticas. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 28, e43674, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc28202243674>.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do *campus* brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas, v. 19, p. 723-747, 2014.

SAHÃO, Fernanda Torres; KIENEN, Nádia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s. l.], v. 25, p. 1-13, 2021.

SANT ANA, W. P.; PINTO, U. A.; A prática profissional de pedagogos/as TAEs na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: uma revisão de literatura (2008-2023). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 23, e16094, dez. 2023.

SANT'ANA, Wallace Pereira. **O trabalho do pedagogo TAE na coordenação de apoio pedagógico ao discente do Instituto Federal de Goiás**: reflexões, desafios e possibilidades. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Goiás, Anápolis, 2019. Disponível em: repositorio.ifg.edu.br/handle/prefix/582. Acesso em: 25 abr. 2024.

SANTOS, Bettina Steren dos; SANTOS, Pricila Kohls; DAVOGLIO, Tércia Rita. A percepção dos estudantes sobre o abandono e a permanência na educação superior. *In*: SANTOS, Bettina Steren dos; ANDOÁÍN, Jesús Arriaga García de; MOROSINI, Marília Costa (org.). **Una visión integral del abandono**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 95-114.

SANTOS, Natinelle de Meneses Pinheiro. **Práticas de gestão na Educação Superior**: um olhar sobre a retenção e a evasão nas licenciaturas do Centro de

Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação**, Campinas, v. 27, p. 260-280, 2022.

SCHLESENER, Anita Helena; LIMA, Michelle Fernandes. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente no Ensino Superior brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2115116, p. 1-17, 2021.

SEMESP, Instituto. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 13. ed. [S. l.]: SEMESP, 2023.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SILVA, Daniele Antônia da. **Política de assistência estudantil na UFRN: ações do Pnaes nos cursos de graduação-Campus Natal (2010-2019)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, Janine Felix; SOARES, Gleidenira Lima. A influência do neoliberalismo na educação: reflexo na formação docente. **Revista Professare**, Caçador, v. 7, n. 1, p. 26-40, 2018.

SILVA, Silvana de Alencar; MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda. Pedagogos não docentes nos Institutos Federais de Educação, tensionando os processos de identificação. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 58, n. 58, p. 1-21, 2020.

SOKOLOWSKI, M. T. História do Curso de Pedagogia no Brasil. **Comunicações**, Piracicaba, v. 20, n. 1, p. 81-97, jan./jun. 2013.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira *et al.* Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s. l.], v. 12, p. 185-202, 2008.

TEIXEIRA, Maria Daniele de Jesus *et al.* Diagnóstico e estratégias de permanência e conclusão na graduação: estudo de caso para Universidade Federal de Mato Grosso. **Ensaio**, [s. l.], v. 31, e0233338, 2023.

TINTO, V. Through the eyes of students. *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 254-269, 2015. DOI: 10.1177/1521025115621917. Disponível em: journals.sagepub.com/doi/10.1177/1521025115621917. Acesso em: 24 maio 2024.

TOTI, Michelle Silva *et al.* O serviço de apoio pedagógico aos estudantes do ensino superior: estudo de uma proposta em construção em uma Universidade

Federal Brasileira. *In*: CONGRESOS CLABES VII, Córdoba, Argentina, 2017. Disponível em: <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1552/2290>. Acesso em 27 abr 2024.

VITÓRIA, Maria Inês Côrte *et al.* Engajamento acadêmico: desafios para a permanência do estudante na Educação Superior. **Educação**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 262-269, 2018.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZATTI, Fernanda; LUNA, Líri Novaes. Expansão da Educação Superior e construção de carreira: estudo multicase com graduandos. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s. l.], v. 26, p. 1-11, 2022.

ZBUINOVICZ, K. de F. **Apoio pedagógico na assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná**: possibilidades, iniciativas e limitações. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) PARTICIPANTE DE PESQUISA,

A pesquisadora Tannissa Luanna Cardoso de Araújo discente do mestrado, convida você a participar da pesquisa intitulada “**Apoio Pedagógico Na Educação Superior: uma abordagem no Instituto Federal da Paraíba Campus Monteiro com ênfase na Política de Assistência Estudantil**”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/UFPB, sob a orientação da Prof^a. Mariana Lins de Oliveira.

Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, a sua identificação não será divulgada no estudo.

O objetivo principal desta pesquisa consiste em Analisar as ações executadas pela equipe de apoio pedagógico, e suas possíveis contribuições para a permanência dos estudantes nos Cursos Superiores de Tecnologia, no IFPB – *Campus Monteiro*.. Como objetivos específicos apresentamos os seguintes: Conhecer o histórico das políticas públicas na educação superior em relação ao acesso e permanência estudantil; Problematizar sobre o perfil dos estudantes, a cultura institucional e a condição discente na educação superior; Discutir a importância do apoio pedagógico como ação do Pnaes e suas possíveis contribuições para a condição de permanência do estudante no IFPB *campus Monteiro*; Elaborar uma proposta de resolução com estratégias que

contribuam para institucionalização de um Programa de Apoio Pedagógico no *campus* Monteiro.

Os dados dos estudantes do IFPB *campus* Monteiro serão coletados através de aplicação de questionário online. O tempo previsto para responder o questionário é de 5 minutos. Os formulários serão enviados por meio de e-mail e aplicativo de mensagens dos estudantes, de acordo com os contatos captados nos registros do sistema utilizado pelo IFPB, a partir da autorização da Direção Geral.

Riscos ao (à) Participante da Pesquisa

Os riscos relacionados a sua participação são considerados baixos. Podemos citar a possibilidade de constrangimento, vergonha, cansaço e desconforto ao responder o questionário. Para evitar os riscos citados, assegura-se a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, além de um questionário com poucas perguntas.

Benefícios ao (à) Participante da Pesquisa

Os benefícios com a sua participação serão indiretos, oferecendo possibilidade de gerar conhecimento, conhecendo a percepção dos estudantes sobre o auxílio financeiro do IFPB, o que pode possibilitar melhorias no processo de implementação e concessão dos auxílios do IFPB.

Informação de contato do responsável da pesquisa

Nome do pesquisador: Tannissa Luanna Cardoso de Araújo

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

E-mail: tannissa.araujo@academico.ufpb.br Endereço: Avenida Duarte Lima, 422. Centro - Serraria/PB

Celular: +55 (83) 99946-8665

Endereço e informações de contato do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

Centro de Educação

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – *Campus I* - Cidade Universitária,
João Pessoa-PB, CEP: 58051-900

E-mail: ppgaes@ce.ufpb.br

Endereço e informações de contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao assinar ao final deste documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação e receberá uma cópia deste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), assinada pelo (a) Pesquisador Responsável.

Projeto aprovado Pelo Comitê de Ética em 21 de dezembro de 2023

Número do CAAE: 73872723.6.0000.5188

*

ACEITO PARTICIPAR
NÃO ACEITO PARTICIPAR

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOBRE O APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES DO IFPB – *CAMPUS* MONTEIRO

Prezado(a) participante, este questionário tem por finalidade coletar dados junto aos estudantes dos Cursos Superiores do IFPB *campus* Monteiro.

A pesquisa tem como tema **APOIO PEDAGÓGICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS MONTEIRO**, e tem o objetivo de analisar as ações executadas pela equipe de Apoio Pedagógico, e suas possíveis contribuições para permanência dos estudantes nos Cursos Superiores de Tecnologia, no IFPB – *Campus* Monteiro.

Investigadora Principal: Tannissa Luanna Cardoso de Araújo

Orientadora: Mariana Lins de Oliveira

PERFIL BÁSICO

Qual a sua idade?*

- até 19 anos
- entre 20 a 30 anos
- entre 31 a 40 anos
- entre 41 a 50 anos
- entre 51 a 60 anos

Qual o seu sexo?*

- Feminino
- Masculino
- Outro

Qual a sua cor ou raça?*

- Amarela
- Branca
- Parda
- Preta
- Indígena
- Sem declaração

Qual o seu estado civil?*

- Solteiro
- Casado
- Divorciado
- Viúvo
- Outro

Possui filhos/filhas?*

- Sim

Não

Qual o município em que reside?*

Sua resposta

Possui algum tipo de deficiência*

Sim

Não

PERFIL ESCOLAR

Você fez algum curso técnico durante o ensino médio?*

Sim, fiz integrado com o ensino médio.

Não, estudei o ensino médio padrão.

Não, fiz o Supletivo.

Outro

Qual o tipo de escola você cursou o ensino médio?*

Somente em escola pública

Maior parte em escola pública

Somente em escola privada

Maior parte em escola privada

Você fez algum cursinho para o ENEM antes de ingressar no IFPB *campus* Monteiro?*

Sim

Não

PERFIL ACADÊMICO

Como você ingressou no IFPB *campus* Monteiro?*

Processo Seletivo dos Cursos Superiores (PSCS) para ingresso nos Cursos do IFPB

Processo Seletivo Especial (PSE) para ingresso nos Cursos Superiores do IFPB

Sistema de Seleção Unificada (Sisu)

Outro

Qual a sua forma de ingresso no IFPB *campus* Monteiro?*

Ampla Concorrência

Cotas

Se foi por cotas, qual tipo de cota?*

Não se aplica

Oriundo de escola pública

Oriundo de escola pública, declarado Preto, Pardo ou Indígena (PPI)

Oriundo de escola pública, declarado Pessoa com Deficiência (PcD)

Oriundo de escola pública, declarado PPI, declarado PcD

Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 Salário Mínimo (S.M.)
Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M, Declarado PPI
Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M, declarado PcD
Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M, declarado PPI, declarado PcD

Qual o ano de ingresso no IFPB *campus* Monteiro?*

Antes de 2019
2020
2021
2022
2023

Qual a situação da sua matrícula no período 2023.2?*

Afastado
Cancelamento compulsoriamente
Cancelado voluntariamente
Concluído
Evadido
Formado
Matriculado
Trancado
Transferido
Outro

PERCEPÇÕES SOBRE A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Você é estudante de qual curso no IFPB *campus* Monteiro?*

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Construção em Edifícios

Qual atividade acadêmica promovida pelo IFPB *campus* Monteiro você participa?*

Monitoria
Projeto de Pesquisa
Projeto de Extensão
Outra
Nenhuma

Você já foi beneficiado pela Política de Assistência Estudantil do IFPB?*

Sim
Não

Se sim, qual programa você foi beneficiado pela Política de Assistência Estudantil do IFPB?*

Não se aplica
Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE);
Programa de Alimentação;
Programa de Moradia Estudantil;

Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
 Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
 Programa de Apoio à Participação em Eventos;
 Programa de Material Didático-Pedagógico;
 Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer;
 Programa de Apoio Pedagógico;
 Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD

Classifique as situações abaixo indicando o nível de dificuldade que você percebe em relação à permanência estudantil e ao processo de adaptação na instituição.*

Nenhuma dificuldade

Pouca dificuldade

Dificuldade média

Muita dificuldade

Mudança de cidade/moradia

Relacionamento Familiar

Relacionamento social/interpessoal

Situação de violência física/sexual/psicológica

Conflito de valores/conflitos religiosos

Discriminações e preconceitos

Dificuldades de acesso a materiais didáticos e ferramentas de estudo

Dificuldades financeiras

Dificuldades de aprendizagem

Falta de disciplina

Gerenciamento dos estudos

Carga horária excessiva de trabalho

Carga excessiva de trabalhos acadêmicos

Relação professor/a - estudante

Tempo de deslocamento para o *campus*

Problemas de saúde

Maternidade ou paternidade

Mudança de cidade/moradia

Relacionamento Familiar

Relacionamento social/interpessoal

Situação de violência física/sexual/psicológica

Conflito de valores/conflitos religiosos

Discriminações e preconceitos

Dificuldades de acesso a materiais didáticos e ferramentas de estudo

Dificuldades financeiras

Dificuldades de aprendizagem

Falta de disciplina

Gerenciamento dos estudos

Carga horária excessiva de trabalho

Carga excessiva de trabalhos acadêmicos

Relação professor/a - estudante

Tempo de deslocamento para o *campus*

Problemas de saúde

Maternidade ou paternidade

Você já utilizou de algum serviço ofertado pela Coordenação Pedagógica (COPED) do IFPB *campus* Monteiro?*

Planejamento de estudos

Orientação pedagógica

Escuta IF

Mediação de conflitos entre professor x aluno

Mediação de conflitos entre aluno x aluno

Outro

Não se aplica

Como você avalia os serviços ofertados pela Coordenação Pedagógica (COPED) do IFPB *campus* Monteiro?*

Nada importante

Pouco importante

Importante

Muito importante

Extremamente importante

Você acredita que o Apoio Pedagógico contribui para a sua permanência e adaptação na instituição?*

Discordo totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo totalmente

Quais fatores você considera determinante que influenciam na sua decisão de continuar no curso e no IFPB *campus* Monteiro?*

Sua resposta

Quais sugestões você daria para a Equipe de apoio pedagógico do IFPB *campus* Monteiro?*

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

AGRADECEMOS IMENSAMENTE SUA PARTICIPAÇÃO NESTA PESQUISA

APÊNDICE C – PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

GUIA PRÁTICO

INTERVENÇÕES ACADÊMICAS NO ENSINO SUPERIOR



Tannissa Luanna Cardoso de Araújo
Dra. Mariana Lins de Oliveira



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
JUSTIFICATIVA	14
INTERVENÇÕES	19
METODOLOGIA	19
RECURSOS	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	19



O presente Guia Prático intitulado **Intervenções Acadêmicas no Ensino Superior** é fruto da Dissertação de Mestrado **APOIO PEDAGÓGICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS MONTEIRO**. De autoria de Tannissa Luanna Cardoso de Araújo sob orientação da Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira, em parceria com a Direção de Desenvolvimento do Ensino (DDE) do campus Monteiro, na figura do colaborador Prof. Jorge Eduardo Mendonça Brasil.

A elaboração deste guia parte do entendimento da importância de que a instituição desenvolva e aperfeiçoe suas ações de atendimento, acompanhamento, orientação e assessoramento pedagógico aos estudantes, junto às coordenações interligadas a Direção de Ensino, do Campus Monteiro.

Consiste em apresentar uma sugestão de 4 oficinas que abordam temas que dialogam com a vida dos estudantes na instituição, considerando os aspectos pedagógicos, psicossociais, acadêmicos e profissionais.

Espera-se que o presente guia possa influenciar no tocante à reflexão dos profissionais da instituição e compreensão da importância das Intervenções Acadêmicas, com vistas a incentivar a implementação de ações que resultem em uma melhoria significativa na qualidade do apoio aos estudantes.




No contexto acadêmico, o apoio e acolhimento aos estudantes é crucial no desenvolvimento da autonomia dos estudantes em seguir as regras da instituição, bem como interpretá-las. Coulon (2008), ressalta que a afiliação universitária tem êxito quando o estudante, com o apoio dos professores, da secretaria e de outros estudantes, consegue interpretar as regras do currículo, conseqüentemente, descobrindo e usando mais regras na construção do seu percurso.

Assim, considera que o apoio pedagógico, que se trata de uma das ações que deverão ser desenvolvidas pelo Pnaes, desempenha um papel fundamental na vida acadêmica dos estudantes. Conforme Toti (2022), o apoio pedagógico amplia as condições de permanência estudantil na educação superior, principalmente daqueles que trazem consigo marcas de diversas fragilidades na trajetória formativa.

Diante desse contexto, o presente guia tem como objetivo apresentar uma proposta com temas de oficinas para as coordenações interligadas a Direção de Desenvolvimento do Ensino, visando o aprimoramento no serviço de apoio pedagógico e acolhimento aos estudantes no campus Monteiro.



INTERVENÇÕES



**Refletindo sobre o estudar na
jornada acadêmica**

**Administrando os fatores psicológicos
na jornada acadêmica**

**Conhecendo as regras e os recursos de
apoio disponíveis na instituição**

**Refletindo sobre as exigências
profissionais**

INTERVENÇÃO 1

Refletindo sobre o estudar na jornada acadêmica

A proposta desta intervenção deve concentrar na dimensão pedagógica, focando no desenvolvimento de habilidades de estudo e no compartilhamento de estratégias de aprendizagem, possibilitando aos estudantes a oportunidade de explorar técnicas de organização e administração do tempo, planejamento e métodos de estudo.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para que os estudantes reflitam sobre os desafios de estudar na jornada acadêmica a partir do desenvolvimento de habilidades de estudo.

- Discutir sobre a importância da construção de objetivos frente ao ato de estudar;
- Conhecer estratégias de aprendizagem que favoreçam no processo de organização, administração do tempo, planejamento e técnicas de estudo;
- Identificar os próprios estilos de aprendizagem, compreendendo como absorvem e processam as informações de maneira mais eficiente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS



INTERVENÇÃO 1

Refletindo sobre o estudar na jornada acadêmica

SUGESTÃO DE TEMAS

- Autoconhecimento
- Desenvolvimento de habilidades na jornada acadêmica
- Planejamento de estudos
- Gestão do tempo
- Estratégias de aprendizagem
- Práticas de leitura e escrita acadêmica
- Vencendo a distração e evitando a procrastinação
- Autonomia estudantil
- Apresentação de seminários
- Adaptação e desafios na jornada acadêmica
- Aprendizagem autorregulada



ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS



- Roda de Conversa
- Oficinas
- Palestras
- Acompanhamento e assessoramento pedagógico individual e coletivo
- Plantão de orientação aos estudos

INTERVENÇÃO 1

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Rodas de conversa com os estudantes discutindo sobre a importância de definir seus objetivos de maneira clara e mensurável na jornada acadêmica.



Criar um cronograma de estudos com os estudantes, incluindo horários para estudo, descanso e atividades extracurriculares.

Orientar os estudantes acerca de como criar um ambiente de estudo propício à concentração e aprendizagem.



Construir um calendário com os estudantes com datas importantes, como provas e prazos de entrega.

Orientar os estudantes acerca da busca de apoio e feedback, junto aos professores, monitores, colegas e demais servidores, para obter instruções sobre suas dúvidas.



Apresentar técnicas de estudo para os estudantes, como a Técnica Pomodoro, mapas mentais, resumos dentre outros.

INTERVENÇÃO 2

Administrando os fatores psicológicos na jornada acadêmica

A proposta desta intervenção aborda a dimensão psicossocial, tendo como foco os aspectos psicológicos que podem influenciar o desempenho e o bem-estar dos estudantes. Sugere-se que sejam abordados temas como gerenciamento do estresse, desenvolvimento da autoconfiança e estratégias de comunicação, visando oferecer ferramentas que possam utilizar diante dos desafios emocionais e interpessoais que podem surgir durante a jornada acadêmica.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações e estratégias que ajudem os estudantes a enfrentar os desafios inerentes à vida acadêmica de forma saudável e construtiva.

- Promover o autoconhecimento e a autogestão dos estudantes;
- Desenvolver habilidades socioemocionais;
- Promover o bem-estar e a saúde mental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS



INTERVENÇÃO 2

Administrando os fatores psicológicos na jornada acadêmica

SUGESTÃO DE TEMAS

- Autoconhecimento e autogestão
- Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais
- Gestão do estresse e bem-estar
- Apoio à Saúde Mental
- Liderança e Engajamento
- Ansiedade durante a jornada acadêmica
- Atenção Plena
- Motivação e persistência durante a jornada acadêmica
- Como gerir o tempo e controlar a ansiedade durante a jornada acadêmica
- Relaxamento mental
- Comunicação



ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS



- Roda de Conversa
- Oficinas
- Palestras
- Dinâmicas
- Workshops
- Acompanhamento e atendimento individual e coletivo
- Plantão de atendimento psicológico

INTERVENÇÃO 2

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Autoconhecimento

Oficinas com dinâmicas e atividades de autorreflexão, possibilitando que os estudantes identifiquem seus pontos fortes e seus principais desafios pessoais.

Habilidades Socioemocionais

Palestras sobre a importância de desenvolver habilidades de comunicação assertiva e escuta ativa. Além de explorar estratégias para que os estudantes aprendam a identificar, compreender e controlar suas emoções.

Gestão do estresse e bem-estar

Oficinas com técnicas comprovadas de gestão do estresse, como exercícios de respiração, meditação e práticas de mindfulness. Assim como, discutir a importância do autocuidado, do sono adequado e de uma alimentação saudável.

Liderança e Engajamento

Rodas de conversa para discussão sobre a importância de trabalho em equipe, fornecendo workshops de treinamento em habilidades de colaboração, tomada de decisão, resolução de conflitos e liderança.

Apoio à Saúde Mental

Palestras que apresentem informações aos estudantes de como reconhecer os sinais de problemas de saúde mental; promover grupos de apoio para os estudantes; informar aos estudantes sobre os serviços de apoio psicológico disponíveis.¹¹

INTERVENÇÃO 3

Conhecendo as regras e os recursos de apoio disponíveis na instituição

A proposta desta intervenção deve concentrar na dimensão acadêmica, focando no auxílio aos estudantes e contribuindo para a adaptação na vida acadêmica. Sugere-se que essa intervenção aborde temas acerca da estrutura e o currículo do curso escolhido na instituição, tal como a explanação dos prazos determinados de matrícula, trancamento de disciplinas, abertura de processos, regimentos institucionais e os recursos de apoios disponíveis na instituição.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para a adaptação na vida acadêmica, possibilitando que os estudantes conheçam as regras e os recursos disponíveis na instituição.

- Conhecer os procedimentos e prazos para realizar sua matrícula a cada semestre;
- Utilizar adequadamente o sistema de gestão acadêmica da instituição;
- Conhecer os laboratórios de ensino e pesquisa disponíveis na instituição;
- Conhecer os programas de assistência estudantil disponíveis na instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS



INTERVENÇÃO 3

Conhecendo as regras e os recursos de apoio disponíveis na instituição

SUGESTÃO DE TEMAS

- Regras Institucionais
- Regimento Didático
- Conhecendo o SUAP
- Diretrizes para abertura de processos
- Orientação para matrícula
- Pesquisa, Extensão e Inovação (características, formatos, estratégias etc)
- Recursos disponíveis na instituição (utilização de acervos físicos e digitais, laboratórios, serviços de apoio)
- Calendário Acadêmico
- Programas de Monitoria
- Programas da Assistência Estudantil
- Integração na vida acadêmica



ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS



- Roda de Conversa
- Oficinas
- Palestras
- Tutoriais
- Workshops
- Atendimento individual e coletivo

INTERVENÇÃO 3

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Apresentação de tutoriais de acesso ao SUAP, criação de processos, requerimentos, matrículas, criação de e-mail acadêmico, acompanhamento do desempenho acadêmico etc.



Rodas de Conversa sobre os regulamentos institucionais.

Momentos de conversa e escuta com os estudantes sobre os desafios na jornada acadêmica.



Plantão de dúvidas acerca dos programas de assistência estudantil disponíveis na instituição.

Palestras com professores e estudantes participantes em projetos de pesquisa e extensão.



INTERVENÇÃO 4

Refletindo sobre as exigências profissionais

Pensando além das exigências acadêmicas, torna-se necessário também refletir sobre as exigências profissionais. Assim, sugere-se que esta intervenção vise preparar os estudantes para o enfrentamento dos desafios e das demandas do mundo do trabalho. Através de uma abordagem reflexiva e motivadora, deve buscar integrar as exigências profissionais à jornada acadêmica, possibilitando o engajamento estudantil e a segurança na escolha do seu projeto pessoal.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para que os estudantes explorem suas opções de carreira e desenvolvam habilidades essenciais para uma transição tranquila do ambiente acadêmico para o mercado de trabalho.

- Oportunizar aos estudantes a avaliação dos seus projetos pessoais, valores e habilidades;
- Identificar as áreas compatíveis com o curso escolhido;
- Aprender a criar currículos, fazer networking, participar de entrevistas e aproveitar as oportunidades de estágio e emprego.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS



INTERVENÇÃO 4

Refletindo sobre as exigências profissionais

SUGESTÃO DE TEMAS

- Preparação para o mundo do trabalho
- Desenvolvimento e Planejamento da Carreira
- A importância do Networking
- Carreira e Empregabilidade
- Adaptação às mudanças
- Educação Financeira
- Formação, estágio e trabalho
- Estratégias de busca de estágio e emprego
- Orientação Profissional
- Proatividade
- Habilidades sociais e o mundo do trabalho
- Construção de uma carreira significativa
- Elaboração de currículos



ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS



- Roda de Conversa
- Oficinas
- Palestras
- Tutoriais
- Workshops
- Atendimento individual e coletivo

INTERVENÇÃO 4

SUGESTÃO DE ATIVIDADES



Oficinas ensinando os estudantes a criarem currículos e cartas de apresentação.

Dicas e estratégias para entrevistas de emprego, simulando entrevistas e disponibilizando feedback sobre o desempenho dos estudantes.



Discussão sobre o que é networking e sua importância.

Rodas de Conversa sobre diferentes trajetórias profissionais dentro do campo de estudo, com estudantes egressos e profissionais bem sucedidos.



Palestras sobre empreendedorismo e inovação.

Palestras sobre ética e responsabilidade profissional.



Oficinas sobre gestão de projetos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta das intervenções pedagógicas visa promover um ambiente acadêmico inclusivo e acolhedor aos estudantes. Faz-se necessário também considerar o protagonismo dos discentes em todo esse processo, pois, como afirma Prado (2022, p. 10): “O envolvimento, tanto social quanto acadêmico, é considerado fundamental para a permanência”. Atender os estudantes tendo como ponto de partida suas possíveis necessidades acadêmicas requer envolvimento das coordenações em adotar ações proativas de orientação e que forneçam apoio pedagógico, psicossocial, acadêmico e profissional, visando à permanência e ao êxito na instituição.

A elaboração das intervenções para serem aplicadas em rede representa um passo importante para o aprimoramento das ações e estratégias de permanência e êxito dos estudantes na instituição. Através da atuação em rede, do diálogo constante e da implementação de medidas personalizadas, será possível criar um ambiente acadêmico mais acolhedor, inclusivo e promotor do desenvolvimento integral dos alunos.

Acredita-se que, com o empenho e a colaboração de todos os envolvidos, este guia se tornará uma ferramenta essencial para reflexão crítica e à ação conjunta em prol da qualidade do ensino superior. Através da colaboração mútua das coordenações interligadas a Direção de Desenvolvimento do Ensino do campus, será possível implementar as intervenções pedagógicas de forma estratégica e contextualizada, atendendo às necessidades específicas de cada estudante.



REFERÊNCIAS

COULON, A. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

NASCIMENTO, Emily da Silva et al. A permanência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: proposição de um plano para o apoio pedagógico. 2019.

PRADO, R. Permanência na educação superior: contribuições teóricas e práticas. Revista Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 28, e43674, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc28202243674>.